




FIXO

REVISTA DE
ARQUITETURA, CIDADE E
CONTEMPORANEIDADE



mulheres e lugares urbanos I



n.9, v.3
outono de 2019



AXO

**R E V I S T A D E
ARQUITETURA, CIDADE E
CONTEMPORANEIDADE**

mulheres e lugares urbanos I

n.09, v.3
outono de 2019





Rua Benjamin Constant, n. 1359, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, Telefone: [53] 3284 55 11
<http://cmaiscufpel.wixsite.com/cmaisc>
e-mail: revistapixo@gmail.com

apresentação

A Revista Pixo é uma publicação do Grupo de Pesquisa Cidade+Contemporaneidade (CNPQ), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUrb), do Laboratório de Urbanismo (LabUrb), da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

Revista digital disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pixo/index>

ISSN 2526-7310

Editoras Responsáveis

Emanuela Di Felice
Shirley Terra Lara dos Santos

Editoras Associadas

Aline Santos
Bárbara de Bárbara Hypolito
Caroline Frasson Sebalhos
Marina Mecabô

Comitê Científico e Conselho Editorial

André de O. Torres Carrasco
Angela Pohlmann
Carla Gonçalves Rodrigues
Carmen Anita Hoffmann
Carolina Corrêa Rochefort
Cláudia Mariza Mattos Brandão
Cristine Jaques Ribeiro
Dirce Eleonora Nigro Solis
Eduarda Azevedo Gonçalves
Eliana Mara Pellerano Kuster
Emanuela Di Felice
Francesco Careri
Francisco de Assis da Costa
Haydeé Beatriz Escudero
Helene Gomes Sacco Carbone
Igor Guatelli
Josiane Franken Corrêa
Juan Manuel Diez Tetamanti
Laura Novo de Azevedo
Marcelo Roberto Gobatto
Márcio Pizarro Noronha
Maria Ivone dos Santos
Markus Tomaselli
Maurício Couto Polidori
Paola Berenstein Jacques
Paulo Afonso Rheingantz

Raquel Purper

Rita de Cássia Lucena Velloso
Sylvio Arnaldo Dick Jantzen
Thais de B.Portela
Vicente Medina

Equipe Técnica

Aline Santos
Bárbara de Bárbara Hypolito
Caroline Frasson Sebalhos
Eduardo Rocha
Emanuela Di Felice
Laís Dellinghausen Portela
Marina Mecabô
Shirley Terra Lara Dos Santos
Taís Beltrame dos Santos

Suporte Técnico

Laís Dellinghausen Portela

Revisão Linguística

Ana dos Santos Maia
Martha Hirsch
Pierre Moreira dos Santos

Capa e Diagramação

Aline Santos
Marina Mecabô
Taís Beltrame dos Santos

Imagens

Carolina Clasen
Emanuela Di Felice
Mariane Simões
Marina Mecabô

A "PIXO – REVISTA DE ARQUITETURA, CIDADE E CONTEMPORANEIDADE"¹ é uma revista digital trimestral (primavera, verão, outono e inverno) e visa reunir artigos, ensaios, entrevistas e resenhas (redigidos em português, inglês ou espanhol) em números temáticos. A abordagem multidisciplinar gira em torno de questões relacionadas à sociedade contemporânea, em especial na relação entre a arquitetura e cidade, habitando as fronteiras da filosofia da desconstrução, das artes e da educação, a fim de criar ações projetuais e afectos para uma ética e estética urbana atual. A revista é uma iniciativa do Grupo de Pesquisa CNPQ Cidade+Contemporaneidade, do Laboratório de Urbanismo (LabUrb), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUrb) e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

A 9a. Edição temática "MULHERES E LUGARES URBANOS" é dirigida pela professora Emanuela Di Felice e a mestranda Shirley Terra Lara dos Santos, e busca visibilizar os trabalhos apresentados durante o 7º EICCMU², realizado em 2018, na cidade de Pelotas, e organizado pelos grupos de pesquisa, da faculdade e da pós-graduação já citados. O Encontro Internacional Cidade, Contemporaneidade e Morfologia Urbana, na sua sétima versão teve como objetivo evocar as manifestações urbanas da contemporaneidade, a partir de olhares e vivências das mulheres, reconhecendo o encontro entre saberes acadêmicos e populares sobre lugares urbanos. Sendo assim, propôs a visibilidade das mulheres, tanto como protagonistas na formação de conhecimento sobre teorias, práticas e ideias urbanísticas, quanto das diferentes compreensões sobre como é o processo de ser mulher e experimentar as cidades

Durante os três dias do evento diversos trabalhos foram apresentados e organizados nos seguintes grupos: "Morfologia Urbana", "Cartografia Urbana", "Teoria Urbana" e "Mulher e Cidade", também outras atividades como palestras, exposição, SLAMs, SARAU e etc, foram realizadas. Ao longo do encontro diversas pessoas vieram, foram, ficaram e voltaram, algumas se afetaram e pulsaram. Durante as comunicações ficou evidente a potência construída ali, enquanto o pensamento se movia como um grande corpo coletivo. Assim, surgiu a vontade de reforçar o posicionamento da Revista PIXO, como uma iniciativa de apoio e lugar de fala para e com os movimentos sociais e culturais que resistem enquanto redes de conexão transformadoras das áreas de estudo e do conhecimento urbanístico. Então, aqui está a edição de outono de 2019, Mulheres e Lugares Urbanos, uma tentativa de refúgio às vibrantes vozes que ecoaram num prédio do Porto pelotense, durante dias quentes primaveris. Te convidamos para essa vivência, boa leitura!

Emanuela Di Felice e Shirley dos Santos

¹ Link acesso Revista PIXO: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pixo>>

² Todos os artigos apresentados no 7º EICCMU estão publicados no ANAIS do evento, disponível online em: <https://wp.ufpel.edu.br/eiccmu/files/2019/02/capa_fapergs-mesclado-compactado.pdf>

editorial

MULHERES E LUGARES URBANOS.....10-15
Shirley Terra Lara dos Santos

autor convidado

PALESTRA: MULHERES E LUGARES URBANOS.....18-27
Winnie Bueno transcrita por Bárbara Hypólito

artigos e ensaios

TRAJETÓRIAS DE FOTÓGRAFAS EM PORTO ALEGRE: desdobramentos entre arte, jornalismo e cidade.....30-45
Marielen Baldissera

MULHERES E LUGARES DE FALA: Um percorrido pelas entrevistas cartográficas na fronteira Brasil-Uruguay.....46-61
Luana Pavan Detoni e Lorena Maia Resende

ESPAÇO PÚBLICO E O MODELO AGONÍSTICO DE CHANTAL MOUFFE: um estudo sobre Adrian Piper.....62-79
Carolina Gallo Garcia

VIOLÊNCIA, GÊNERO E URBANISMO: aspectos intrínsecos da dominação masculina na organização das cidades.....80-91
Carolina Frasson Sebalhos; Anelis Rolão Flores; Daniela Cristien S. M. Coelho

TEMPOS URBANOS: revoluções, feminismos e o direito à cidade.....92-103
Shirley Terra Lara Dos Santos

AS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO: o quarto de empregadas como expressão das idiosincrasias das cidades brasileiras.....104-123
Luísa Sopas Rocha Brandão

GEOGRAFIA DE GÊNERO: domicílios chefiado por mulheres na cidade de Porto Alegre.....124-137
Leticia Casagrande Dupont; Clarice Maraschin

resenha

PINTARAM TUDO DE CINZA: sob os pés, meu corpo inteiro de Márcia Tiburi.....140-143
Jade Bueno Arbo

entrevista

MULHERES E LUGARES URBANOS THAISE MACHADO.....146-149
Shirley Santos e Bárbara Hypólito

parede branca

FRAGMENTOS DA NARRATIVA POÉTICA DE AMORA152-161
Julia Ramla Cunha Bueno e curadoria de Bárbara Hypólito

PROFANANDO-E-RESISTINDO: sobre muros internos e fronteiras.....162-167
Mariane Simões





MULHERES E LUGARES URBANOS N.09

Shirley Terra Lara dos Santos¹

A Revista PIXO - *Mulheres e Lugares Urbanos* é o resultado de um trabalho coletivo que teve como objetivo principal trazer ao público interessado em arquitetura e urbanismo, algumas das discussões que ocorreram durante o 7º EICCMU² em 2018, na cidade de Pelotas/RS. A edição número nove, então, se trata de uma compilação de trabalhos que abordam a relação de gênero-mulher-feminismo com a cidade. Os artigos dessa revista tramam uma rede ainda pouco reconhecida, pela área da arquitetura e urbanismo, como parte de seu corpo do conhecimento. Porém, o debate acerca das mulheres, suas realidades, reivindicações e direitos, está cada vez mais presente no cotidiano das cidades, escolas, pesquisas, extensões, universidades e movimentos urbanos.

Assim, apresentamos a nossa acolhida temática como um vôo inicial de quem avança pelo novo-velho-diferente conhecido da arquitetura e urbanismo. Apoiamo nos durante o processo de desenvolvimento desta edição, umas nas outras, enquanto mulheres-pesquisadoras-urbanistas organizadoras dessa amostra de trabalhos, que movimentaram o nosso pensamento durante os dias do evento, de reuniões e de trabalhos da equipe editorial, e que agora compõem essa revista. São artigos, resenhas, entrevistas, conversas, pesquisas, proposições e reflexões sobre a mulher e a cidade, as mulheres e seus [ou não seus] lugares urbanos.

O impulso ao vôo da leitura acontece pela potente palestra da nossa autora convidada, Lalorixá, bacharel em Direito e doutoranda em Sociologia pela UFRGS, Winnie Bueno, que nos dirá sobre o direito à cidade numa análise do pensamento feminista negro, a partir de seus estudos teóricos de Patricia Hill Collins e Kimberlé Crenshaw. Relacionando sua vivência, militância e estudos acadêmicos numa fala dinâmica, didática e transgressora que nos leva a refletir sobre a perspectiva de quais mulheres e quais lugares urbanos são construídos os trabalhos e as pesquisas sobre a cidade. Seguimos essa convergência rizomática de saberes com a doutoranda em Antropologia Social na UFRGS, Marielen Baldissera, que nos conta da sua trajetória junto a fotógrafas na capital gaúcha. Ao longo do artigo, sentidos e afetos são escritos para dizerem sobre os desdobramentos encontrados na pesquisa da artista visual que relaciona: arte, jornalismo e cidade. Um mergulho fotoetnográfico pela realidade sensível de duas fotógrafas que registram mulheres, cidades e corpos.

No segundo texto somos apresentadas a uma revisão sobre cartografia sensível urbana versadas pelas mestres em urbanismo contemporâneo pela UFPel, Luana Detoni e Lorena Resende. Durante um percurso pelas entrevistas cartográficas na fronteira Brasil-Uruguay, as pesquisadoras, se encontraram com questões sobre as mulheres e seus lugares de fala. As relações e experiências desse encontro físico e intelectual é escrito de forma a nos conduzir por um “estar” fronteira das cidades-gêmeas e os dispositivos de empatia e pensamento percorrido pelas duas arquitetas e urbanistas.

A estudiosa sobre gênero e teorias feministas, Carolina Garcia, doutoranda em

¹ Mestranda em Urbanismo Contemporâneo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU). Arquiteta e Urbanista graduada pela Universidade Federal de Pelotas (2017). E-mail: ssantosufpel@gmail.com.

² Todos os artigos apresentados no 7ºEICCMU estão publicados no ANAIS do evento, disponível online em: <https://wp.ufpel.edu.br/eiccmu/files/2019/02/capa_fapergs-mesclado-compactado.pdf>

Ciências Sociais na UNICAMP, nos trará no seu trabalho uma amostra do método de análise de imagem sob a perspectiva dos conceitos de práticas artísticas agonísticas de Chantal Mouffe e do espaço público. Apresentando uma escrita que evidencia as dimensões de gênero, raça e classe presentes na acepção dominante de espaço público moderno, a partir de uma abordagem pela obra da artista Adrian Piper (1948). Alguns aspectos intrínsecos da dominação masculina na organização das cidades, tratando sobre violência, gênero e urbanismo serão relacionados, no quinto artigo desta edição, pela mestranda em arquitetura e urbanismo na UFPel Carolina Sebalhos, juntamente com a professora Anelis Flores e a mestranda em Direito Daniela Coelho. A partir do método de abordagem dedutivo, com a investigação de pesquisa documental e bibliográfica a escrita trata de questões pertinentes à contemporaneidade urbana para o pensamento científico acerca da teoria de gênero e planejamento urbano.

Prosseguindo com os artigos sob perspectiva teórica feminista, a mestranda em arquitetura e urbanismo pela UFPel, Shirley dos Santos, nos apresentará marcos político-sociais da luta de mulheres feministas, durante principalmente, a Revolução Francesa e a Industrial - na Europa, e as Manifestações Urbanas na contemporaneidade brasileira. Visibilizando na sua escrita, a protagonização e reivindicação das mulheres por seus direitos sociais e pela democracia urbana. O encontro dessas mulheres distintas e próximas, seus tempos urbanos e revoluções, é a linha que costura essa breve análise crítica da autora.

A partir de revisão bibliográfica e análise iconográfica de plantas de residências, em especial o quarto de empregadas, em diferentes períodos da história, a mestre em arquitetura e urbanista pela USP, Luiza Brandão, em seu artigo, coloca em paralelo os distintos marcos da urbanização brasileira e as mudanças das leis que regulamentaram historicamente a profissão de trabalhadora doméstica. Provocando à reflexão sobre as sociabilidades vivenciadas pelas domésticas no contexto das cidades brasileiras, sendo o trabalho dessas uma potencial chave de leitura do processo de urbanização no país.

Para finalizar a sessão de artigos estão os mapas e as análises preliminares produzidas pelas pesquisadoras Leticia Dupont e Clarice Maraschin, nos quais elas abordam a relação das mulheres chefes de casa e seus bairros de moradia, na cidade de Porto Alegre/RS. Nesse estudo geográfico de gênero, as graduandas em arquitetura e urbanismo pela UFRGS, discutem as diferenças na distribuição espacial entre domicílios chefiados por homens e mulheres e suas respectivas situações de renda e alfabetização.

Como resenha a revista n09 trás, *Pintaram tudo de cinza: Sob os pés, meu corpo inteiro* um romance da escritora-filósofa Márcia Tiburi, explorado de maneira concisa e afetiva pela mestranda em Filosofia da UFPel, Jade Arbo. Recheado de trechos originais do livro e da interpretação da resenhista, a escrita permeia a história de diferentes mulheres, suas subjetividades, seus corpos, suas relações com a cidade. Em alguns momentos as palavras de Márcia e Jade se entremeiam com as de outras obras de literatura feminista.

A sessão parede branca da PIXO n09 apresenta intervenções urbanas de duas artistas, na cidade de Pelotas/RS. Pela curadoria de Bárbara Hypolito conhecemos *Fragmentos da Narrativa Poética de Amora Ju*. Por meio da serigrafia, estampas são inseridas nos espaços das cidades, preenchendo vazios, através da reutilização de resíduos, restos e sobras, misturas sobre o cotidiano, a subjetividade da arte Trans e a resistência sobre ser mulher.

Profanando-e-resistindo: sobre muros internos e fronteiras, da artista Mariane Simões,

diz sobre o projeto autoral que se propõe a expor através da arte de rua, a história de mulheres invisibilizadas pelo sistema hegemônico (patriarcal, branco, eurocêntrico). Proporcionando a experiência de expansão da consciência social sobre a disparidade de gênero, através dos lambe lambe da artista.

Como acolhida final à discussão temática desta edição apresentamos a entrevista realizada pela Revista PIXO com a Arquiteta e Urbanista, Produtora Cultural e Ativista Negra, Thaise Machado. A experiência durante, e após, a graduação e o exercício profissional da arquiteta é contado de maneira convidativa à pensar sobre lugares de fala, privilégios e vulnerabilidades que permeiam a sociedade e o ensino super brasileiro.

Ao escolhermos o desafio de lançar tal edição percebemos a necessidade e urgência em cultivarmos diariamente os debates e olhares para a realidade das mulheres e os lugares urbanos. Assim, como afirmação e posicionamento próximo às lutas sociais, movimentos e teorias feministas a equipe editorial decidiu lançar uma chamada aberta para uma outra edição ampliando a discussão. Seguimos o voo coletivo com as conversações que ocorrerão na próxima Revista PIXO n.10, que reunirá outras publicações sobre a mesma temática: “Mulheres e Lugares Urbanos” (inverno)³.

Bom vôo!

Pelotas, outono de 2019.

³ A Revista PIXO n.10 - Mulheres e Lugares Urbanos (inverno), estará disponível on line no link: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pixo>





PALESTRA: *Mulheres e lugares urbanos*¹

por Winnie Bueno²

Boa noite a todos e a todas, é uma alegria muito grande estar aqui de volta em casa, num prédio que eu já vi ser muita coisa, bastante coisa, e é feliz voltar aqui com esse prédio e com essa estrutura servindo ao que a gente sempre achou que tinha que servir, à produção de conhecimento, e não só isso, mas ter um espaço onde as pessoas possam compartilhar a universidade, de fato. E que as pessoas possam se sentir parte desse tecido social, a universidade, que às vezes é muito excludente, mas na Universidade Federal de Pelotas parece que a gente tem conseguido melhorar, no sentido da universidade fazer parte da cidade de fato e fazer com que as pessoas tenham um contato maior com a universidade a partir da ocupação desses prédios. Então, pra mim, é uma grande alegria estar aqui. Eu sou filha da UFPEL, pois passei bons anos nesta universidade, mais de dez anos da minha vida, pois cursei dois cursos e fiz muito movimento estudantil aqui. A UFPEL faz parte de quem eu sou e por isso fico muito feliz quando volto aqui.

Um pouco do que eu quero compartilhar com vocês hoje é numa perspectiva que passa por minha própria produção acadêmica. Então, vou trazer uma leitura do direito à cidade a partir do pensamento feminista negro, sobretudo a partir das experiências teóricas de duas autoras que gosto muito, a Patricia Hill Collins e a Kimberlé Crenshaw. A Patrícia é socióloga, uma teórica crítica que pensa bastante sobre o pensamento feminista negro, e a Kimberlé Crenshaw é jurista, ela tem uma visão mais voltada à própria questão do direito. Eu tentei conversar essas duas teóricas, mas a conversa que vou fazer está mais voltada às dinâmicas da cidade e às dinâmicas do direito à cidade do que às teóricas em si. A ideia de pensar a cidade numa perspectiva negra e feminista perpassa um pouco pelo histórico, num primeiro momento, e por alguns conceitos que provavelmente vocês conhecem, mas talvez poucas vezes pensaram neles a partir dessa perspectiva.

Antes de a gente começar com o quê, de fato, eu quero abordar com vocês aqui hoje, gostaria de saber se todo mundo aqui entende o que é ser um ialorixá? Tem alguém que não faça a menor ideia? Tá, então eu vou explicar porque tem um público considerável que não sabe. Eu sou mãe de santo, melhorou? E por aí a gente já começa a recontar uma história e se reapropriar de termos que nos foram negados, numa perspectiva de morte do nosso conhecimento. A gente tem usado o termo ialorixá que é uma palavra de origem iorubá, é uma palavra originária da nação que é o foco de onde se organiza um pressuposto civilizatório de matriz africana e que hoje é lido como religiosidade, mas que na verdade se trata de uma forma de viver, uma forma de ser e estar no mundo que é o batuque - tradição religiosa na qual a gente tem um terreiro aqui em Pelotas, no qual faço parte e organizo. Então, eu sou responsável pelo zelo, pela guarda e pela organização de tudo o que acontece dentro do terreiro. Não só da minha própria orixalidade, mas da orixalidade de todos os filhos e filhas que fazem parte dessa comunidade que é o Ilê Aiyê Orixá Iemanjá, que tem uma dinâmica muito própria e os seus próprios pressupostos, mas que está conectada, no fim, com uma ideia coletiva de um ser e estar no mundo diferente do ser e estar

¹ Fala transcrita por Bárbara Hypólito.

² Fala proferida por Winnie Bueno durante a mesa de abertura do 7EICCMU, em novembro de 2018, UFPEL - Pelotas/RS.

no mundo organizado na perspectiva ocidental eurocêntrica branca. Isso é a coisa mais importante que eu faço na minha vida, não é comum vocês verem acadêmicas negras se dizerem ialorixás, embora existam muitas, ou se dizerem mães de santo pois esse ainda pode ser um lugar que pode ser passível de violência, de violência física especialmente.

A gente ainda guarda esse signo como uma forma de segurança. Mas também é importante quando a gente pode se afirmar ialorixá, pois isso é também afirmar esse corpo nesse lugar também da produção de conhecimento, porque há um controle sobre o que é uma mãe de santo, há um controle sobre o que é uma mulher negra que é ideologicamente construído. Quando você desmistifica essa ideia de que as ialorixás são mulheres negras e velhas que ficam presas numa casa - uma significação branca a respeito de uma experiência articulada a partir da negritude - e quando você traz esse significado para uma outra dimensão, você também desmistifica esse controle, o controle ideológico que está colocado na vida das mulheres negras. Então, pra mim, isso é muito importante, dizer que eu sou ialorixá e mestranda numa universidade privada e jesuíta tem um significado outro do que teria se uma mulher branca estivesse fazendo a mesma coisa.

Então, eu sou ialorixá, sou mestranda em direito e bolsista Capes/PROEX, com muito orgulho, e é a partir dessa bolsa, desse fomento público do dinheiro de vocês, que eu estudo, o imposto que vocês pagam paga a minha bolsa de mestrado e vai pagar, provavelmente, a de doutorado também. Eu sou bolsista na modalidade de taxas escolares na Unisinos, estou terminando o mestrado agora e um pouquinho do que eu vou compartilhar com vocês hoje está na minha dissertação.

O racismo é uma estrutura e as estruturas constroem cidades. Quando a gente começa a pensar a cidade numa perspectiva feminista e negra, a gente precisa pensar o conceito de racismo estrutural e pensá-lo a partir de uma ideia de estrutura. Quando eu falo de estrutura estou falando não só de estruturas econômicas, sociais e políticas, estou falando também de quando vocês arquitetos fazem um traço, esse traço significa um emprego de mão-de-obra, e de uma mão-de-obra que quase sempre é negra. Aquele traço significa, muitas vezes, horas e horas de um trabalho extremamente precarizado no canteiro de obra que muitas vezes os arquitetos desconhecem. As pessoas brancas que fazem os traços desconhecem a força física que aquele traço significa. E é essa estrutura racial que constrói a cidade. Os prédios são construídos a partir de pessoas negras, por pedreiros e serventes, mas o conhecimento que é reconhecido enquanto inteligência nos padrões acadêmicos empregados na construção desses prédios é, entretanto, atribuído a corpos e mentes brancas. O conteúdo de valor que está colocado quando um prédio é executado, é colocado a partir do arquiteto que assina essa obra. As centenas de pessoas que, muitas vezes, morrem durante a execução de uma obra de grande porte são apagadas, são invisibilizadas. Então, esse racismo também vai estar na construção física e objetiva das cidades. E não só a partir dessa ideia de pensar as construções das edificações, mas pensando também as dinâmicas das cidades. As dinâmicas das cidades também vão estar constituídas pelo racismo.

Quando eu falo de racismo estrutural e de precisar discutir isso ainda hoje é, para nós, um anseio muito caro. Porque a gente sempre pensou, no movimento negro, que nessa altura o afrofuturo já teria chegado, e não que ainda seríamos obrigados a explicar o que é racismo estrutural e provar por que o racismo estrutura as relações, e por que estrutura as dinâmicas sociais? Mas a gente ainda precisa fazer isso, pois esse é um assunto que não perpassa nos processos de conhecimento das pessoas e da sociedade como um todo, e muito do que está implicado nesse conceito não é compartilhado nas vivências de todo mundo. O racismo ainda é uma coisa dos negros

quando, na verdade, deveria ser uma preocupação da sociedade. Eu não deveria precisar falar sobre racismo porque essa deveria ser uma preocupação coletiva quando a gente pensa a cidade, mas não é. A gente já conseguiu avançar e pensar a cidade numa perspectiva de gênero, mas ainda temos dificuldade de pensar a partir de uma perspectiva interseccional. E quando eu estou falando de interseccionalidade não estou falando de aprofundamento de opressão, estou falando de um complexo de conhecimento que nos permite organizar as nossas questões em um olhar que não universaliza, mas que consegue entender a subjetividade dos processos dos sujeitos que estão imbricados dentro da cidade, no campo da lógica de organização da nossa sociedade.

Esse é um ponto de partida para nós. A gente vai sair daqui deste espaço sabendo que o racismo estrutura a forma como as cidades são construídas. Estamos falando de racismo e não necessariamente de machismo, mas essas coisas estão imbricadas. Pois, o racismo abarca a perspectiva do machismo, e é por isso que estamos falando de uma perspectiva feminista negra, porque essa é a única perspectiva que consegue dar conta de um projeto de emancipação social completo, todas as outras perspectivas em algum momento excluem alguém. Se a gente for pensar numa perspectiva meramente feminista, e formos olhar a historiografia do feminismo, a gente vai entender que há uma ausência da subjetividade de mulheres negras nesse processo. Estamos sempre lutando por uma condição de humanidade e esse é o único projeto que dá conta de pensar a humanidade numa perspectiva de justiça social, pois quando a gente fala de justiça social estamos falando de equidade num conjunto. Não existe justiça social só para mim, se é só para mim não há justiça social. Então, é esse movimento e essa perspectiva de conhecimento que vai conseguir pensar a subjetividade numa perspectiva de construção da alteridade para a sociedade num conjunto. A partir do momento que a gente consegue humanizar as vivências e as experiência das mulheres negras conseguimos pensar em conjunto da humanidade, e retirar dessa lógica excludente que faz a gente pensar em caixinhas.

Pensando sobre o direito à cidade, temos as dinâmicas urbanas contemporâneas. As dinâmicas urbanas são influenciadas diretamente por um histórico de apropriação da cidade, no qual essas mulheres, geralmente as mulheres negras, fazem parte da dinâmica, mas são apagadas. Tem um livro que chama "A cidade das mulheres", de uma teórica chamada Ruth Landes que fala sobre como as mulheres negras, especialmente as mulheres negras escravizadas, ocuparam a paisagem urbana no processo de urbanização desde sempre, e como que essas mulheres vão sendo eliminadas e apagadas da construção da historiografia desse processo. Então, quando a gente pensa sobre quem faz a cidade, sobre quem ocupa e caminha pela cidade, em quem pega o ônibus, conseguimos compreender que na estrutura da cidade essas pessoas são as pessoas negras, especialmente as mulheres negras de periferia. São essas mulheres que têm a apropriação da cidade, porque são elas que percorrem a cidade como um todo. Nós acadêmicos, e vou falar em especial de mim que sou uma acadêmica e que não trabalho em uma casa de família, posso pegar o trem que sai da minha casa no bairro Bom Fim, que já é um privilégio em relação a muitas mulheres negras, pois moro num lugar onde posso pegar um ônibus e em dez minutos estou no centro, vou pra Unisinos e de lá eu volto pra minha casa. Eu não terei a menor ideia do que é o resto da cidade de Porto Alegre se eu não me propuser a fazer determinados deslocamentos. Entretanto, para a maioria das mulheres negras essa é uma dinâmica constitutiva da sua forma de ser e estar na cidade. Estou falando como por exemplo aqui em Pelotas, onde eu conheço as dinâmicas da cidade, pois morei aqui por muito tempo, de uma mulher que mora lá no bairro Dunas e trabalha como profissional dos serviços de limpeza aqui nessa universidade - que é uma tarefa terceirizada extremamente precarizada - e essa mulher leva quarenta minutos pra chegar até aqui. Ela sabe tudo o que acontece na cidade porque ela está fazendo isso dentro de

um ônibus. Ela entende como funciona o transporte público, a lógica do saneamento, como as pessoas se deslocam, por onde deveriam passar as ciclovias, ela entende e sabe onde estão os problemas de asfalto porque essa mulher se apropria da cidade a partir dos seus deslocamentos, a partir dessas dinâmicas. Mas essas dinâmicas desaparecem, elas são invisibilizadas e colocadas em segundo ou terceiro plano quando, por exemplo, a gente for discutir sobre o plano diretor das cidades. Não se chamam as trabalhadoras domésticas para discutir o plano diretor da cidade, mas chamam grandes especialistas que andam de carro. A gente não chama as senhoras que, por exemplo, cozinham no RU da universidade para discutir o plano diretor da cidade, e nem as mulheres dos terreiros para discutir isso. Mesmo que sejam essas mulheres que se apropriam do conhecimento e de onde estão localizados os cruzamentos da cidade, quais são seguros e quais não são. A gente não chama essas mulheres pra pensar o planejamento das cidades, mas chamamos especialistas que são homens, brancos e técnicos que não têm, muitas vezes, a apropriação dessa dinâmica nas suas trajetórias, nas suas experiências. É justamente por isso que não dá certo e que, constantemente, quando vemos esses planos serem aplicados eles não dão conta das necessidades das pessoas. As pessoas que de fato precisam ter a função social da cidade atendida não estão imbricadas nos processos de construção desses planos.

É por aí também que a gente vai compreendendo como a ideia do colonialismo vai ser preponderante no desenho das cidades. E, nesse sentido, Pelotas é o melhor laboratório pra gente entender como as cidades são impactadas por um modelo colonial que ainda está colocado pra nós. Nós ainda pensamos e organizamos as nossas formas de ser e estar a partir de uma perspectiva de colônia, e em Pelotas isso é um negócio muito peculiar. As pessoas aqui ainda se referem à importância do sobrenome quando uma pessoa se apresenta. A primeira vez que vim pra Pelotas eu tinha nove anos, fui me apresentar na escola e falei que me chamava Winnie e a primeira pergunta da professora foi: "Winnie de que? Eu respondi: Winnie Bueno; e a professora perguntou: mas tu és Bueno dos Bueno imóveis? Eu disse: não, eu sou dos Bueno pobres mesmo". Digo isso pra demonstrar que essa relação de você tentar assimilar um sobrenome a uma perspectiva ou de grandes empresas ou de famílias tradicionais é uma questão bastante comum em Pelotas ainda hoje. Algumas das pessoas que carregam esses sobrenomes estão, muitas vezes, em situações econômicas e financeiras bastante difíceis, mas os seus sobrenomes ainda carregam toda uma lógica tradicional e uma lógica de poder nesse sobrenome. Ainda hoje, ouvimos algumas pessoas se referindo umas às outras pelo sobrenome e isso também impacta a forma como a cidade se organiza. A rede hoteleira de Pelotas, por exemplo, é praticamente toda da mesma família e dos mesmos donos, isso vai ter um impacto na forma como se organiza, por exemplo, o turismo na cidade. As imobiliárias aqui, ou a maioria delas, pertencem à mesma família. Essas famílias vão se confluindo entre elas e repassando uma característica de elitismo das mesmas dinâmicas históricas e que em Pelotas são lidas de maneira mítica.

Há uma tradição aqui, que se inventou nos últimos vinte anos, mas que as pessoas dizem que é tradição, de se tirar fotos das formaturas nas Charqueadas. Só numa cidade como Pelotas isso acontece, em nenhum outro lugar, e as pessoas ficam bravas quando as pessoas negras se insurgem com a ideia de tirar as suas fotos de formatura nas Charqueadas. Isso não faz o menor sentido. Eu imagino que vocês conheçam o que significam as Charqueadas pra população negra, era um espaço de morte quase que automática para os negros e negras escravizados. Então, não faz nenhum sentido você tirar as fotos da sua formatura num lugar onde todos os seus antepassados sangraram. É como se você, numa metáfora muito mal construída, obrigar judeus a tirar suas fotos de formatura em Auschwitz, mas em Pelotas isso é comum e quando as pessoas negras se insurgem quanto a isso são essas pessoas

que são radicais, são as pessoas que são lidas como ingratas, são as pessoas que escutam “você não é de Pelotas” pois essa é a única explicação, né. E quando as pessoas negras de Pelotas se insurgem quanto a isso são automaticamente lidas como insanas. Elas não fazem parte da dinâmica dessa cidade pois se negaram a compactuar com uma história e uma trajetória de subalternidade. As pessoas que são de fora, que não nasceram aqui, e essa distinção também nos diz muito sobre a forma como as cidades se organizam, pois a partir do momento que você começa a fazer parte de um tecido de uma cidade você é dessa cidade, não é? Pelotas tem essa dimensão, uma pessoa que vive aqui há dez anos continua sendo de fora, ela é de fora então ela não entende a importância das charqueadas para a cidade de Pelotas. E isso não tem nada de mais, pois em termos de turismo isso não significa porcaria nenhuma, é só uns campos e uns matos. Mas e o impacto no turismo? As pessoas quando vem a Pelotas visitam as charqueadas, não, os pelotenses visitam as charqueadas, os turistas fazem outras coisas. Então, essas pequenas narrativas que estão colocadas na nossa cidade vão ter outras dinâmicas em outras cidades, mas a gente consegue ler a partir disso o impacto do colonialismo nessa orientação do urbanismo. Mesmo numa história pós-colonial a gente segue organizando as cidades a partir dessa perspectiva.

E aí, Pelotas é uma cidade que é uma cebola. Pra mim, essa é a metáfora mais feliz sobre a cidade de Pelotas, pensá-la como uma cebola. Quando vocês cortam uma cebola na transversal vão perceber que o centro dela, o miolinho, é pequenininho e concentradinho, e quanto mais pra fora você vai dessa cebola mais ela se alarga e há mais espaço entre os anéis. A cidade de Pelotas é exatamente assim, o centro da cidade tem uma concentração de pessoas que são as mesmas daquelas famílias que eu disse antes, pessoas brancas, as mesmas pessoas circulam pelo centro. Quando eu volto pra cá, fico sempre muito impressionada como de fato são as mesmas pessoas, já fazem três anos que eu saí daqui e quando sento no mercado público são as mesmas pessoas. As mesmas pessoas circulam no centro, mas quanto mais pra fora se sai desse centro maior é o número de pessoas e mais espalhado, mas elas ainda não chegam aqui, por exemplo, onde podem compartilhar suas experiências como forma de conhecimento. E é exatamente nessas bordas e nessas margens onde está o grande potencial de pensar o direito à cidade, nas periferias. É onde está o maior contingente de pessoas, de formas mais espalhadas e que precisam ativar as tecnologias sociais das mais variadas ordens para poder sobreviver nesses espaços. Então, a criatividade e a resiliência das pessoas que estão quase fora dessa cebola, é onde está a maior potência para pensar as formas de ser e estar na cidade, pois essas pessoas vão precisar pensar uma série de maneiras para poder estar fazendo parte dessa dinâmica urbana contemporânea.

Então, quem pensa a cidade? Quem pensa a cidade são os homens brancos. Quem pensa a cidade é o patriarcado. São esses os sujeitos que organizam a cidade. E é a partir dessa forma e dessa dinâmica de pensar a cidade que você consegue entender a quem interessa uma cidade que não seja apropriada pela coletividade das pessoas. Porque é também nas cidades, no coração das cidades, que você vai conseguir mobilizar diferentes formas de conhecimento, diferentes experiências, diferentes narrativas para catalisar as mudanças sociais. Então, são nas cidades que você consegue encontrar, por exemplo, tanto uma perspectiva feminista negra sobre o ser e estar na cidade, uma mulher como eu de turbante e conta no pescoço e vestindo uma estamparia africana, quanto outras pessoas que têm outras formas de ser e estar no mundo e que podem estar pensando a cidade de uma forma confluyente. E cujas experiências podem estar mudando essas dinâmicas que eu trouxe pra vocês antes, mudando as formas do status quo dentro do urbanismo. E aí que faz sentido, e a gente consegue entender que não se integre, por exemplo, essa multiplicidade de sujeitos que de fato compreendem a cidade nos processos de estabelecimento

dentro dos planos diretores. Há experiências que possibilitam que essas pessoas se encontrem e discutam a cidade de forma coletiva. Uma experiência interessante, que se perdeu nos processos dos últimos anos que desmantelaram uma série de políticas públicas e de fazeres sociais, é a experiência do orçamento participativo (OP). O OP tinha esta dinâmica, as pessoas faziam reuniões em núcleos onde discutiam a cidade e discutiam para onde o orçamento da cidade deveria ir. Hoje não se tem mais isso. O OP foi uma experiência muito positiva, dos governos do PT, que se perdeu antes mesmo de toda essa crise institucional do antipetismo que está colocada agora, e que se perdeu porque a partir dessa experiência se fomentou e impulsionou a construção de muitas lideranças dentro dos bairros, por exemplo. Que passaram a se apropriar também de uma gramática de mobilização e de reivindicação do seu direito à cidade. Esses fatores vão ter impacto na forma como a cidade se organiza. Se pensarmos no centro, por exemplo, onde especialmente as cidades de grande e médio porte tem um lugar que concentra as manifestações políticas, e esses lugares geralmente estão no centro da cidade. Esses lugares serem no centro da cidade também sustenta a construção de uma gramática social de quem reivindica. E mesmo que sejam as reivindicações mais a esquerda possíveis, essas reivindicações são enunciadas pelos mesmos corpos. No Rio de Janeiro, por exemplo, uma cidade que tem uma multiplicidade de sujeitos e uma diversidade um pouco mais ampliada, as pessoas que estão fazendo o ato na praça São Salvador são as mesmas pessoas. Se você tirar a imagem do lugar, pegar só o conteúdo das pessoas, e trocar quem faz um ato em Porto Alegre ou em São Salvador a imagem não muda muito. E mesmo que as reivindicações sejam as mais progressistas do mundo, isso também diz quem tem direito ao quê. E por que isso acontece? Pensando no Rio, quem mora lá na baixada fluminense, por exemplo, e tem que pegar um ônibus, um trem e mais um ônibus pra chegar na praça São Salvador, essa pessoa não vai para o ato público. Ela vai mobilizar outras estratégias de resistência, outras estratégias de reivindicação. Mas essa estratégia de reivindicação, que é considerada e lida como uma ferramenta de luta, como se fosse a única porque essa é reconhecida dessa forma, não está disponível para todas as pessoas que organizam a cidade. E isso também está dentro de uma lógica racista e machista que retira as pessoas do protagonismo social da reivindicação do direito à cidade.

Pensando no conceito e pensando numa perspectiva mais jurídica, a gente pode dizer que “o direito à cidade é um direito coletivo de todas as pessoas que moram na cidade ao seu usufruto equitativo dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia, equidade e justiça social” (Carta Mundial do Direito à Cidade). É tão bonito, mas não acontece. Justiça social é um negócio que as pessoas nem sabem o que é, equidade então, nem se fala, visto que a gente ainda está discutindo igualdade, pois as pessoas ainda não conseguem compreender a necessidade de ultrapassar esse paradigma e passar a falar em equidade. Especialmente num momento político tenso como esse que estamos vivendo, que não tem como dizer que nós somos iguais e que queremos igualdade, não tem como dizer que homens e mulheres são iguais. E é a partir dessa gramática e desse discurso que se coloca, por exemplo, sujeitos que são extremamente machistas e racistas, que seguem uma lógica autoritária de ser e de promover e gestar recursos, no centro do poder. Pois, somos iguais e estamos lutando por igualdade. Nós não ultrapassamos ainda esse diálogo, mas a gente tem um conceito de direito à cidade que é muito mais avançado do que é o contexto no qual vivemos hoje socialmente. Falar em justiça social, equidade, democracia e sustentabilidade, numa perspectiva global inclusive, considerando o que são os processos políticos no mundo hoje, é muito futurista! É muito além do que a conjuntura política nos dá hoje. Mas esse seria um norte. A forma de pensar o direito à cidade é pensar uma cidade onde as pessoas possam exercer a sua cidadania de forma equitativa, buscando uma forma de ser e estar na cidade onde as diferenças não sejam marcadores de exclusão na cidade, mas de integração. No

contexto nacional, a “jovem e bonita” Constituição Federal que tem 30 anos possui dois capítulos que vão inserir o direito à cidade no contexto das normas nacionais. No capítulo dois da Constituição são dois artigos. Na Constituição, então, existe uma norma, uma lei, que fala sobre o direito à cidade e garante as diretrizes do urbanismo e de uso da cidade, numa lei que coordena o desenvolvimento urbano e que, apesar de ser constitucional, a gente sabe que essas dinâmicas não fazem parte na forma como a lei é executada de fato.

A gente estuda uma metodologia de análise que chama “figuras da perversão do direito” (RODRIGUEZ, 2017), que é exatamente a forma como os grupos de poder conseguem desarticular o direito, tirando a função do direito e mudando a função da lei para os seus próprios interesses. Então, quando a gente tem uma Constituição que fala sobre o direito à cidade dessa forma e a gente vê como, de fato, se organizam as cidades e os planos de diretrizes da cidade, enfim, como se organizam as mais múltiplas dimensões da cidade, a gente pensa: “se está na Constituição, o que acontece para que não seja cumprido? Como os poderes, a União e os municípios conseguem descumprir uma norma que é constitucional?” Isso ocorre a partir desse mecanismo da perversão. Se pode esvaziar uma norma, o conteúdo dessa norma, mudando a forma de aplicá-la ou mesmo dando significados a esses termos que estão associados a esses nomes.

Eu trago agora um pedaço de um texto de três mulheres, Alice Correia, Carolina Coelho e Livia Salles, que sintetizam o que eu estou dizendo aqui:

“Nossas contradições estruturais e os nossos conflitos cotidianos estão inscritos nas edificações nos vazios, nos caminhos e nos limites das cidades. Numa sociedade que, além de desigual, é profundamente racista, machista e homofóbica, diferentes grupos sociais - mulheres negras, mulheres brancas, homens negros, homens brancos, homossexuais negros, homossexuais brancos, jovens negros e jovens brancos, lésbicas negras e lésbicas brancas - tem diferentes possibilidades de apropriação dos espaços públicos, dos aparatos públicos e das cidades.”

É pensar a cidade numa perspectiva interseccional, os fazeres e as formas como esses corpos vão estar na cidade que é diferente. O que é um lugar seguro pra mim não necessariamente é um lugar seguro pra ti ou pra ela, pois o fato de nós duas sermos mulheres não significa que esses espaços vão ser seguros da mesma forma. São dinâmicas específicas que vão fazer com que um lugar se torne seguro para uma e não para outra. A gente não pensa de forma interseccional, a gente pensa de forma homogênea, como se todas as mulheres tivessem as mesmas necessidades e as mesmas perspectivas. Eu, por exemplo, me sinto muito mais segura andando na Cohab II do que andando na Dom Joaquim ao meio-dia. Pra mim, andar de bicicleta às dez horas da noite da Cohab até o Pestano é mais seguro do que andar às quatro da tarde na Dom Joaquim. E isso vai ser diferente para outras mulheres. É esse pensar a cidade a partir de uma perspectiva interseccional que pode trazer uma mudança para a forma como a gente vivencia essas dinâmicas das cidades.

A frase “NOSSOS CORPOS, NOSSA COR, NOSSAS CIDADES” (FONTE: <http://www.ibdu.org.br/eficiente/repositorio/Projetos-de-Pesquisa/491.pdf>) é o título de um texto assinado pela Marielle Franco, que foi assassinada esse ano e não está mais presente entre nós, mas cuja trajetória e as formas como se manifestou durante toda a vida a respeito das cidades, a respeito das lógicas de apropriação da cidade, a respeito da maneira das mulheres negras estarem nas cidades, seguem. A Marielle, a Mônica Francisco e a Rossana Tavares escreveram esse texto, que está no livro do IBDU sobre direito à cidade e gênero, e que fala exatamente sobre as cidades serem nossas nessa perspectiva de corpos e de vozes, de que as cidades são mais do que prédios, de as cidades serem a construção num paradigma de cidade que dê conta

das subjetividades e dos sujeitos que integram as cidades.

Eu fui companheira de partido da Marielle e nós falávamos muito sobre o que era ser uma mulher negra ocupando a cidade a partir de uma perspectiva política e institucional enquanto uma liderança, o que isso significava em termos de uma cidade em que se pensasse como nós e que nos possibilitasse essa ferramenta, esse exercício e essa existência. A foto (figura 01 - FOTO MARIELLE) é de um ato em 2016 chamado “Se a cidade fosse nossa”, lançamento de uma plataforma política que depois organizou uma série de campanhas no Rio de Janeiro, na frente do Teatro Municipal que é um lugar onde acontece grande parte dos atos públicos na cidade do Rio. Foi bem perto deste lugar, umas cinco ou seis quadras, o lugar onde a Marielle saiu a última noite para exercer um fazer político enquanto um corpo que vive nesse mundo. Mas esse corpo, embora não esteja mais presente entre nós, já possibilitou. Esse espírito e essa mente já possibilitaram a reverberação de um ser na cidade que é diferente. Hoje existem várias lideranças políticas, várias mulheres negras que se apropriam desse legado, que é coletivo e que não está dentro de um partido, mas é um legado que está inscrito nas dinâmicas das mulheres que resistem a uma lógica de cidade que nos aprisiona e que nos silencia. Então, a perspectiva de cidade que está colocada pra gente é a de uma cidade onde a gente possa exercer o direito de reivindicar as nossas vozes, os nossos corpos e as nossas trajetórias de maneira segura e sem estar vulnerável a tomar cinco tiros na cabeça por estar exercendo um fazer político. E é só com uma mulher negra que isso pode acontecer no Brasil. Todos os homens brancos que enfrentaram a política das milícias no Rio de Janeiro nos últimos anos, andavam blindados, com seguranças armados e muitas vezes com colete à prova de balas. A Marielle andava de metrô! E isso fala bastante alto sobre quem é o ser político que está colocado como um corpo matável, quem são as pessoas que estão vulneráveis nesse momento histórico e como essas mulheres estão vulneráveis. Ocupar a cidade nesse momento também é uma perspectiva e uma estratégia de resistência, mas uma estratégia de resistência que não está colocada para todo mundo. Para algumas pessoas a estratégia de resistência é sobreviver, é estar vivo pra poder estar, num próximo momento - pois a política no Brasil e de maneira global é feita de ciclos - ocupando, de fato, esses espaços que são nossos por direito e que nos foram historicamente retirados e que ainda assim, a gente segue resistindo e tentando pensar uma cidade que resgate a humanidade, não só de nós mulheres negras mas dos sujeitos que compõem o tecido social do nosso país.

Obrigada!

figura 01 - Marielle Franco. Autoria de Joana Diniz / Mídia NINJA.





TRAJETÓRIAS DE FOTÓGRAFAS EM PORTO ALEGRE: desdobramentos entre arte, jornalismo e cidade

Marielen Baldissera¹

Resumo

Este artigo é resultante de uma pesquisa realizada com mulheres que utilizam a fotografia para se relacionar com o meio urbano na cidade de Porto Alegre - RS. Discuto a questão de gênero a partir de relatos de duas fotógrafas, mostrando como o fato de ser mulher se manifesta na relação com a cidade e revela situações em comum nas trajetórias abordadas. Apresento uma parte dos trabalhos de cada uma delas, em fotojornalismo e em artes visuais, para revelar seus contrastes e aproximações, levando em consideração entrevistas realizadas com suas autoras. Por meio da etnografia de rua e da fotoetnografia busco investigar de que modo essas mulheres se colocam nos espaços da cidade e como utilizam as possibilidades de movimento nas ruas para a criação de imagens. Com a análise de suas fotografias e de seus depoimentos, podemos perceber como elas constroem narrativas, pensamentos e memórias sobre a cidade.

Palavras-chave: fotografia, cidade, mulheres.

OTOGRAPH PATH IN PORTO ALEGRE: developments between art, journalism and city

Abstract

This article is composed of a research carried out on the photographic project of women who use photography to relate to the urban environment in the city of Porto Alegre - RS. I discuss the gender issue from two women's experiences reports, showing how the fact of being a woman changes the relationship with the city and reveals the situations in common in the covered trajectories. I present a part of each one's work in photojournalism and in the visual arts to reveal the contrasts and the approximations between them, taking into account the speeches given in interviews. Through street ethnography and photoethnography, I seek to investigate how women put themselves in the spaces of the city and how they use the possibilities of movement in the streets for the creation of images. With the analysis of their photographs and their testimonies, we can see how they construct narratives, thoughts and memories about the city.

Keywords: photography, city, women.

¹ Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestra em Poéticas Visuais pela UFRGS. Bolsista CAPES. marielen.baldissera@gmail.com

Introdução

Ao realizar uma pesquisa com mulheres que utilizam a fotografia para se relacionar com o meio urbano, recortei dois diferentes campos de criação de imagens: fotojornalismo e fotografia nas artes visuais. Assim sendo, contatei duas fotógrafas que fazem parte de minha rede de contatos: Camila Domingues e Helena Rocha, sempre levando em consideração que os sujeitos não são fixos em apenas um papel social e podem circular por diferentes meios. Na época da pesquisa de campo, no primeiro semestre do ano de 2017, as duas fotógrafas moravam e trabalhavam na cidade de Porto Alegre – RS.

Camila Domingues, 29 anos, é formada em jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e atualmente cursa mestrado em Urbanismo na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Começou no fotojornalismo desde a época da faculdade, quando foi estagiária no Jornal Hipertexto, da Famecos. Camila tem seu trabalho pessoal e artístico em que utiliza a fotografia relacionada a questões urbanas. Segundo ela, sua fotografia é documental e seus trabalhos têm foco na ideia da cidade como campo de conflito. Helena Rocha, 25 anos, é estudante de jornalismo pela PUCRS e fotojornalista. Começou na fotografia também durante a faculdade, na Famecos, quando entrou para o Núcleo de Fotografia, em 2014. Ela trabalha para a prefeitura de Porto Alegre, no cargo de estagiária no setor de fotografia. Com Helena tive a oportunidade de realizar uma saída de campo para acompanhar uma tarde de seu trabalho, relato essa experiência neste artigo.

É de meu interesse perceber como essas mulheres utilizam as possibilidades de movimentação nas ruas para a criação de imagens. A questão de gênero é abordada para mostrar como o fato de ser mulher se manifesta na relação com a cidade, por meio de depoimentos das duas fotógrafas. Ao entrar em contato com os deslocamentos de duas fotojornalistas/artistas é possível comparar diferentes vivências sobre um mesmo tema. Também apresento em imagens uma parte do trabalho fotojornalístico e artístico de cada uma para revelar os contrastes e as aproximações entre eles.

Pelo fato de eu trabalhar com pessoas já conhecidas minhas e ser fotógrafa como minhas interlocutoras, o movimento que faço nessa incursão é o de “transformar o familiar em exótico” (DAMATTA, 1978), e encontra-se dentro de uma “alteridade próxima” (PEIRANO, 2006, p. 57). Essa é uma abordagem da Antropologia Social contemporânea, em que o próximo a nós, o que está presente em nosso dia-a-dia é estudado. É a busca de se surpreender com o que já estamos acostumados, redescobrir nosso próprio sistema, reprogramar-se. Ser uma investigadora inquieta e interessada, disposta a ser tomada por surpresas, como fala Mariza Peirano (2008, p. 4): “[...] faz com que seja possível, como sabemos, fazer pesquisa etnográfica em lugares distantes, como em lugares próximos – com as mesmas forças e densidade”.
Trajetórias de fotógrafas

Ao entrar em contato com essas duas fotógrafas e buscar informações sobre suas vidas relacionadas ao seu trabalho, faço uma aproximação com os conceitos de biografia e trajetória localizados nos estudos da antropologia. Segundo Gilberto Velho (2013, p. 64), “nas sociedades onde predominam as ideologias individualistas, a noção de biografia, por conseguinte, é fundamental. A trajetória do indivíduo passa a ter um significado crucial como elemento não mais contido, mas constituidor da sociedade”. Para conhecer um pouco da trajetória das interlocutoras realizei entrevistas biográficas semiestruturadas e informais com elas.

A partir dessas conversas, apesar de breves, pude conhecer diversos fatos da vida das entrevistadas relacionados às suas carreiras na fotografia. Realizei este trabalho utilizando algumas metodologias e teorias provenientes do campo da Antropologia,

como as entrevistas mencionadas, o diário de campo, fotografias e etnografia de rua. A etnografia urbana foi empregada em conjunto com Helena, em uma saída de campo em que produzi imagens (fotografias espontâneas e retratos posados) utilizando o método da fotoetnografia, no qual me aprofundarei mais adiante. Após essa saída também escrevi um diário de campo com base em minhas memórias, em que relato a vivência o mais detalhadamente possível, a partir de meu ponto de vista. Segundo Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha (2003, p. 3): “O etnógrafo descreve, tradicionalmente em diários, relatos ou notas de campo, seus pensamentos ao agir no tempo e espaço histórico do Outro-observado, delineando as formas que revestem a vida coletiva no meio urbano”.

Ao me comunicar com esse “outro”, direcionei as perguntas para um papel exercido por elas: o de fotógrafa. Dentro de uma biografia, o sujeito pode exercer diferentes papéis sociais em diferentes contextos, cabe ao etnógrafo compreender e recortar das conversas vividas o que é de interesse para a pesquisa. Rocha e Eckert (2013, p. 120) refletem sobre os relatos de vida:

No método etnográfico, os relatos de vida são apreendidos como a maneira singular do sujeito cognoscente de interpretar experiências de vida numa ordenação temporal que lhe faça sentido, exteriorizando valores encarnados no cotidiano em sua forma singular de interagir nos diversos processos de socialização, de se relacionar nas redes múltiplas, evidenciando a complexidade das tramas cotidianas de inserção nos contextos sociais, da negociação dos papéis e performances demandados, da estruturação do eu (self) e do desempenho no ato comunicativo/vivido.

É importante demarcar o contexto geracional e social em que as duas fotógrafas estão inseridas. Ambas são jovens, na faixa dos vinte a trinta anos de idade, estão no início de suas carreiras e trajetórias sociais. Também tiveram contato com o mesmo curso universitário: Jornalismo na PUCRS. A fotografia, por exigir equipamentos tecnológicos para a sua elaboração, dispense custos e, geralmente é exercida por uma parcela da população mais privilegiada economicamente, que possui condições financeiras de comprar câmeras, lentes objetivas e computadores ou que tenha acesso a estes no ambiente de trabalho e estudo.

Helena e Camila contam que entraram no universo da fotografia, mais especificamente do fotojornalismo, durante a graduação na PUCRS. Camila começou a trabalhar como fotógrafa no jornal *Correio do Povo* um pouco antes de sua formatura. Posteriormente, trabalhou para o jornal *Zero Hora*. Atualmente ela abandonou o fotojornalismo, está cursando mestrado em Urbanismo na UFRGS, e concentra sua produção em trabalhos fotográficos pessoais/artísticos. Helena estagia na prefeitura de Porto Alegre há um ano, realizando fotoassessorismo e também fotojornalismo. Ela explica a diferença entre os dois termos:

Fotojornalismo é uma fotografia da notícia, do fato. Agente assessora imageticamente a prefeitura de Porto Alegre, o gabinete do prefeito. Então acho que sempre tem um posicionamento de fazer com que aquilo que a gente tá retratando seja visto de uma maneira positiva. Tem essa diferença. É uma assessoria fotográfica.

Helena também tem o seu trabalho pessoal e artístico com a fotografia. O que nos leva a pensar na perspectiva de “projeto de vida” a que Velho se refere. Os projetos de vida estão intimamente ligados com individualidade, memória, trajetória e biografia, “[...] o projeto é a antecipação no futuro dessas trajetória e biografia, na medida em

que busca, através do estabelecimento de objetivos e fins, a organização dos meios através dos quais esses poderão ser atingidos” (VELHO, 2013, p. 65). O projeto não é único, podem existir vários ao mesmo tempo, eles podem combinar entre si e trabalhar em conjunto, ou até mesmo convergir de maneira radical:

Os projetos individuais sempre interagem com outros dentro de um campo de possibilidades. Não operam num vácuo, mas sim a partir de premissas e paradigmas culturais compartilhados por universos específicos. Por isso mesmo são completos e os indivíduos, em princípio, podem ser portadores de projetos diferentes, até contraditórios (VELHO, 2013, p. 137).

A ideia inicial desta pesquisa era dividir as fotógrafas em categorias distintas, como fotojornalista ou artista. Havia pensado em Camila como artista, por ter deixado o jornalismo para trás, e Helena como fotojornalista. Após começar a aproximação com o campo e as entrevistas percebi que seria muito limitante utilizar uma ideia tão fechada, pois as duas circulam por diferentes papéis e executam hibridismos, com diferentes projetos de vida que se aproximam em alguns momentos e, em outros, são completamente divergentes. O ponto de encontro que pude perceber entre seus projetos de fotojornalistas e artistas é a temática do urbano. Levando isso em consideração, procurei investigar sobre a maneira como essas duas mulheres se relacionam com o ambiente citadino ao executar seus trabalhos fotográficos.

Para Camila, o urbano é muito presente em sua vida, de uma forma intrínseca. Talvez por estar desenvolvendo um projeto de mestrado em Urbanismo e diversos outros projetos paralelos, ela possui propriedade de fala e consegue enxergar de que maneira esse assunto aparece em sua biografia e vira temática para fotografia:

O meio urbano tá associado a minha vida de todas as formas porque eu sou uma pessoa que sempre viveu na cidade. Diferente de grande parte das pessoas que veio do interior, que tem parentes no interior, eu nunca tive isso. Todos os meus familiares e toda a minha vida sempre aconteceu na cidade, sempre foi muito urbana, minha infância sempre foi muito urbana. Então, eu comecei a descobrir que isso estava muito presente na minha vida e na forma que eu encarava a vida, eu não me relaciono bem com a natureza. É uma coisa estranha pra mim. E ao mesmo tempo em que eu me relaciono bem com o meio urbano eu tento entender ele, tento entender o que tem por trás dele. O jornalismo me possibilitou ver essas diversas faces da cidade, sabe, do espaço urbano. Porque no jornalismo tu é obrigada a ir para universos que tu não imagina que existem dentro da cidade. No jornalismo eu tive essa visão, e quando eu saí do jornalismo, que eu disse que não queria mais fotografar para veículos diários ou fazer fotojornalismo, esse tema ainda estava muito latente em mim, e eu sentia a necessidade de transformar, utilizar ele no meu discurso fotográfico. E aí eu comecei a pensar, eu sempre tive a intenção de ter um grande tema, de ter uma grande motivação para fotografar, não simplesmente fazer projetos aleatórios. Eu comecei a ver que o espaço urbano era central nisso, nessa história. Um espaço urbano principalmente como espaço de conflito entre as pessoas entre si ou entre as pessoas e o próprio espaço era algo que me chamava a atenção.

Helena, por trabalhar para a prefeitura e cobrir pautas pela cidade de Porto Alegre, está constantemente em contato direto com o meio urbano. Mas a reflexão sobre sua relação com o urbano está em fase de construção, de um dar-se conta das conexões.

Pude notar que ela se surpreendia com algumas perguntas minhas sobre o tema e percebia que nunca havia pensado sobre. Ela fala:

Eu me desloco o tempo inteiro pela cidade. [...] E eu acho que o que mais aparece nessa relação é a descoberta de lugares novos, de lugares que eu não tenho oportunidade de ir se não através da fotografia e da prefeitura. E também tem a relação de retratar a cidade por meio da assessoria pela prefeitura né, que é registrar positivamente a cidade. Ou não, que nem eu fiz o confronto da guarda municipal antes. Ali foi bem fotojornalismo, não teve um viés positivo ou negativo.

Helena geralmente recebe as pautas que deve cobrir no dia anterior ao acontecimento, ou, em alguns casos, no mesmo dia. Ela se desloca pela cidade a pé ou de carro, acompanhada por um motorista da prefeitura, dependendo da distância do local em que a pauta irá ocorrer. Tive a oportunidade de acompanhar ela em uma pauta na Vila das Laranjeiras, no dia 27 de junho de 2017, em que um grupo de pessoas da Secretaria Especial dos Direitos Animais (SEDA) estava circulando pelo bairro e aplicando vacinas nos cães da comunidade. Segue um trecho do meu diário de campo em que relato minha experiência:

Conseguimos achar a equipe da SEDA no final da Rua Cinco. Helena e eu descemos do carro, ela já com a câmera na mão e colete de equipamentos vestido, enquanto Bruno estacionou e ficou nos esperando. Helena se apresentou às trabalhadoras, disse que era da prefeitura e veio para fotografar a ação. Apresentei-me como acompanhante de Helena, e também peguei a minha câmera para fazer algumas fotos. O grupo iniciou o trajeto, saindo do ponto de encontro em uma das casinhas da vila, seguindo para uma casa na encosta da pedreira. O grupo era formado por cinco mulheres, três com identificação da SEDA, que recolhiam e passavam informações aos moradores, e duas com coletes brancos com identificação da “Medicina Veterinária”, que aplicavam as vacinas. Havia dois homens com coletes da Cootravipa (Cooperativa de Trabalhadores Autônomos das Vilas de Porto Alegre), que faziam um trabalho mais físico, de carregar caixas e imobilizar os cachorros com uma corda. Pelo que pude entender, elas fazem esse trabalho já há algum tempo, e conhecem os moradores e os cachorros da Vila. Helena não conversou muito com as pessoas, não recolheu informações jornalísticas, apenas fotografou. Ela disse que o trabalho dela naquele momento é apenas fotografar, depois que as fotos estão editadas, são colocadas em um banco de dados, de onde os jornalistas as selecionam para acompanhar suas matérias. Não havia nenhum jornalista escrevendo a matéria no mesmo dia conosco, eles podem fazer essa parte do trabalho em outro momento. Seguíamos junto com o grupo, enquanto elas iam de casa em casa, recolhendo os dados dos moradores e aplicando as vacinas nos cachorros. Também marcavam com alguns uma data para realizar a castração dos animais. Não ficamos muito tempo com o grupo, por volta de meia hora, tempo suficiente, segundo Helena, para conseguir as imagens necessárias para esta pauta.

Nessa saída de campo levei comigo uma máquina fotográfica, como costumo fazer quando vou para lugares que tem potencial para boas fotografias. Esse método está presente em minha vida como fotógrafa/artista e também ao me inserir no

meio antropológico, principalmente na Antropologia Visual, pois como diz José da Silva Ribeiro (2005, p. 628), “a câmara fotográfica (e por vezes a cinematográfica) acompanhou quase sempre o antropólogo em suas deslocalizações”. Rocha e Eckert (2003, p. 22) concordam, ao abordar especificamente a etnografia de rua:

No decorrer desta experiência etnográfica na rua, no bairro, na cidade, a introdução de instrumentos audiovisuais como a câmera fotográfica e/ou a câmera de vídeo, passam a fazer parte do seu olhar e atitude de coleta de dados de pesquisa: o exercício de etnografia de rua, inclui então, “a câmera na mão.”

Podemos fazer um exercício de comparar as fotografias produzidas nesse dia por Helena (Figs.1, 2 e 3) e por mim (Figs. 4, 5 e 6), criando um jogo de narrativa imagética em que dois olhares se cruzam e se complementam. Nas fotografias de Helena, podemos ver a “fotografia eficiente” a que Milton Guran (1991, p. 5) se refere: “No fotojornalismo o que importa é a eficiência da foto em transmitir com clareza uma determinada informação jornalística. Para nós foto boa é foto eficiente.” Suas imagens são produzidas com a preocupação de documentar um acontecimento de forma clara e informativa. Já o meu olhar deteve-se em detalhes do local que pudessem passar informações e sensações de outro ponto de vista além do fato que estava acontecendo (a vacinação dos cachorros dentro da Vila).



Figuras 1, 2 e 3: Helena Rocha: Unidade de Medicina Veterinária (UMV) realiza atendimento de animais comunitários na Vila das Laranjeiras – 27.06.2017. Fonte: <https://www.flickr.com/photos/prefeituraportoalegre/albums/72157683491221210>

Figuras 4, 5 e 6: Marielen Baldissera: Fotos que fazem parte do ensaio sobre um dia de trabalho da fotógrafa Helena Rocha. Fonte: acervo pessoal da fotógrafa. Para contextualizar o olhar fotográfico sobre o assunto, utilizo o método da fotoetnografia, termo cunhado pelo pesquisador Luiz Eduardo Robinson Achutti. Séries de imagens fotográficas para comunicar uma ideia, um conceito, são muito utilizadas nas Artes Visuais e na Antropologia, como ele explica:



O que parece interessante para a antropologia é a utilização da fotografia para trabalhar além das aparências, [...] isso para tornar-se um meio de restituição, uma outra forma de narrar nosso olhar sobre o Outro. É o que caracteriza a fotoetnografia, a fotografia como escritura por inteiro, quando se para de recorrer às palavras para se deixar levar em uma viagem visual reveladora, abrigando o inefável que igualmente encerra conhecimento e sentido. (ACHUTTI, 2004, p. 87)

Tomando a fotografia como uma escritura e saindo dessa experiência de campo específica para voltar a falar das trajetórias das fotógrafas Camila e Helena, proponho-me a fazer uma leitura do trabalho imagético das duas fotógrafas pesquisadas, relacionando suas criações na área do jornalismo e das artes visuais.

Sobre fotografia: trabalho autoral e trabalho jornalístico

As duas personagens presentes nesta pesquisa realizam trabalhos tanto no fotojornalismo quando na criação artística. Em sua produção, a temática urbana é recorrente e aparece em diversas fotografias de Camila e Helena, de diferentes modos. As imagens criadas podem ser lidas como uma forma de narrativa sobre a cidade, fazendo um paralelo com a citação de Rocha e Eckert (2013, p. 130): “A descrição da cidade, que somos nós e que está em nós, é uma narrativa que se transforma no jogo da memória de seus habitantes, tanto quanto na do etnógrafo, que reinterpreta as interpretações dos habitantes cujas trajetórias ele pesquisa.” A

descrição que as fotógrafas fazem é imagética, uma forma de linguagem, que também é utilizada como material para a Antropologia Urbana, Visual e da Imagem. Durante as entrevistas, incentivei-as a comentar sobre seus trabalhos pessoais que tivessem envolvimento com a cidade. Helena Rocha comentou sobre um trabalho em que fotografa a sua avó Ivone (Fig. 7):

Eu faço um trabalho com a minha vó, que é um retrato dela como personagem também e essa relação que ela tem de transformação, na idade dela, que é uma idade avançada, em que normalmente as pessoas tendem a se estagnar, e ela não. Ela, depois que o meu vô faleceu, acho que ela se sentiu mais livre e começou a usar roupas super coloridas, e agora tem um brechó. Só que ela mora dentro de um bairro, que o bairro não cresce, tá sempre igual, é um bairro fantasma, então eu fico imaginando ela se transformando dentro de um lugar que está parado, é uma contradição bem grande.



Figura 7: Helena Rocha: Ivone, 2016. Fonte: acervo pessoal da fotógrafa.

Camila Domingues trouxe um projeto sobre um bairro de Porto Alegre chamado IAPI (Figs. 8 e 9). Segundo ela, esse provavelmente é o projeto de sua vida, aquele que ela nunca irá acabar.

O que é o IAPI, o IAPI é o conjunto habitacional mais antigo do Brasil. Eu sempre parto de alguma informação e vou reinterpretar da minha forma. Ele é o primeiro conjunto habitacional do país, isso é muito grande, é muito importante, é um marco. Ele está totalmente degradado e descaracterizado. [...] eu nasci lá. A minha vó foi uma das dez primeiras moradoras do bairro. Várias gerações da minha família... Tem essa questão, será que eu vou falar que é minha família ou não? Enfim, é minha família né, me criou. Mas, desde a minha infância morei lá, todas as gerações depois da minha vó moraram lá. Então é um espaço que eu domino. Se eu tivesse que delimitar um espaço em Porto Alegre que eu domino totalmente é aquele.



Camila se sentiu mais confortável em falar sobre outros projetos, como o “Intrusos”, ensaio que versa sobre a violência no trânsito e os atropelamentos de ciclistas. Ela fotografou espaços da cidade onde as pessoas foram vitimadas, tentando tirar a referência humana da imagem. Para a fotógrafa, esse trabalho marcou muito a sua “[...] transição entre o jornalismo e uma fotografia mais artística”. Ele já tem certa finalização, diferente do projeto do IAPI, que está em andamento, sem muitas certezas de para onde vai seguir. Para esse escrito, é importante mencionar o “IAPI”, por se relacionar com o trabalho de Helena: ambos partem de uma personagem afetiva e feminina, a avó, e se deslocam para a cidade. Esse modo de se relacionar com o outro, com as imagens, biografias, histórias das pessoas e das cidades, aproxima o método de trabalho de artistas e antropólogos, como bem coloca Stéphane Malysse (2005, p. 741):

Artistas e antropólogos compartilham da mesma dimensão prática de suas atividades, nas quais eles se apropriam do e representam o Outro. Tanto os artistas quanto os antropólogos trabalham com os conceitos de distância e de intimidade, uma intimidade ligada às práticas de pesquisa e às formas de descrição utilizadas. Ambos sabem lidar e se situar entre o público e o mundo, entre o dentro e o fora, entre o individual e o coletivo.

Ao mesmo tempo em que possuem esses e outros trabalhos pessoais com fotografias mais poéticas e conceituais, as duas têm proveniência e treinamento no fotojornalismo, em que o foco é a informação. Solicitei que me enviassem algumas imagens que, para elas, resumissem o seu trabalho jornalístico. Escolhi duas fotografias (Figs. 10 e 11) com linguagem reconhecidamente jornalística para contrastar a diferença que existe entre os dois campos de trabalho das fotógrafas.

São imagens que, como as feitas por Helena na pauta da Vila das Laranjeiras, servem para uma “fotografia eficiente”. Guran explica o termo, em entrevista à Ana Maria Mauad (2009, p. 34):

Fotografia eficiente é aquela que traduz com eficácia, com eficiência, que veicula a informação para a qual ela foi produzida. [...] Porque a foto eficiente é aquela que é eficiente na sua função de levar adiante

uma determinada informação e isso é resultado da boa utilização da linguagem fotográfica a serviço desse determinado fim. Ambas são bem compostas e trabalham com camadas de informações, possuem um cuidado estético, como as fotografias dos projetos pessoais, mas não estão inseridas dentro de um contexto artístico. A fabricação de imagens pertinentes a estes dois campos, mostra a capacidade de circulação das personagens entre a arte e o jornalismo.



Figura 10: Camila Domingues: Manifestação no centro de Porto Alegre contra a PEC 55, 2016. Fonte: acervo pessoal da fotógrafa.



Figura 11: Helena Rocha: Incêndio no ônibus “731 Parque dos Maias-Sertório” no terminal Parobé, 2017. Fonte: acervo pessoal da fotógrafa.

Essa conciliação entre dois universos de trabalho é algo comum aos artistas, independente da área: músicos, fotógrafos, pintores, atores. Devido ao pouco incentivo que existe para a área da cultura nas políticas públicas e o comportamento da maioria dos artistas de “[...] desdém pelas regras da sociedade em geral” (BECKER, 2009, p. 123), as pessoas que decidem trabalhar com o ramo da arte, geralmente precisam ter atividades extras para poder sobreviver. Outra opção é ajustar o seu lado artístico a uma atividade não tão distante, mas que possa gerar ganhos monetários garantidos, como coloca Howard Becker (2008, p. 96):

Outros artistas têm empregos que fazem parte do mundo da arte, embora não como artistas. Os pintores podem trabalhar como emolduradores, compositores como orquestradores, romancistas e poetas como editores. Em um arranjo comum, ensinam a arte que praticam, nas escolas primárias e secundárias, nas escolas profissionais de arte e como professores particulares.

Becker (2009, p. 122) também menciona um dilema na vida de músicos de jazz, que se ajustam como bons profissionais dentro do próprio meio artístico, mas sem executar criações próprias, o que pode ser relacionado com a vida de grande parte da classe artística: um modo de ajustar-se às realidades do trabalho sem sacrificar o autorrespeito é adotar a orientação do artesão. O músico que faz isso não está mais preocupado com o tipo de música que toca. O que o interessa é unicamente se a toca corretamente, se possui as habilidades necessárias para fazer o trabalho como deve ser feito.

O trabalho do fotojornalismo, quando colocado em oposição ao trabalho artístico, se aproximaria mais à orientação do artesão. Mas eles não estão sempre em oposição, pois as duas conseguem inserir seu olhar artístico dentro da produção do jornal. A personalidade e a bagagem de cada fotógrafa refletem na construção de suas imagens para os meios de comunicação, apenas o esquema de pensamento é diferenciado. Seja de maneira proposital e pensada ou inconscientemente, devido a possuir um olhar educado visualmente, composições mais elaboradas e ousadas aparecem em fotografias que elas selecionaram classificando como fotojornalísticas. As duas confessaram que essas fotos em que buscavam inserir seu olhar pessoal raramente são escolhidas para serem publicadas. Ao mesmo tempo, o fotojornalismo se insere nas produções artísticas, de alguma maneira, como fala Camila:

Bom, já que eu saí do jornalismo e fui pra arte, eu sempre tento dialogar com os meus pares né. Eu vou tentar dialogar mais com a classe artística do que com os fotojornalistas, obviamente. Mas eu acho que por trás o meu trabalho sempre vai ter um viés político, eu nunca vou fazer arte pela arte. Nunca, nunca, nunca. Respeito quem faça, mas eu não consigo fazer. Então eu sempre vou tentar dialogar com a sociedade como um todo.

Nesse momento, Camila havia deixado para trás a área da fotografia de informação, e Helena, ao final da entrevista, confidenciou de forma rápida que não estava mais satisfeita com o formato do jornalismo, pois a deixa “dura”. As duas disseram estarem descontentes com o ramo do fotojornalismo, e empenhadas em focar mais em seus trabalhos pessoais. Essa busca por novos rumos está ligada com os diferentes projetos que Velho (2013, p. 138) menciona e suas transformações ao longo da vida:

Os projetos, como as pessoas, mudam, ou as pessoas mudam através de seus projetos. A transformação individual se dá ao longo do tempo e contextualmente. A heterogeneidade, a globalização e a fragmentação da sociedade moderna introduzem novas dimensões que põem em xeque todas as concepções de identidade social e consistência existencial, em termos amplos.

Camila também se deu conta de que o fato de estar com um pensamento mais voltado para as questões de gênero, feminismo e falar sobre mulheres, devido à inserção no coletivo Nítida e outras vivências, teve reflexo em sua fotografia e no modo como ela se colocava no trabalho para o jornal:

É sempre um processo que tu vai te dando conta de até onde vai o teu domínio da imagem. E eu, quando eu voltei agora pro jornalismo, tava trabalhando na Zero Hora e eu fiz uma pauta no final de semana para o Segundo Caderno, que era um encontro Medieval, tipo um cosplay medieval em Charqueadas. E aí fiz várias fotografias e virou contracapa da Zero Hora, e a foto principal era uma mulher golpeando um cara em uma luta. E essa mulher me achou no Facebook e foi falar comigo, me pedir as fotos, ela tinha ficado muito feliz, porque ela tava numa posição de destaque e ela queria comprar as fotos. Daí tá, beleza, resolvi isso, e depois eu fiquei pensando “Poxa, tinha um monte de homem, ela era a única mulher lutando, e por que eu, de alguma forma, inconscientemente fotografei essa mulher, fotografei muito ela, e selecionei as fotos em que ela estava em uma posição de poder?” [...] Será que por ser mulher eu me identifiquei com ela? E depois eu me dei conta de que quando eu ia para os protestos, eu sempre priorizava colocar mulheres à frente, ou mulheres em posição de ação.

As duas relataram que o fotojornalismo é um meio muito masculino e ainda muito machista. Helena trabalha em uma equipe de seis pessoas e ela é a única mulher. Essa relação entre mulheres, produção de imagem e o meio urbano foi abordada durante as entrevistas e é discutida no próximo subtítulo.

Mulheres e o urbano

Pensando no recorte de gênero que faço ao estudar apenas mulheres fotógrafas e o modo como elas produzem imagens na cidade, é inevitável falar sobre as diferenças entre o masculino e feminino no meio urbano. A cidade não era e não é um lugar de liberdade para as mulheres como foi e é para os homens, a vivência de ambos no espaço é bastante diferenciada. As cidades não foram construídas pensando nas necessidades e problemas das mulheres, talvez pelo consenso inicial de que a mulher pertence ao mundo privado e o mundo público e o viver social pertencem ao homem (POLLOCK, 1988, p. 67). O lugar da mulher por excelência era o espaço doméstico, esse fato (entre muitos outros) não contribuía para que elas se tornassem grandes artistas. Mary Bashkirtseff, uma artista russa de família nobre, escreveu longos diários entre os anos de 1860 e 1884, em que contava sobre sua situação e lamentava sobre como a privação de uma circulação total dificultava seu desenvolvimento no mundo das artes:

O que eu desejo é a liberdade de andar por aí sozinha, de ir e vir, [...] de parar e olhar para as lojas de arte, de entrar em igrejas e museus, de andar pelas ruas antigas à noite; Isso é o que eu almejo; e essa é a liberdade sem a qual não se pode se tornar um verdadeiro artista (BASHKIRTSEFF, 1889).

Já os homens tinham todo o acesso às ruas para criar livremente, e usufruíam dele em larga escala. Era algo tão comum que na época da modernidade surgiu o famoso flâneur, uma figura masculina que caminhava pelas ruas da cidade sem compromisso, observando o que acontecia ao seu redor, mesclando-se na multidão que surgia com o crescimento das cidades modernas. Isso seria algo inimaginável para as mulheres, pelos motivos que Griselda Pollock (1988, p. 71) cita:

As mulheres não desfrutavam da liberdade de andar anônimas na multidão. Elas nunca foram as ocupantes normais do domínio

público. Elas não tinham o direito de olhar, de encarar, examinar ou observar. Como o texto Baudelairiano passa a mostrar, as mulheres não olhavam. Elas estão posicionadas como o objeto do olhar do flâneur.

Como ela coloca, o poeta Charles Baudelaire escreveu sobre esse observador urbano, como também o filósofo Walter Benjamin. O flâneur ficou muito ligado à figura do fotógrafo de rua, pois basta acrescentar uma câmera ao personagem do caminhante e assim ele passa a produzir imagens em suas deambulações. Poderíamos assim fazer uma flexão de gênero, colocando a fotógrafa de rua e a artista que perambula pela rua como o feminino do flâneur, a flâneuse, mas esse jogo de palavras não é tão simples, como explica Lauren Elkin (2016): “Talvez a resposta não seja tentar fazer uma mulher caber em um conceito masculino, mas redefinir o conceito em si. [...] Em vez de vagar sem rumo, como seu oposto masculino, a flâneur fêmea tem um elemento de transgressão: ela vai para onde ela não deveria ir.” Na intenção de redefinir o conceito, é necessário buscar as flâneuses contemporâneas e estudar sobre como elas interagem com o ambiente da cidade. Seria muito mais confortável permanecer no espaço doméstico que foi reservado às mulheres, afinal, como dizem Michel de Certeau e Luce Giard (2013, p. 207), “o espaço privado é aquela cidade ideal onde todos os passantes teriam rostos de amados, onde as ruas são familiares e seguras, onde a arquitetura interna pode ser modificada quase à vontade.” Mas muitas mulheres não se contentaram com essa condição e saíram às ruas em busca do outro, e continuam saindo.

Referir-se ao contexto histórico funciona como um agente provocador para que comparações com o presente sejam feitas. Ocupar a rua e ter o domínio de seu próprio olhar, na recusa de ser um objeto a ser olhada, ainda se constitui como um ato de transgressão. Interessa-me pesquisar as mulheres que assumem a posição de quem define, e não de quem é definida, mesmo que seja apenas no momento de criação de imagens. Mulheres artistas e fotógrafas existem muitas, mas, ao deixar clara a importância do gênero, uma tomada de discurso é assumida. Busco entender o olhar delas e de que maneira a sociedade é transformada em imagem a partir desse olhar, que não necessariamente faz parte de um imaginário “feminino”, mas que vem de um lugar social, político e identitário construído a partir de convenções e vivências. O fotojornalismo carrega em seu âmago a ideia de sair para as ruas para fotografar. Como disse a fotógrafa Sabine Weiss, a fotografia aliada ao jornalismo era um meio para as mulheres poderem ver tudo, chegar em todos os lugares, conversar com todas as pessoas (ROSENBLUM, 2010, p. 185). Dou ênfase aqui para alguns relatos das duas fotógrafas entrevistadas em que elas contam como é ser mulher, fotojornalista, e circular pela cidade. Camila fala que:

É muito difícil ser mulher e trabalhar na rua. É muito difícil hoje fotografar na rua, em geral. Ser mulher especialmente é muito pior. Porque a gente vive numa sociedade machista, a gente vive numa sociedade insegura e eu tenho medo de sair pra rua sem câmera, eu me sinto vulnerável a qualquer momento, se eu estou sozinha, principalmente, na rua.

Ela também sente diferença no tratamento que as pessoas tinham com ela e com seus colegas homens na época em que trabalhava diariamente para jornal: “[...] eu vejo que o entorno encara o fotógrafo homem diferente da fotógrafa mulher, as pessoas. Os caras mexem contigo, os caras querem conversar contigo, querem perguntar... Entende? Parece que tu é mais acessível.” Já Helena sente menos diferença de tratamento na rua, mas percebe mais estranhamentos na relação interpessoal com seus colegas de profissão:

Eu nunca fui assediada, mas eu já senti olhares, sabe, eu já senti uma coisa que não é tangível, que é mais algo intangível ao ser mulher e estar fotografando. Mas eu sinto isso. Eu sinto, por exemplo... Hoje aconteceu algo do tipo que é os meus colegas de trabalho comentando de eu estar com uma regata.

Ela continua:

Aí vai de pessoa pra pessoa, não sei se é uma tendência natural de homens, mas não é a primeira vez que o meu chefe deixa de me escutar em algum tipo de opinião porque ele acredita que ele sabe mais que eu. Isso já aconteceu várias vezes. De assuntos que eu até dominava, sabe, isso é difícil. Levar uns cortes por isso. Mas têm piadinhas no Whatsapp, de mulher, eu sou ali a única mulher e eu me sinto às vezes meio constrangida, já rolou várias vezes de a gente estar em pauta e eles ficarem falando de mulher e eu tô ali no meio, e me sinto... “O que que eu tô fazendo aqui?” sabe?

A questão da roupa é algo que incomoda muito Helena no seu dia-dia profissional. Quando perguntei se ela já sentiu medo ou desconforto em alguma pauta pelo fato de ser mulher, ela responde: Acho que sim, mas nada que me impedisse de trabalhar. Acho que no confronto ali, apesar de eu saber me colocar, saber o que tenho que fazer no meu trabalho, às vezes eu fico um pouco com receio. Principalmente por causa da roupa. Isso é o que me deixa muito de mãos atadas ao fotografar. Porque nem sempre eu quero estar de calça jeans e uma blusa que me cubra, às vezes tá muito quente. Às vezes eu tô de macacão e meia calça daí eu já me sinto bonita demais para estar fotografando, parece que tu tem que ser completamente invisível. Isso me perturba. Eu não posso ser realmente quem eu sou, fotografando.

Quanto ao posicionamento de se colocar na rua, as duas tem falas parecidas, Helena diz que “Eu não percebo isso porque também é muito parte de mim me colocar de uma maneira agressiva sabe? Aquela coisa de que tu precisa marcar teu território dentro dessa galera do fotojornalismo.” Algo com que Camila concorda, segundo ela:

[...] eu acho que eles (os colegas homens) eram mais bem aceitos. Não sei se eu tinha uma posição diferente em relação da deles, sabe. Porque eu tinha que encarar aquilo, eu não podia... quando tu tá no fotojornalismo, se tu recua, eles te engolem, então tu tem que te colocar.

As “táticas” que as mulheres que ocupam a rua têm de utilizar, esse “saber se colocar”, estão relacionadas com o que fala Michel de Certeau (1998, p. 100): “A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha.” As mulheres fotojornalistas, em um meio majoritariamente masculino, precisam se impor e criar modos de sobrevivência, abrir espaço para a possibilidade de execução de seu trabalho. Trabalho esse que já é difícil em sua essência, mas, para elas, existem dificuldades diferentes, relacionadas diretamente com seu gênero feminino. Como, por exemplo, a questão da vestimenta, elas precisam escolher a roupa que irão usar pensando nas consequências, na maneira que uma blusa mais aberta irá influenciar na forma como serão lidas e tratadas. As micro táticas executadas durante o cotidiano de trabalho acabam por influenciar em como elas interagem com o espaço da rua e criam suas imagens.

Mesmo não escolhendo temáticas explicitamente feministas ou que lidem com o fato de “ser mulher”, essa questão está intrínseca, e acaba por aparecer quando suas experiências são compartilhadas e descritas em detalhes.

Conclusão

Esta conclusão não se propõe a um fechamento, mas sim a uma abertura para novos empreendimentos etnográficos e fotoetnográficos no mundo das mulheres produtoras de imagens e sua relação com a cidade. Como toda pesquisa, esta se transformou durante o seu decorrer, na medida em que as conexões e surpresas foram se apresentando e, para mim, justamente nesse processo de descoberta que reside o prazer de pesquisar. Falei sobre criadoras de imagens, sobre as imagens que elas criaram em diferentes campos de atuação e, eu mesma criei imagens durante o processo. A conexão para todas essas imagens fotográficas sempre foi o tema do “urbano”, aliando as áreas da Antropologia Urbana e da Antropologia Visual.

Ao comparar o trabalho de duas fotógrafas que se inserem no meio do fotojornalismo e da arte percebi que esses projetos se mesclam, se aproximam e se afastam, dependendo do momento de vida, dos objetivos colocados e das pessoas envolvidas. Também foi possível realizar uma aproximação do processo de criação fotográfico. Ao reconhecer a fotografia como produto das referências e da história de vida de suas autoras é preciso fazer um recorte de gênero. O fato de ser mulher é uma das questões que une as trajetórias de Camila e Helena e que traz situações em comum nas vidas das duas fotógrafas. As mulheres estão na cidade de modo diferente dos homens, e isso se reflete em sua produção imagética. De que maneira isso acontece? O tempo dispendido para a construção desse trabalho foi reduzido, sendo assim não foi possível realizar grandes aprofundamentos na biografia de cada uma delas. Imersão e convívio prolongado seriam necessários para realizar uma escrita mais consistente e chegar a conclusões mais elucidativas, mas esse desejo de um mergulho no assunto fica guardado e latente para pesquisas futuras. Ao acompanhar duas fotógrafas que estão em uma condição social e geracional muito próxima, uma pequena parte desse mundo foi analisada, mas a diversidade que pode ser encontrada apenas na cidade de Porto Alegre é muito rica e merece ser investigada. Existem muitas mulheres produzindo, não apenas fotógrafas, mas também artistas que utilizam outros meios, que podem se inserir diretamente na urbe, como grafites, lambes, stickers, estênceis, instalações, etc. Essa é a base de minha pesquisa de doutorado, em que busco encontrar mulheres que produzem imagens da e na cidade para falar sobre suas trajetórias, criações, anseios, dificuldades, imaginários e táticas. Mulheres que vão contra o que lhes é imposto, ocupando o espaço urbano e agindo sobre ele, construindo narrativas, pensamentos e memórias sobre a cidade que habitamos.

Referências bibliográficas

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. Fotoetnografia da Biblioteca Jardim. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Tomo Editorial, 2004.

BASHKIRTSEFF, Marie. The Journal of a Young Artist, 1860-1884. New York: Cassell and Company, 1889.

BECKER, Howard. Art worlds. Berkeley: University of California Press, 2008.

_____. Howard S. Outsiders: estudos da sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

DaMATTA, Roberto. O ofício do etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, Edson de Oliveira (org.) A aventura sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

DE CERTEAU, Michel. GIARD, Luce. MAYOL, Pierre. A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

DE CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano. Artes de fazer. Vol 1. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

ELKIN, Laura. 2016 “A tribute to female flâneurs: the women who reclaimed our city streets” Disponível em: <https://www.theguardian.com/cities/2016/jul/29/female-flaneur-women-reclaim-streets?CMP=fb_a-cities_b-gdncities> Acesso em Agosto de 2016.

GURAN, Milton. Linguagem fotográfica e informação. Dissertação de mestrado. UNB, Brasília, 1991.

MALYSSE, Stéphane. Entre arte e antropologia: diálogos e apropriações. Revista de Antropologia, São Paulo: USP, 2005, v 48, n 2. Pp 739-747

MAUAD, Ana Maria. Milton Guran, a fotografia em três tempos. Studium 28, Unicamp, Inverno 2009.

PEIRANO, Mariza. A alteridade em contexto: o caso do Brasil. In. PEIRANO, Mariza. A Teoria vivida: e outros ensaios de antropologia. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.

PEIRANO, Mariza. Etnografia, ou a teoria vivida. Revista Ponto Urbe, ano1, n.2, Universidade de São Paulo, 2008.

POLLOCK, Griselda. Vision & difference. Femininity, Feminism and the Histories of Art. London: Routledge, 1988.

RIBEIRO, José da Silva. Antropologia visual, práticas antigas e novas perspectivas de investigação. Revista de Antropologia, São Paulo: USP, 2005, v 48, n 2. Pp 613-648

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. ECKERT, Cornelia. Etnografia da Duração: antropologias das memórias coletivas nas coleções etnográficas. Porto Alegre: Marcavizual, 2013.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. ECKERT, Cornelia. Etnografia de rua: estudos de antropologia urbana. Revista Iluminuras, Porto Alegre, RS v.4 n.7, 2003.

ROSENBLUM, Naomi. A history of women photographers. New York: Abbeville Press, 2010.

VELHO, Gilberto. Um antropólogo na cidade. Ensaios de antropologia urbana. [Org: Hermano Vianna, Karina Kuschnir, Celso Castro.] Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MULHERES E LUGARES DE FALA: um percurso pelas entrevistas cartográficas na Fronteira Brasil-Uruguay

*Luana Pavan Detoni¹
Lorena Maia Resende²*

Resumo

Pesquisar a fronteira entre Brasil e Uruguay, a partir da temática mulheres e lugares de fala, coloca em questionamento o que, como e também quem produz o conhecimento sobre esse território na contemporaneidade. Este ensaio tem como objetivo percorrer a experiência das entrevistas de manejo cartográfico realizadas durante uma viagem contínua pela fronteira. As pistas, que essas entrevistas se dispõem a apreender, aproximam teorias da filosofia, da arquitetura e do urbanismo, juntamente com o método da cartografia e também da técnica da collage, da compreensão do que é lugar de fala e desse corpo-mulher-pesquisadora. Corpo evidenciado em duas narrativas principais: a entrevista agendada e ao acaso. As contribuições decorrem de um processo que procura ser ético e estético, pois desvia de uma perspectiva individual e temporária de um pesquisador estrangeiro, através da captura das vozes fronteiriças, ou seja, da experiência de quem vive e compõem esse lugar do entre. Palavras-Chave: mulheres, lugares de fala, entrevista cartográfica.

SPEAKING WOMEN AND PLACES: a journey through cartographic interviews at the Brazil-Uruguay border

Abstract

Searching the border between Brazil and Uruguay, based on the theme of women and places of speech, questions what, how and also who produces knowledge about this territory in the contemporary world. This essay is intended to cover the experience of cartographic management interviews conducted during a continuous journey across the border. The clues that these interviews are prepared to grasp, approach theories of philosophy, architecture and urbanism, along with the method of cartography and also the technique of collage, the understanding of what is a place of speech, and that body-woman-researcher. Body evidenced in two main narratives: the scheduled and random interview. The contributions come from a process that seeks to be ethical and aesthetic, since it diverts from an individual and temporary perspective of a foreign researcher, through the capture of the border voices, that is, of the experience of those who live and make up this place from the inside.

Keywords: women, places of speech, cartographic interview.

¹ Mestra em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU). Arquiteta e Urbanista graduada pela Universidade Federal de Pelotas (2014). E-mail: luana-detoni@gmail.com.

² Mestra em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU). Arquiteta e Urbanista graduada pela Universidade Federal de Pelotas (2016). E-mail: lo-renamiltao@gmail.com.

Introdução

A temática “mulheres e lugares urbanos” instiga e possibilita as pesquisadoras a revisitarem a experiência da viagem pelas cidades-gêmeas da fronteira Brasil e Uruguay, sob esta perspectiva. A intenção de trazer o corpo do viajante-pesquisador na construção do saber científico, mesmo que este sempre esteja intrínseco ao intelecto, tem sido uma grande potência na prática da cartografia urbana, metodologia do projeto de pesquisa “Travessias na linha de Fronteira Brasil-Uruguay: controvérsias e mediações no espaço público de cidades-gêmeas”³, coordenado pelo Laboratório de Urbanismo (Laburb) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (Faurb) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Parte desse projeto, o procedimento das entrevistas de manejo cartográfico, foi realizado em agosto de 2018, especialmente por quatro pesquisadores, no qual duas integrantes dessa equipe propõem esta escrita, a fim de evidenciar as suas vivências enquanto mulheres nesse processo. E, também, propõem a reflexão sobre outros lugares de fala, que neste ensaio reconhece as vozes de diferentes mulheres que compuseram as entrevistas cartográficas desta fronteira.

Compreender um território de fronteira internacional sempre foi um desafio, tanto pela multiplicidade dos eventos, como pela falta de informações específicas sobre essas cidades-gêmeas que vivem à margem. As pesquisas que buscam compreender este universo dual, na maioria das vezes, aproximam de métodos tradicionais e condicionam afirmações homogêneas e hegemônicas de toda extensão territorial fronteiriça. De certa maneira, o projeto de pesquisa Travessias se constrói dentro dessa inquietação de um discurso universal sobre a Fronteira Brasil-Uruguay, com o intuito de desmistificar, ou não, esse panorama. Para tal, foi preciso romper com algumas estruturas e propor uma nova forma de apreensão do espaço, mais de perto e de dentro, atenta às transformações contemporâneas.

Em um processo imersivo de (re)conhecer o território de fronteira, apoiado pela teoria da pedagogia da viagem, os pesquisadores realizaram uma viagem contínua de 10 dias percorrendo as 6 cidades-gêmeas (Chuí-Chuy, Jaguarão-Rio Branco, Aceguá-Aceguá, Santana do Livramento-Rivera, Quaraí-Artigas, Barra do Quaraí-Bella Unión). E, uma das ferramentas metodológicas experienciadas foi a entrevista de manejo cartográfico, ancorada pela cartografia urbana, que se propôs a ouvir e registrar as vozes da fronteira. Buscamos tanto vozes de moradores e estrangeiros, como de representantes do poder público, na expectativa de abarcar as diferentes perspectivas que esta fronteira acolhe em um discurso mais potente e honesto da realidade cotidiana destas cidades.

Ao retornar da viagem com o pensamento inquieto, percebemos a rede de conexões e agenciamentos possíveis. Observamos que a maior parte das entrevistas agendadas, com pessoas de referência, foram feitas com homens brancos e, as entrevistas ao acaso, grande parte com mulheres. A experiência em cada entrevista deixou algumas marcas, que agora são lidas e interpretadas de distintas maneiras. Buscamos descrever neste ensaio nossas experiências em algumas das entrevistas mais impactantes, de como nosso corpo-mulher interagiu com discursos pacíficos e outros conflitantes. E, das pistas que esses discursos carregados de poder e desejo nos oferecem na percepção da complexidade fronteiriça.

O ensaio inicia pela contextualização e compreensão do procedimento metodológico da entrevista de manejo cartográfico, as fases e instrumentos utilizados. Posteriormente, em uma escrita cartográfica e rizomática, a descrição da experiência de algumas entrevistas agendadas e outras ao acaso. Por fim, algumas considerações iniciais e propositivas que alcançamos do agenciamento entre a experiência da entrevista e os

lugares de fala conscientes da realidade social, política, de gênero e racial.

Entrevistas de manejo cartográfico

A utilização de entrevistas em pesquisas científicas não é uma ferramenta inovadora, em diversas áreas do conhecimento se apresenta como um instrumento importante para compreensão de determinada dúvida ou questão do pesquisador. Seja em metodologias quantitativas (na maioria das vezes através de questionários com respostas objetivas) ou qualitativas (roteiro de perguntas mais abrangentes), a entrevista consegue absorver informações mais próximas do contexto real e atual do que se pretende investigar. No entanto, independente da área de pesquisa, há sempre uma metodologia que direciona a maneira de investigar e analisar os dados, tendo como suporte os diversos procedimentos metodológicos, sendo um deles a entrevista. Por esse motivo, o procedimento da entrevista pode ganhar diferentes formas de interpretação e análise mediante a metodologia a que se apoia.

No caso da experiência das entrevistas na fronteira, que faz parte do projeto de pesquisa, que estuda as cidades-gêmeas da linha de Fronteira Brasil-Uruguay, a cartografia urbana é a metodologia que permeia e direciona o modo de investigação. Etimologicamente a palavra cartografia quer dizer carta ou mapa escrito, muito interligada ao campo da geografia e história, aludindo a confecção de mapas que representam um território, espaço, lugar, ou seja, uma ferramenta de comunicação. Porém, a palavra cartografia ganha outro sentido quando, na década de 1960, os filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari em seus estudos sobre a esquizoanálise, questionam a forma de apreensão dos acontecimentos em constante mutação, de como expressar sobre o sujeito, a subjetividade e os modos de subjetivação. Assim, mediante a uma necessidade, a cartografia se torna uma prática do conhecimento para os filósofos, que por sua vez abre precedentes para outros pesquisadores a operarem como um método de pesquisa.

No Brasil, somente em 2005, com a publicação do livro “Pistas do método da cartografia. Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade”, organizado por Eduardo Passos, Virginia Kastrup e Liliana da Escóssia, que a cartografia se oficializa no meio acadêmico como uma metodologia de pesquisa. Mais tarde, em 2014, lançaram o segundo volume “Pistas do método da cartografia. A experiência da pesquisa e o plano comum” que além de complementar mais pistas sobre o método destacou a importância da análise cartográfica, desmistificando ser somente um procedimento de coleta. O método da cartografia vem ganhando espaço, principalmente, nas áreas de ciências humanas, sociais e sociais aplicadas.

A cartografia como método se preocupa mais com o processo investigativo no decorrer da pesquisa do que propriamente com os resultados alcançados. Diferente de outros métodos em que os objetivos e hipóteses são bem definidos, a cartografia nasce de uma inquietação, mas sem ter intenções, respostas já pré-definidas ou limitantes. Um método flexível e aberto ao inusitado, que acolhe os múltiplos eventos como parte do processo. É no percurso inesperado que se traça o caminho, sem pressa, mas atento a tudo que afecta e potencializa as travessias.

Devido a flexibilidade e receptividade do método, a cartografia ganha outros nomes complementares para aproximar do seu pesquisador e objeto de estudo. Por exemplo, a cartografia social, como o mapeamento comunitário de Juan Manuel Diez Tetamanti (2018); a cartografia do desejo, que acolhe as subjetividades micropolíticas, por Suely Rolnik e Félix Guattari (2000); a cartografia da filosofia, que não é considerada como um método, mas a partir do proposto por Deleuze e Guattari (1995) pode ser entendida

como um processo de produção da subjetividade que rompe com as representações, como na obra “Isso não é um cachimbo” de Foucault (2014); a cartografia sentimental, vista por Suely Rolnik (2006), que captura a sensibilidade do cartógrafo ‘antropófago’; dentre outras. Influenciada por todas estas adjetivações cartográficas, afirmamos a cartografia urbana, a partir da abordagem de Eduardo Rocha (2016), como o corpo que inscreve as invisibilidades da cidade, configura um método possível dentro o conhecimento dos arquitetos e urbanistas e de áreas afins, que pesquisam na linha do Urbanismo Contemporâneo, do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Pelotas.

No projeto de pesquisa, a cartografia urbana se apresenta como um método dinâmico e de múltiplas conexões, dobras e (re)dobras que acompanha a heterogeneidade e complexidade, tanto dos espaços públicos das cidades de fronteira, como das inúmeras travessias que o corpo-pesquisador se propõe. E, amparando esta metodologia, foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: a pedagogia da viagem; a autofotografia; o mapeamento cartográfico; e, por fim, a entrevista de manejo cartográfico. Procedimentos que se complementam e auxiliam na escrita e inscrição rizomática dos acontecimentos de uma experiência corpórea e subjetiva pela fronteira. Uma viagem contínua, durante 10 dias, pelas seis cidades-gêmeas da fronteira Brasil-Uruguay possibilitou o registro sensível das cenas urbanas, através da lente de câmeras, do traço de croquis sobre o mapa aéreo das cidades e das vozes dos moradores que vivenciam diariamente esse lugar do(s) entre(s).

Após este pequeno panorama sobre o método chegamos ao objetivo e dedicação a que este ensaio se propõe: a entrevista de manejo cartográfico. A sugestão para esta adjetivação da entrevista está no capítulo escrito por Silvia Tedesco, Christian Sade e Luciana Caliman, no qual explicam que “não existe entrevista cartográfica, mas manejo cartográfico de entrevista” (2014, p. 93). Os autores refletem que esta entrevista vai além do ato de elaborar perguntas e ouvir respostas, pois atenta a todo o processo. A etapa prática, da experiência do corpo de falar-ouvir e do contato com o outro, e também da etapa de análise da experiência, dos gestos, do lugar/ambiência da entrevista, do contexto pessoal, considerando sempre como e do que se fala.

O interesse da cartografia urbana está em pesquisar a experiência, os processos e as dinâmicas dos encontros e atravessamentos. Sendo assim, a entrevista é um instrumento útil para capturar a essência dos acontecimentos. Desde a acolhida do entrevistado, até o compartilhamento de experiências de vida, conteúdo e expressões na fala. Os autores se aproximam de três pistas principais que fazem parte da entrevista. A primeira diz respeito a cartografia como um modo de acompanhar os processos, isto é, estar atento não só as questões e respostas, mas a todo o desenvolvimento do diálogo, acompanhando os momentos de pausa, ênfase ou velocidade na fala. A segunda pista relaciona a entrevista como uma pesquisa-intervenção, que observa os gestos e expressões na comunicação que, por sua vez, intervém na dinâmica do método, podendo transformar, levar o diálogo para outro plano. A terceira, e última pista, correlaciona-se as forças coletivas que motivam a experiência, a relação entre pesquisador, entrevistado, questões e problemas estão envoltos de forças coletivas que interagem e proporcionam a experiência, alcançando o objetivo da captura dos acontecimentos. No entanto, os autores compartilham alguns direcionamentos, são indicações de pistas, que podem ser seguidas ou não, depende do caráter de cada entrevista e como se sucedem (TEDESCO; SADE e CALIMAN, 2014).

Na entrevista de manejo cartográfico observa-se tanto os tipos de experiência na fala, como o uso da linguagem do que se fala. Encontra-se a experiência vivida e a experiência ontológica ou pré-refletida. A primeira se refere de fato as vivências, recordações, emoções, motivações do entrevistado. A segunda está ligada ao plano

comum, a certas representações, estereótipos padrões da sociedade que são somente proferidos sem ter nenhuma relação emotiva. Quanto a linguagem existe as formas de expressão – sintaxe e signos linguísticos utilizados – e de conteúdo – realidade exterior ligada a experiência. A questão linguística torna-se nítida quando em uma transcrição são suprimidas gírias, vícios de linguagem, pausas, repetições somente por uma questão normativa da língua, priorizando o conteúdo da fala e perdendo a riqueza de como se fala. A entrevista de manejo cartográfico se propõe a unir os tipos de experiência e linguagem que na prática são indissociáveis, mas que na forma de representação podam estes elementos envoltos de forças coletivas e provedores de outras pistas (TEDESCO; SADE e CALIMAN, 2014).

Uma outra questão importante em uma entrevista de manejo cartográfico está na formulação de perguntas mais abrangentes, que podem acolher pensamentos que o entrevistador não conhece, indo na contramão de palavras de ordem ou que limitam muito o campo das respostas. Evitar perguntas muito diretas como “o que é?”, “concorda, ou não?”, e dar preferência às perguntas abertas, que vão em busca da experiência para formular mais possibilidades de respostas, através do questionamento do “como?”, que também dá ênfase a certa processualidade. A entrevista proposta não está atrás da informação, está em busca da experiência que leva muito mais além do que informações. E, quando o entrevistador precisa intervir, seja para enaltecer a experiência ou retomar algum ponto, é preciso prudência para não inferir nenhum conteúdo de indução a resposta, somente guiar o trajeto do pensamento.

A entrevista se aproxima de uma conversa, ambiência que acolhe a fluidez do assunto, conectado por diferentes forças e atravessamentos que dão forma ao pensamento. Inicialmente, há uma pergunta como forma de iniciar o processo, mas que pode tomar direcionamentos diversos. Assim como, a escolha de ser uma entrevista individual ou em grupo, depende muito do momento e da situação em que o entrevistado se apresenta, mas as vozes coletivas são muito potentes, pois correlacionadas entre elas podem atingir outros lugares.

Neste projeto de pesquisa, ficou estabelecido que as entrevistas aconteceriam em duas linhas de abordagem. Uma das entrevistas pré-agendadas com gestores (prefeitos, vereadores, secretários) como técnicos (arquitetos, engenheiros) ou pesquisadores (professores, historiadores) que de certa forma são responsáveis e conhecem as transformações das cidades-gêmeas e; a outra das entrevistas que seriam ao acaso, dada pelo encontro do pesquisador com as pessoas que estivessem preferencialmente no espaço públicos destas cidades, fossem elas moradores ou turistas.

A entrevista de manejo cartográfico pode ser dividida em três grandes fases: o preparo, a experiência e a análise. A fase inicial consistiu na formulação de um roteiro de perguntas “gatilho” que pudessem orientar o entrevistado para o assunto chave da pesquisa: analisar e reconhecer as diferentes vozes que ocupam o espaço público na linha de fronteira Brasil-Uruguay. As perguntas foram divididas em três eixos temáticos: (1) sobre a fronteira Brasil-Uruguay; (2) sobre o espaço/lugar público da fronteira; e (3) direcionado para as autoridades, técnicos e pesquisadores se detêm ao conhecimento político das questões de fronteira. Em um segundo momento foi realizado o agendamento prévio de algumas entrevistas com gestores e técnicos que trabalham nestas cidades, escolhidos principalmente pela atuação em cargos públicos, além, também, de pessoas de referência local, como historiadores, professores e pesquisadores que foram indicados pelo exímio trabalho.

A segunda fase foi a experiência em si, a viagem por todas as cidades-gêmeas e a aplicação das entrevistas. Nessa fase foram utilizados gravadores de voz, câmeras

fotográficas para o registro de fotos das entrevistas e também alguns trechos de vídeos, o roteiro de perguntas tanto em português como em espanhol, assim como o termo de consentimento (carta de aprovação do entrevistado que concedeu a entrevista de forma voluntária e de acordo com as normas éticas).

Por fim, a fase de análise, que compreende o retorno, a transcrição e estudo cartográfico das entrevistas. O momento de ouvir novamente cada entrevista rememora as expressões de fala e as sensações promovidas em cada encontro. No entanto, no processo de transcrição a fala ganha outro corpo, mais denso e ramificado por outros agenciamentos. Percebe-se detalhes e peculiaridades que no ato da entrevista não foi notado, mas que agora com um ouvido mais aguçado chama a atenção.

E, nesse processo de análise da entrevista novos agenciamentos despertaram, por exemplo: a tentativa deste ensaio de refletir a potência do nosso corpo-mulher-cartógrafa na experiência como entrevistadora; de observar não só a fala, mas o lugar de fala de mulheres brancas e negras e, reconhecer o discurso enquanto desejo e poder – agenciando com o pensamento foucaultiano. A partir do chamado da temática “mulheres e lugares de fala” buscamos percorrer a narrativa das duas experiências principais: da entrevista agendada e da entrevista ao acaso, ambas ancoradas pela experiência do corpo-mulher pesquisadora.

Experiência da entrevista agendada

Por que fazer pesquisa? A experiência descrita a partir do corpo pesquisador busca apresentar esta questão como uma pulsão, a fim de reafirmar os objetivos que nos levaram até a fronteira. Pulsão que também fomenta o pensamento sobre os processos que compõem o ato de pesquisar. Afinal o que nos leva de uma episteme a outra na produção do conhecimento? Ou ainda, como podemos romper certas epistemes diante desse movimento que acontece junto às teorias da filosofia da diferença?

Epistemologia é a ciência da produção de conhecimento, dada a partir da definição dos temas, dos paradigmas e dos métodos atribuídos para tal. Sendo assim, determina o que, como, e também quem produz a episteme, ou seja, o conhecimento verdadeiro (RIBEIRO, 2017). Por isso, é necessário pontuar a importância de estudar a fronteira, vista pela heterogeneidade, a partir do método cartográfico, mais especificamente pelo procedimento da entrevista de manejo cartográfico. Através da experiência de percorrer o território de fronteira e da subjetividade, que constitui as pesquisadoras. No entanto, a corporalidade embora não neutralizada no processo de produção do conhecimento abordado, nem sempre é evidenciada e descrita como faremos neste ensaio.

A entrevista agendada, por mais que se tenha uma programação de horários e a definição do entrevistado, também guarda eventos inesperados. Talvez, uma das entrevistas mais impactantes, tenha sido com um prefeito de uma das cidades-gêmeas do lado brasileiro. O primeiro contato, por telefone, para marcar dia/horário/local se estendeu por mais de meia hora. Com certo tom dramático na voz, o prefeito perguntava a finalidade da entrevista e quais perguntas seriam feitas, porém, não querendo antecipar o processo da entrevista, nossa resposta foi sucinta e genérica, demonstrando somente a contribuição para a produção acadêmica e científica. Logo depois, ainda na chamada, o prefeito iniciou quase um monólogo de frases e estórias de todos os benefícios que realizara para cidade. A palavra asfalto se repetia de forma enfática em quase todas as frases. Enfim, ele pediu permissão para que outras pessoas compusessem a entrevista, visto que neste dia estaria muito atarefado. E assim, terminara a conversa de forma repentina.

Na manhã de um dia nublado e frio de uma quinta-feira, 31 de agosto, chegávamos ao prédio da prefeitura como combinado. “Só tenha os filhos que puder criar”. Dizia um pequeno cartaz, visto da fachada, que estava colado no vidro da sala que mais tarde iríamos adentrar. Pequeno, devido a sua proporção diante da imponente arquitetura do prédio, e também, visto a falta de humanidade revelada. Do lado de dentro, aguardamos sentadas numa fileira de cadeiras dispostas em duas linhas paralelas, condição que coloca os sujeitos à espera, de modo desarticulado com os demais presentes. Naquela posição só cruzam os olhares que desviam, como o das pesquisadoras curiosas. Éramos muitos naquela condição de espera, todos aguardando por um momento com a autoridade máxima daquele lugar. Todos com certa urgência, revelada pelos celulares barulhentos. Com exceção de uma menina, talvez uma mulher infantilizada, ou seja, sem voz própria, que também notou a nossa presença. Ela segurava um papel, possivelmente seu currículo impresso. Quando chegou a sua vez, entrou acompanhada de um homem, que provavelmente intercedeu por ela, solicitando a vaga para um emprego. Também na sala de espera haviam duas secretárias trabalhando, uma mais jovem, de quem foi cobrado incisivamente um tchau, que pareceu desrespeitoso, de um dos homens apressados, que naquele instante já estava de saída.

Antes de iniciar de fato a entrevista agendada, a pesquisa cartográfica, que se concentra nos detalhes, na espera e à espreita dos fatos, que não busca fazer uma análise neutra ou imparcial, já havia disparado. Talvez desde a mensagem do cartaz, que desde o lado de fora já podia dizer muito do que seria encontrado lá dentro. Essa construção do conhecimento, geralmente não é bem aceita na academia, as vezes é desviada no âmbito de uma simples opinião, devido ao julgamento de não ser objetiva e racional. Resistimos. Também por permanecer ali, por mais um bom tempo de espera, mesmo sabendo que não encontraríamos tão fácil um espaço para o diálogo. Buscamos então, exercitar a habilidade de escutar. Porém, dispostas a escutar não só o que eles gostariam que escutássemos, mas sim as vozes abafadas diante daquele contexto. Onde, por exemplo, estava clara a hierarquia social atribuída através do valor do tempo, de quem pode ou deve esperar. Assim como, dos que não podem ou não devem demorar: eram recém 10 horas da manhã e o café da sala já havia terminado, então avisaram a secretária para apressar a mulher responsável, já que o café não pode faltar.

Quando fomos chamadas, adentrando pela porta que de tanto em tanto se abria, nos deparamos com mais um tanto de gente esperando lá dentro. Passamos então para outra sala, cujo layout era organizado por uma robusta mesa de madeira de lei esculpida, parecia servir de escrivaninha, junto dela havia uma cadeira de rodinhas, com as proporções de um trono. Num nível mais a abaixo estavam dispostos dois sofás de couro marrom, um de dois e outro de três lugares. A sala escura e apertada, não oferecia assento para todos os presentes. Depois de um rápido tumulto para definir os lugares, fomos convidadas a sentar no sofá de dois lugares, mas antes a tirar uma foto, pois “não era sempre que apareciam moças bonitas por lá” e, também, porque o assessor de imprensa tinha que atender outros compromissos.

Depois da sessão de fotos e de soletrar nossos nomes, ligamos o nosso gravador e tentamos nos apresentar, mas fomos interrompidas. O prefeito assumiu esse papel, nos apresentou, seguindo pela apresentação dos seus convidados, junto com o apontamento do que eles deveriam nos falar. Isso, depois que ele saísse, frisou assim que tentaram lhe interromper, isso em resposta a sinalização do nosso interesse por determinado assunto anunciado. Devidamente introduzidos para realizar a entrevista o prefeito se despediu, no entanto, as hierarquias se mantiveram, agora quem assumia o posto principal era um secretário, que deteve para si o discurso. Tal espaço, foi

disputado durante todo tempo, e quando conquistado, por qualquer um naquela sala, foi interrompido. Nesta experiência foram raros os momentos de diálogos, devido a falta da habilidade de escuta dos presentes. Isto, seria fruto da recorrência dos discursos políticos, inspirados nos sermões religiosos, na missão ou desejo de proferir verdades inquestionáveis? Até mesmo a pergunta lançada: “Por que vocês pesquisam?” Não pode ser respondida, ou melhor, não pode ser dialogada. Talvez não naquele instante, mas de algum modo estejamos fazendo isso agora. Refletindo e reafirmando porque pesquisamos, o que pesquisamos, como pesquisamos, e quem somos nós pesquisadoras.

O gosto e certa irreverência do secretário ao querer dominar o discurso, tomar a fala sempre para si, uma vez que sua voz era a mais grave e alta, faz alusão ao desejo e poder envolvidos no discurso, como refletido por Foucault:

“O discurso, aparentemente, pode até nem ser nada de por aí além, mas no entanto, os interditos que o atingem, revelam, cedo, de imediato, o seu vínculo ao desejo e o poder. E com isso não há com que admirarmo-nos: uma vez que o discurso – a psicanálise mostrou-o –, não é simplesmente o que manifesta (ou esconde) o desejo; é também aquilo que é objeto do desejo; e porque – a isso a história desde sempre o ensinou – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorear-nos” (FOUCAULT, 2012, p. 03).

Com a saída do prefeito e ocupando a cadeira mais alta, o secretário utilizava do discurso como sua ferramenta de poder, talvez não tivesse tantos momentos de fala e viu naquela entrevista a oportunidade de se sobressair e dizer dos entraves que enfrentava em uma cidade de fronteira. Um discurso um tanto pessimista e egocêntrico que se perdeu do eixo da conversa e criou novas perguntas, mas não havia interesse para ouvir as respostas. O corpo-mulher submetido ao apelo de um outro cartaz da porta de entrada – “por favor, objetividade e seriedade” – escutava e percebia, por vezes, certo tom de ironia em alguns comentários.

Cenário muito diferente de outra experiência anterior, quando entrevistávamos uma mulher, arquiteta, de outra cidade-gêmea brasileira. Distinto desde o agendamento, que foi realizado por mensagem de celular, através de frases curtas e respostas rápidas, que demonstravam interesse e alegria por poder participar da entrevista. Fim da manhã do dia 25 de agosto, sol entre nuvens com sensação fria propiciada por um vento gelado. A entrevista aconteceu em um café do lado uruguaio, escolha da entrevistada, por ser um lugar agradável, de fácil acesso e sem muito movimento. Com um café quente aguardamos alguns minutos em uma mesa lateral. A arquiteta não demorou muito e chegou animada para a conversa.

Em uma fala muito acolhedora, pausada e rica em detalhes tecia um discurso quase aveludado, macio. Todas as respostas eram formuladas mediante a uma experiência profissional ou pessoal, narrava como uma obra de Machado de Assis, cheia de mistérios e enfatizando cada personagem. Denunciava os problemas graves da cidade de fronteira com a mesma veemência que apontava para as melhorias e avanços alcançados. A fala sempre precedida de muitos gestos, ora movimentos com a xícara de café, ora movimentos com a caneta que riscava o mapa.

Quase não precisávamos perguntar, pois de um assunto emendava outro em um raciocínio contínuo. No decorrer de uma fala com argumentos técnicos costurava-se um caso pessoal, como a babá da filha e as viagens da mãe. Mas, no fim de

cada sentença havia uma conexão muito forte com o fato de ser mulher, filha, mãe e arquiteta da prefeitura. Quando questionávamos sobre o ato de atravessar de um país para outro a resposta sempre estava amparada com exemplos rotineiros: “Passar para o lado uruguaio a gente só vai, sabe. Se torna natural, sabe. Tem atividades, por exemplo, a minha filha faz balé. Faz balé onde? No lado uruguaio, inclusive, é aqui dobrando, né”. O vício de linguagem como o “sabe” demonstra a leveza da fala, sem compromisso ou preocupação com o rebuscamento, torna-se um diálogo mais sincero e honesto. As perguntas inseridas na afirmativa refletem uma característica peculiar do modo de se expressar que permeia toda entrevista. A própria indicação do local de onde se fala é apontado tanto no discurso como gestualmente, adquirindo assim um dinamismo para a conversa.

Ao retomar esses relatos e vivências da entrevista queremos discutir a questão conceitual do lugar de fala. Esse lugar extrapola as ambiências arquitetônicas que foram descritas, embora a configuração dos locais, uma sala sufocante em contraposição a uma mesa de café acolhedora, também revelem muito do que pode ser dito. O lugar de fala, ainda está além de uma experiência individual específica, pois quer alcançar uma discussão do lugar social, da identificação do poder dentro da estrutura de uma sociedade racista, do falocentrismo e da heteronormatividade, onde é preciso se posicionar mediante ao reconhecimento do seu lugar de fala, desmistificando assim qualquer universalidade (RIBEIRO, 2017). E, pensando neste viés, observamos que a maioria das entrevistas agendadas aconteceu com homens, brancos, ocupantes de cargos de poder dentro das cidades.

A intenção da pesquisa com as entrevistas agendadas era justamente conhecer e entrevistar tanto os gestores políticos (prefeitos, vice-prefeitos, secretários) quanto os técnicos responsáveis pela questão urbana (arquitetos e engenheiros) para registrar a opinião e posicionamento frente às cidades de fronteira, uma vez que são responsáveis por inúmeras transformações no contexto urbano. No entanto, sem nenhuma surpresa, a maioria dos responsáveis eram homens e brancos. Das 17 entrevistas realizadas, 14 correspondiam a este estereótipo e falavam do seu lugar social privilegiado, mas muitas vezes sem o reconhecer. Se formos analisar somente os prefeitos/alcaldes dessas 12 cidades, 11 são homens, somente no Chuy é uma alcaldesa, mulher. E dentre os 12 prefeitos/alcaldes somente um é negro.

Esta pequena amostra das pessoas que ocupam lugares de poder reflete o panorama da desigualdade social, de gênero e racial. E, quando se trata de cargos políticos logo pensamos em representatividade, o que é o porta-voz e representa um todo social. Então, questiona-se como a maioria – minorizada – se enxerga dentro desses discursos. Novamente, a filósofa Djamila Ribeiro (2017), pontua que a representatividade, embora tenha correlação com o lugar de fala não significam a mesma coisa. A autora explica que é possível uma mulher branca pronunciar sobre uma mulher negra, desde que reconheça o seu lugar de fala privilegiado, do histórico de branquitude. Dessa forma, esta mulher branca entende o lugar de fala como um dosador, que limita até onde ela consegue falar e até onde ela deve ouvir as experiências de vida da própria mulher negra.

Em geral, esses homens brancos não representam as minorias sociais, porém se eles pensassem a partir do lugar de fala que ocupam, eles poderiam ter um posicionamento muito mais crítico, ético e de responsabilidade social. Ao reconhecer os privilégios e ouvir os outros lugares de fala a contribuição social seria muito mais eficaz. De maneira análoga, a representatividade é um fator muito importante, no qual mais mulheres, negros e negras possam ocupar cargos de poder e fazer do discurso um instrumento de luta e mudanças. Porém, a representatividade precisa ser, também, qualificada e ciente do lugar de fala, para então dialogar de forma coerente. Joice

Berth, em uma entrevista para o Jornal Nexo em 2017³, afirmava: “representatividade importa, mas a qualidade dessa representatividade também importa”, enfatizando que todos precisam ter consciência da sua realidade social, racial e de gênero.

Experiência da entrevista ao acaso

A entrevista ao acaso tem uma relação muito próxima ao conceito e técnica da collage, um dos tipos de linguagem que passa pelas fases do recorte, da figura, dos encontros e da cola oferecendo uma outra forma de comunicação, muito sensível e hospitaleira. Assim como na entrevista ao acaso, na escolha e seleção de quem entrevistar, do encontro e aceitação dos corpos para uma conversa e, por fim, o registro da fala pelo gravador e mesmo algumas fotografias e filmagens que eternizam aquele acontecimento.

A collage é um processo do auto reconhecimento, a escolha de cada fragmento, o recorte, os encontros e a cola nos dizem muito sobre o que nós somos e pensamos. Ativador da subjetividade retrata nossos medos e desejos mais profundos. Característica equivalente a escolha do entrevistado, que também diz muito sobre nós mesmos. Por que escolhemos mais as mulheres e não os homens? Por que preferimos o coletivo de pessoas ante as solitárias? Ou, por que escolhemos entrevistar quem está no banco da praça e não na calçada? Neste momento é o corpo-mulher que se coloca como ferramenta de pesquisa, a sua carga histórica influencia muito nas escolhas. Percebe-se que na collage, Fernando Fuão (2011), desmistifica a ilusão de que nós somos os protagonistas ao escolher cada figura – esclarecendo que na verdade há uma troca em que as figuras também nos selecionam –, na prática da entrevista ao acaso este fato também se aplica. Ao mesmo tempo que escolhemos somos escolhidos, muitos foram os entrevistados que com uma troca de olhares curiosos, ou demonstrando disponibilidade se apresentaram – ou quase se ofereceram – para que houvesse o diálogo.

A importância da collage está no processo e não no produto. Tanto é que não existe nenhum troféu ou nenhuma recompensa para o feito, fica a reflexão. Aquela collage pode não significar nada para outra pessoa, e mesmo para o autor da obra pode já ter perdido o encanto. No entanto, acendeu a faísca e deixou uma marca na armadura que carregamos (FUÃO, 2011). E, mais uma vez, a entrevista ao acaso se assemelha a este processo da collage, pois a potência está no ato da entrevista. Naquele momento e duração os corpos se afetaram de tal maneira a deixar rastros inscritos na própria pele. Por mais que a gravação salve a voz e a imagem capte a gestualidade, nunca será igual a sensação daquele instante. Porém, fica marcado, algumas entrevistas mais outras menos, preenchem nosso corpo e nos desterritorializam momentaneamente. Somente agora, reterritorializadas, que conseguimos refletir e escrever sobre estas experiências.

A tentativa da entrevista de manejo cartográfico mais rápida que aconteceu ao longo de todos os territórios da fronteira, talvez tenha sido uma das experiências mais duradouras. Pois ainda reflete em inúmeras questões complexas, na memória daquele cenário desconfortável, principalmente por pertencer a um imaginário desconhecido. Era quarta-feira, 29 de agosto, de uma manhã nublada, quando encontramos duas mulheres sentadas num banco da Praça Internacional, em meio a conurbação de

3 Jornal Nexos disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2017/01/15/O-que-%C3%A9-%E2%80%98lugar-de-fala%E2%80%99-e-como-ele-%C3%A9-aplicado-no-debate-p%C3%BAblico>>. Acesso realizado em 02 de outubro de 2018.

Santana do Livramento e Rivera.

Após percorrer aquele espaço onde até os bancos falavam, figura 1, mas sem encontrar muitas pessoas para entrevistar, algumas de passagem e alguns homens que estavam por lá, nos sentimos mais seguras em iniciar uma conversa com aquelas mulheres.

Nos apresentamos e em seguida perguntamos se poderíamos conversar sobre algumas questões de como era estar naquele lugar de fronteira. A mulher negra disse que a outra deveria falar, pois estava a mais tempo ocupando aquele território, no mesmo momento a mulher branca indicada, disse que não saberia do que falar, que era melhor a sua companheira responder. Intervimos dizendo que as duas poderiam falar, como e quando se sentissem à vontade. Então, assumindo o papel de fala a



Figura 1: Praça Internacional. Fonte: Acervo da pesquisa, 2018.

mulher negra nos disse que já tinha percorrido muitos lugares, falou desses e dos lugares onde se encontram seus filhos e disse que assim como ela os filhos tinham cara de gringo, ela afirmou repetidas vezes ser uma negra com traços europeus e que isso favorecia para que ela pudesse estar onde quisesse, e que estava bem morando ali na fronteira. Perguntamos onde residiam, de súbito ela disse que isso não poderia responder. Em seguida, sem conseguir articular muito bem outra questão, ou conduzir a conversa, acabamos não solicitando mais informações. Então, foi ela quem solicitou. Nos pedindo alguma contribuição para que elas pudessem comer.

Será que essa experiência pode ser considerada uma entrevista? Por que a negação de ambas em estarem devidamente preparadas para responder? Por que a resposta dada parece não atender a questão colocada? Por que uma resposta contradiz a outra, quando fala que estava bem morando ali, mas em seguida não pode falar mais sobre? Quais as relações implicadas em dar e receber? A partir destes questionamentos nos deparamos com outros, articulados por Djamila Ribeiro (2017, p.77) que se fazem fundamentais: “Dentro desse processo de colonização, quem foram os sujeitos autorizados a falar?” É preferível concordar com um discurso hegemônico, de um bem-estar da vida na fronteira, como modo de sobrevivência, ante as represálias? “E se falamos, podemos falar sobre tudo ou somente sobre o que nos é permitido falar?” Ainda, é possível traçar uma certa compreensão na resposta obtida, a partir de outro questionamento que discute o lugar de fala (Ribeiro, 2017, p.77): “Quando existe algum espaço para falar, por exemplo, para uma travesti negra, é permitido que ela fale sobre Economia, Astrofísica, ou só é permitido que fale sobre temas referentes ao fato de ser uma travesti negra?”. Seria permitido aquela mulher negra nos falar sobre outras questões além da sua aparência e da aparência dos seus filhos? A duração do tempo, as verdades científicas, assim como, a relação dar e receber, foram imensuráveis nessa experiência que segue fomentando o pensamento das pesquisadoras-cartógrafas-viajantes.

Outra experiência da entrevista ao acaso, que reforça a reflexão sobre o lugar de fala da mulher fronteiriça, aconteceu na tarde do dia 24 de agosto, no primeiro dia da viagem. Recém havíamos chegado à fronteira Chuí-Chuy, onde fomos recepcionados com muita chuva, ainda sem muita prática com o método da entrevista de manejo cartográfico, na primeira caminhada pela Avenida Uruguai, do lado brasileiro, e pela Avenida Brasil, do lado uruguaio, não conseguimos abordar ninguém, ou seja, não houve o momento do encontro com alusão ao processo da collage, não escolhemos, nem fomos escolhidos. Então, entramos numa sorveteria uruguaia, cujo sorvete era argentino, devido à época do ano e ao mau tempo não havia muito movimento. Ali iniciamos uma conversa com a atendente e a caixa do estabelecimento, elas nos contaram que por ali passavam pessoas de muitas nacionalidades, visto que o Chuy é uma porta de entrada para as praias uruguaias.

Já no meio da conversa, percebemos que aquela era uma entrevista, então nos apresentamos e pedimos se podíamos ligar o gravador. Naquele instante a conversa perdeu um pouco da espontaneidade inicial, até a moça do caixa timidamente aceitar a proposta e perceber que a entrevista seguiria no mesmo tom de antes. Uma das questões mais fortes desta experiência remete a linguagem, visto que a mulher entrevistada era uma típica doble chapa (dupla nacionalidade), de nacionalidade uruguaia, mas filha de uma brasileira, com quem falava português desde sempre. Quando a pergunta era em português ela respondia naturalmente em português, quando a pergunta era em espanhol ela respondia fluentemente em espanhol. Na sua fala não havia uma mistura, mas a simples troca do idioma. Esse saber, como para Foucault, era notoriamente um poder. Poder, por exemplo, que colocava tal mulher numa função hierarquicamente acima da sua colega, que era de nacionalidade argentina e por isso ainda não tinha tanta habilidade para falar o português, embora

o compreendesse perfeitamente. Poder também, que lhe concede voz e vez de fala, no cotidiano da fronteira.

Dentro de uma estrutura territorial a fronteira está à margem do poder político comumente centralizado, por isso as formas de poder nesse território são outras. E quanto mais na linha, nesse espaço do entre o sujeito puder se habitar, seja no território geográfico ou no território da linguagem, maior parece ser o seu poder. Ante a hegemonia de um lugar de fala, é justamente a heterogeneidade que o compõem. Assim como acontece com a collage, pois concentra mais força no encontro dos diferentes fragmentos ao longo do processo, do que no resultado final. O ato de recortar rompe não só com a figura em uma revista ou jornal, mas quebra dentro de nós vários paradigmas, nos faz refletir sobre a escolha e sobre a renúncia ao deixar aquele espaço vazio, incompleto. O fragmento selecionado agora carrega um pouco do nosso imaginário e se transforma em outro elemento ao se aproximar dos demais fragmentos ou resíduos. O encontro e a experiência com essas mulheres na entrevista ao acaso abalaram nosso pensamento, nos fizeram visitar outros perceptos, porém essas mulheres “recortadas” também saíram da sua zona de conforto ao serem questionadas a refletir sobre sua vivência na fronteira. Esta fresta entre o recorte (escolha da entrevistada) e a cola (registro da voz e gestualidade) pode ser considerada a ebulição do processo, local potente que atinge a fronteira mais sensível do nosso corpo e intelecto coletivo.

Considerações iniciais

Pesquisar sobre as vozes da fronteira, muitas vezes ocultas no âmbito social, pode representar um ato político. Também um ato de resistência, especialmente quando se parte da reflexão dos lugares de fala e das mulheres. Nós, pesquisadoras, mulheres, brancas, graduadas em arquitetura e urbanismo, estudantes de mestrado, bolsistas da CAPES, com experiência em docência universitária, reconhecemos nosso lugar privilegiado de fala, assim como, o nosso papel de luta. Luta, diante de um desafio cotidiano da pesquisa em desmistificar a produção do conhecimento, desde a consideração de outros métodos e de outros agentes importantes nessa produção, importante para reconhecer conteúdos e sujeitos ainda distantes do cenário acadêmico. Luta também para dar um retorno compatível com as demandas e realidades, para compartilhar o conhecimento produzido de modo acessível, principalmente através de uma linguagem clara, por vezes, muito diferente da acadêmica.

As contribuições e pistas que a entrevista de manejo cartográfico se dispõe a apreender, a partir da viagem pelos territórios da fronteira entre o Brasil e o Uruguai, remetem a algumas conquistas desse trabalho. Aponta-se para a construção de um processo ético e estético, que desvia de uma perspectiva individual e temporária, de um pesquisador estrangeiro, através do encontro e da captura da experiência de quem vive a fronteira e compõem esse lugar do entre. Reconhecer esse processo como um método científico, que como os mais tradicionais tem pré-estabelecido os seus procedimentos e as suas agendas, mas que também possibilita a criação, pois está aberto ao acaso. A cartografia, ou seja, um mapa, diferentemente do decalque, sempre estará condicionado a invenção.

Poder questionar a recorrência de uma estrutura social falocêntrica, denunciar as experiências constrangedoras e potencializar as vozes das mulheres fronteiriças, também sugere uma conquista desse processo. Principalmente desta escrita que nos motivou a percorrer a experiência com as entrevistas, sob outra perspectiva, diferente da inicial, agora mais atentas e sensíveis a estas questões. Aconteceu ao longo deste ensaio um despertar para uma conscientização de um lugar de fala e de um papel

de luta, importante na construção não só do conhecimento sobre a fronteira, mas principalmente na construção da subjetividade das pesquisadoras.

O desafio de explorar um território de fronteira colocou nossos corpos sempre nesta condição do entre, nesta espessura de indeterminações, em que atravessamos e fomos atravessados por experiências singulares. Cientes da impossibilidade de abraçar a totalidade dos eventos contemporâneos neste território, olhamos para as microrressitências, para as vozes que ainda ecoam com tanta força, mesmo após a entrevista.

Uma outra pista que percebemos neste processo de reconhecer as vozes à margem, na superfície de contato do corpo-mulher, está no fato da própria escrita traçar uma linha de fuga, de “fazer alguma coisa fugir, fazer um sistema vazar como se fura um cano (...) Fugir é traçar uma linha, linhas, toda uma cartografia” (DELEUZE, 1998, p. 30). Ou seja, só rompendo com esta estrutura enrijecida do poder, com os inúmeros paradigmas sociais, que conseguimos traçar outras linhas que revelam uma nova percepção das cidades-gêmeas de fronteira. Assumimos uma postura ética ao desenhar uma cartografia composta por linhas de palavras e expressões das vozes fronteiriças, desprendidos das raízes arborescentes de um histórico social excludente. Nesta escrita, também traçamos outras linhas que rompem com a rigidez acadêmica da metodologia científica. A cartografia urbana pode ser vista como esse furo no cano que rompe com as normas linguísticas e formais, para dar espaço a potencialidade do que está do lado “avesso” ou de “fora” da padronização e homogeneização dos métodos.

O fato de fugir possibilita a abertura para agenciamentos múltiplos. Nesta escrita aproximamos a arquitetura e o urbanismo, a filosofia, a cartografia, a entrevista, a técnica da collage, o lugar de fala, o corpo-mulher e apreendemos um pouco mais sobre este universo complexo e heterogêneo que é a fronteira. Por isso chamamos o subtítulo de considerações iniciais, pensando em propostas e provocações para outras linhas fugidias.

Agradecimentos

A Fundação de Amparo à Pesquisa no Rio Grande do Sul (FAPERGS) pelo financiamento ao projeto “Travessias na linha de Fronteira Brasil-Uruguay: controvérsias e mediações no espaço público de cidades-gêmeas”.

Referências bibliográficas

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia. vol. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DELEUZE, G. e PARNET, C. Diálogos. São Paulo: Editora Escuta, 1998.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FOUCAULT, Michel. Isto não é um cachimbo. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FUÃO, Fernando de Freitas. A collage como trajetória amorosa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. Micropolítica. Cartografia do Desejo. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

TEDESCO, Silvia Helena; SADE, Cristian; CALIMAN, Luciana Vieira. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. In.: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Silvia (Orgs.). Pistas do Método da Cartografia: A experiência da pesquisa e o plano comum. Vol. 2. Porto Alegre: Sulina, 2014, p. 92-127.

TETAMANTI, Juan Manuel Diez. Cartografía Social Teoría y Método: Estrategias para uma eficaz transformación comunitaria. Buenos Aires: Biblos, 2018.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento, 2017.

ROCHA, Eduardo; AZEVEDO, Laura Novo de; ALLEMAND, Débora Souto; HYPOLITO, Bárbara de Bárbara; TOMIELLO, Fernanda. Cross-Cult: Desenho Urbano/Urban Design – Pelotas/RS e Oxford/UK. Pelotas: UFPel, 2016.

ROLNIK, Suely. Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2006.

ADRIAN PIPER E O MODELO AGONÍSTICO DE ESPAÇO PÚBLICO

Carolina Gallo Garcia¹

Resumo

O artigo aborda a obra da artista Adrian Piper (1948) enquanto performances conceituais que oportunizam a formação de espaços nos quais uma concepção plural de democracia pode se efetivar. Nas séries dos anos 1970, Piper torna as experiências, pessoal e dos espectadores, o resultado de suas obras, que têm por princípio a perturbação da ordem nos espaços públicos, preconizando uma radical complexidade espacial que descaracteriza a dicotomia público-privado. Ao pôr em evidência as dimensões de gênero, raça e classe presentes na acepção dominante de espaço público, Piper tece uma narrativa imagética que revela o caráter assimétrico das possibilidades de apropriação do espaço. Visamos debater espaço público a partir das possibilidades oportunizadas pela arte e pelas teorias de gênero na constituição de um pensamento crítico sobre a cidade. O trabalho tem como método a análise de imagem à luz dos conceitos de práticas artísticas agonísticas (MOUFFE, 2013).

Palavras-Chave: espaço público, práticas artísticas, arte feminista.

ADRIAN PIPER AND THE AGONISTIC PUBLIC SPACE MODEL

Abstract

The article addresses the artwork of Adrian Piper (1948) as performances that enables the formation of spaces in which a plural democracy can be yield. In her 1970s series, Piper turns the experiences, both personal and of the spectators, the output of her artworks that have the disturbance of public spaces as its main goal, advocating a spatial radicality that discharacterizes a public-private dichotomy. By highlighting the dimensions of gender, race and class in the dominant sense of public space, she produces an imaginary and a narrative that reveals the asymmetrical possibilities of appropriation of public space. We seek to debate public space from art and gender theory to produce a critical thinking of contemporary cities. The method of the article is image analysis in the light of the agonistic artistic practices (MOUFFE, 2013).

Keywords: public space, artistic practices, feminist art.

Introdução

Este trabalho parte do pressuposto de que há um grande potencial, ainda pouco explorado, no pensamento feminista para a reflexão sobre o conceito de espaço público urbano, que, para além de sua materialidade, também se constitui de relações políticas, sociais, de poder e de normas que não podem ser minoradas pelos estudos urbanísticos. Ao compreender como os movimentos feministas foram centrais para colocar em xeque as utopias dominantes da cultura moderna, estes trouxeram um novo problema à discussão urbana ao propor a indissociabilidade entre espaço público e privado para compreensão das desigualdades sociais e de gênero. Crucialmente, os questionamentos destas teorias vieram a considerar os modos nos quais os espaços públicos e privados existiam como suportes das identidades marcadas por gênero, bem como do respectivo apagamento de toda e qualquer identidade sexual dissidente, num contexto até então dominado pelas normas heterossexuais de organização da família nuclear.

Em consonância ao debate do movimento e teoria feminista, emergente na década de 1960 e 1970, a performance artística empreendida pelas poucas artistas mulheres do período também passa a se consolidar como um modo importante de investigação das intersecções entre as fronteiras do político e do pessoal (RECKITT e PHELAN, 2001). Caracterizada como aquele acontecimento que existe somente enquanto se realiza, a performance, quando sedimentada em registros documentais, assume nuances de testemunho de uma vida cotidiana, consolidando-se como uma prática tipicamente feminista de arte.

A história da performance artística confunde-se com a dos movimentos e teorias feministas, evidenciando-se uma relação simbiótica persistente. A performance autobiográfica feminista é, contudo, a mais consonante com a dimensão política daquilo que é pessoal, explorando criticamente a dialética público/privado, tão significativa para as perspectivas feministas (PINHO e OLIVEIRA, 2012, p.57).

A arte feminista, neste ensejo, pode conectar as questões políticas e artísticas ao debate urbano, articulando inteligibilidade às estruturas de poder inscritas no espaço público. Questões de corpo, controle, invisibilidades e visibilidades foram centrais ao debate, de modo que a arte evidencia-se não somente enquanto uma propulsora da disputa pelo espaço público, mas, sobretudo, como uma possibilidade de redefinição das noções de público.

Apostando na arte como uma potência disruptiva e expressiva de resiliências, dada sua capacidade de crítica política, social e espacial, defendemos que é impossível pensar arte e política de modos separados, pois “existe uma dimensão estética na política e uma dimensão política na estética” (MOUFFE, 2013, p.190). Uma vez que as práticas artísticas cumprem seu papel na produção e preservação das ordens simbólicas, não é possível pensá-las de modo despolitizado, pois a própria política constitui essas ordens simbólicas das relações sociais. Deste modo, a partir dos trabalhos de Adrian Piper, artista cuja performance tem por princípio a perturbação da ordem nos espaços públicos, buscaremos refletir sobre como estas intervenções podem produzir transformações nos modos de pensar e ocupar a cidade, tanto de um ponto de vista material e espacial quanto conceitual e imaginário, funcionando como estratégias de evidenciação dos limites políticos do espaço e das possibilidades de ação sobre este.

Nesse sentido, as obras nos dão pistas para vislumbrar de que maneira um modelo

¹ Mestra em Planejamento Urbano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

agonístico de democracia, preconizado por Chantal Mouffe (2013) pode ser posto em marcha a partir de práticas artísticas críticas que evidenciam o caráter sempre dissensual e disputado do espaço público. Ao considerá-lo enquanto lócus de disputas, a arte crítica (MOUFFE, 2013; RANCIÈRE, 2012) produzida em espaços urbanos por artistas feministas desponta como possibilidade de produção de dissensos (RANCIÈRE, 2006) que tornam visíveis os limites da noção hegemônica e consensual pressuposta nos termos de espaço público. Para nossa análise, a variável espacial onde as ações tomam parte – no metrô, ou nas movimentadas calçadas nova-iorquinas – apresentam uma dimensão política central ao trabalho, a partir da introdução desses corpos “privados” no espaço cotidiano.

Uma vez que é da natureza da performance de arte ser um ato efêmero, optou-se pelo recurso documental a fim de construir uma abordagem qualitativa, de modo que as fotografias correspondem a fontes privilegiadas de acesso a estas ações de caráter provisório no tempo e espaço. A leitura do material é realizada a partir de uma análise de imagem (JOLY, 1996), conduzida em nome de buscar as relações aqui propostas entre espaço público, arte e gênero.

Da Problemática Do Espaço: Uma Abordagem Generificada

O ambiente construído da cidade é uma complexa representação das forças social, política, tecnológica e econômica; de ideais, ideologias e valores ao longo de centenas de anos. Cidades são artefatos culturais. No entanto, vivemos em cidades onde quase 100% do ambiente que nos rodeia é legislado, projetado e implementado por homens (BROOKS, 2011, s.p., tradução minha).

O excerto acima nos permite pensar como as cidades modernas capitalistas foram construídas a partir de um princípio de espacialização de gênero entre esfera produtiva versus reprodutiva (BONDI e ROSE, 2003), uma cisão que, historicamente, vem contribuindo à manutenção dos papéis sociais de gênero. Deste modo, mais do que uma simples co-implicação entre gênero e espaço, é preciso vislumbrar as assimetrias dessa ordem como elementos constituintes e estruturantes da produção e reprodução das cidades.

A partir da introdução das teorias feministas no campo da geografia e dos estudos urbanos, desenvolveram-se arcabouços teóricos que operacionalizam as investigações acerca da dimensão generificada das experiências que se dão cotidianamente no espaço. Tais teorias propõem a centralidade da abordagem de gênero às análises de dinâmicas urbanas, compreendendo espaço e lugar como construções social e materialmente fundamentadas, que influem nos modos pelos quais as identidades e relações de gênero são desempenhadas, negociadas, reforçadas ou modificadas (McDOWELL, 1983; 2000, MASSEY, 2004; BONDI, 1998; 2003).

Silva (2003) destaca o conceito de gênero como categoria explicativa à produção espacial, enfatizando a especificidade deste conceito à investigação das relações existentes entre as divisões espaciais e as divisões da ordem de gênero a fim de descortinar modos de constituição mútua. Se há diferentes modos de experienciar espaços para homens e mulheres, torna-se presente que a questão da diferença, de modo amplo, integre a constituição social tanto dos espaços quanto das identidades de gênero (McDOWELL, 2000). Tal abordagem enfatiza que há uma recíproca entre produção do espaço e produção social: se as relações espaciais são sociais, socialmente produzidas e socialmente reprodutoras, então é por meio do espaço que identidades e papéis sociais são concretamente exercidos, de modo que as estruturas

do espaço social são indissociáveis das estruturas do espaço físico.

Como o espaço social encontra-se inscrito ao mesmo tempo nas estruturas espaciais e nas estruturas mentais que são, por um lado, o produto da incorporação dessas estruturas, o espaço é um dos lugares onde o poder se afirma e se exerce, e, sem dúvida, sob a forma mais sutil, da violência simbólica como violência despercebida: os espaços arquitetônicos, cujas injunções mudas dirigem-se diretamente ao corpo, obtendo dele, [...] em razão de sua invisibilidade [...] efeitos completamente reais do poder simbólico (BOURDIEU, 1997, p.163).

O poder simbólico que Bourdieu (1997) destaca é de natureza constitutiva do espaço, e serve à produção e à reprodução das formas de poder, onde o espaço arquitetonicamente construído corrobora como mecanismo disciplinar, produtor de sujeitos e modos de existência (FOUCAULT, 1987). Assim, compreendemos que o espaço é sempre construído segundo preceitos que contribuem para a configuração de uma ordem social, condicionando práticas sociais. Ao recusar a noção de espaço como mero cenário, podemos compreendê-lo enquanto resultado de ações e discursos da sociedade.

Weissman (1992) argumenta que o ambiente urbano e arquitetônico espacializa desigualdades, fazendo com que certas opressões a minorias – mulheres, homossexuais, transexuais, negros, minorias étnicas – possam ser perenizadas por meio das estruturas materialmente existentes. Uma vez reiteradas, as assimetrias remetem à questão sobre quem pertence e quem permanece excluído de determinados espaços que são essenciais à reprodução da vida social.

Compreender o espaço como produto de inter-relações significa assimilar o conceito de identidade a partir de uma abordagem antiessencialista; isso sugere tomar as identidades não como entidades fixas e pré-concebidas de sujeitos coletivos – como “mulheres” ou “negros” –, mas sim submetê-los a uma compreensão “relacional do mundo” (MASSEY e KAYNES, 2004, p.9). A partir da noção de identidade proposta por Chantal Mouffe (1992), compreendemos que identidades são constituídas sempre de modo relacional e provisório, nas quais o espaço é parte necessariamente “integrante e produto desse processo de constituição” (ibid.), ou seja: constituinte das próprias subjetividades políticas. Nesse sentido, a própria noção do sujeito social “mulher” pode ser entendida como uma identidade relacional e espacial.

Ao que interessa nosso trabalho, podemos afirmar que o espaço público, na modernidade ocidental, é caracterizado como um “espaço de produção de masculinidade heterossexual” (PRECIADO, 2017, p.13). Trata-se de um espaço que produz marginalizações a toda forma de passividade, seja associada à homossexualidade ou à feminilidade e outras subjetividades. Todavia, Butler (2015) lembra que é preciso indagar os motivos de uma cisão entre determinados tipos de corpos que desfrutam de visibilidade pública, de ação e de fala e outros que ficam restritos ao espaço considerado pré-político do privado. Esses corpos privados são uma “pré-condição para a aparência e, portanto, tornam-se uma ausência estruturante” (BUTLER, 2011, p.3), tornando a esfera pública possível precisamente por tudo aquilo que exclui.

Ao encontro desta leitura, Massey e Kaynes (2004), defendem o espaço enquanto âmbito das possibilidades da multiplicidade e, conseqüentemente, uma dimensão necessária à diferença. Assim, a espacialidade

é a esfera da justaposição potencial de diferentes narrativas, do potencial de forjar novas relações, a espacialidade é também uma fonte de produção de novas trajetórias, de novas estórias. É uma fonte de produção de novos espaços, de novas identidades, novas relações e diferenças (ibid., p.18).

Tal abordagem permite entrever o espaço como condição política; mais especificamente, uma vez que ele atua sobre a sociedade, não é mais possível vê-lo como um cenário, mas como um agente partícipe no campo social. Uma vez que espaço é um processo “inerentemente disruptivo” (ibid., p.17), defendemos sua centralidade para pensar os modos de luta política que tomam parte sempre através do espaço, dado que as próprias definições de cidadania são espaciais (FENSTER, 2005).

Para Butler (2015) as manifestações urbanas são centrais às lutas políticas, de modo que o espaço de atuação se torna condição para a persistência dos corpos e suas reivindicações de democracia. Pontualmente, essa persistência se deve aos constrangimentos que determinados corpos sofrem ao se exporem no espaço público, evidenciando os aspectos restritivos do termo “espaço público” em relação a certos aspectos corporais socialmente significados. Assim, somente no exercício de direito de aparência é que esses corpos marginalizados dos espaços públicos urbanos podem reivindicar política e coletivamente seus direitos de existência.

Do Pluralismo Agonístico À Democracia: Os Caminhos Das Identidades

Nesta seção, objetivamos evidenciar o caráter pouco consensual dos espaços públicos, uma visão propositiva de democracia como aquela que deve sempre permitir a expressão das lutas e dos conflitos sociais, pois estes lhes são constitutivos. Deutsche (2008) atualiza essa discussão ao espaço urbano, exemplificando como a estratégia do discurso contemporâneo dominante sobre “qualidade de vida urbana”, formulação em singular, pressupõe a existência de um habitante urbano genérico, regido por princípios e motivações universais. Na prática, o que se verifica é a instauração de uma ordem discursiva de “um espaço cujo caráter público é decretado a priori [...] uma afirmação que inverte a sequência real dos acontecimentos [...] e portanto decretando a priori que usos do espaço público são legítimos (ibid., p.11, tradução minha).

Para Chantal Mouffe (2007), a crença liberal na possibilidade de um consenso racionalista universal se traduz na negação do antagonismo inerente à toda relação social, conceito que, em sua obra, aparece como um limite de todo consenso. Debatendo com as sedimentadas noções de esfera pública de Hannah Arendt (2007) e Jürgen Habermas (1984), a autora mostra como a busca pelo consenso trata de desmontar o potencial antagonístico que é intrínseco à ordem social e, portanto, antes de representar qualquer ameaça à democracia, é sua própria condição de existência (MOUFFE, 1996). Em contraponto, formula o conceito de modelo democrático que denomina “pluralismo agonístico” (ibid.), sugerindo que os confrontos tomem lugar no espaço comum, explicitados antes de apaziguados, pois toda tentativa de resolução dos conflitos agonísticos significa produzir desfechos permanentes e racionais – e, portanto, a sobreposição de um projeto a outro.

Para pensar espaço urbano, Deutsche (2008) questiona os procedimentos dos planejadores urbanos que buscam localizar as disputas espaciais como impasses que devem ser eliminados e solucionados. Considerando que as desigualdades são intrínsecas às relações sociais, as imagens consensuais e unificadas do espaço urbano se constituem nos discursos urbanísticos conservadores, estabelecidos

por meio de uma cisão que cria um exterior – como moradores de rua, prostitutas, imigrantes, etc – e o interior – classes médias, altas, etc. Desse modo, podemos afirmar que o espaço urbano que conhecemos resulta das relações de poder que buscam apaziguar e oprimir os conflitos: aquelas figuras desestabilizadoras à “ordem” configuram o caráter antagonístico inerente ao espaço público, que tende a relegar ao privado toda diferença e pluralismo. Dadas as incertezas intrínsecas ao processo democrático propostas pelas autoras, trata-se de reconhecer o caráter frágil da democracia, que não pode ser estabelecida em definitivo e, portanto, deve-se definir pela luta constante (MOUFFE, 1996).

Para trazer ao debate uma visão antiessencialista das identidades, Mouffe (2007) advoga pela noção de “identificações coletivas”, relacionadas à mobilização afetiva e dos desejos, de modo que estas devem ser politicamente mobilizadas em favor de projetos democráticos. Assim, o agonismo se constitui a partir da distinção nós-eles, do mesmo modo que o antagonismo, mas difere deste último ao desfrutar de um espaço simbólico comum, que consiste na reivindicação ético-política da democracia (MOUFFE, 2013).

Nesse sentido, cabe conceitualizar o que Mouffe (2007) compreende como identidade e diferença. O conceito de exterior constitutivo afirma que o estabelecimento de uma identidade depende da designação de uma diferença, constituída sempre de forma hierárquica. A determinação de um exterior, de um outro, torna-se condição de existência para toda conformação de identidade, de modo que “toda identidade torna-se irremediavelmente desestabilizada por seu exterior, e o interior aparece como algo sempre contingente” (ibid., p.21, tradução minha). Quer dizer: se há um exterior que é constitutivo do interior, então não é possível uma discriminação plena entre interior/exterior, sendo a ideia de identidade resultante de processos híbridos de interações cujos limites nunca estão claramente determinados. Logo, a identidade só existe de modo relacional com o outro e, portanto, não é fechada em si mesma. Esta noção, portanto, rejeita qualquer abordagem homogeneizante ao corpo social, compreendendo-o enquanto uma multiplicidade de posições a partir das quais os sujeitos se constituem desde uma miríade de formações discursivas.

É por isso que cada posição de sujeito se constitui dentro de uma estrutura discursiva essencialmente instável, posto que se submete a uma variedade de práticas articulatórias que constantemente subvertem-na e transformam-na. Por isso, não há nenhuma posição de sujeito cujos vínculos com outros estejam assegurados de maneira definitiva e, portanto, não há identidade social que possa ser completa e permanentemente adquirida. Isso não significa, porém, que não possamos manter noções como “classe trabalhadora”, “homens”, “mulheres”, “negros” ou outros significantes que se referem a sujeitos coletivos [...] sua unidade deve ser vista como o resultado de uma fixação parcial de identidades mediante a criação de pontos nodais. (MOUFFE, 1992, p.4, tradução minha)

O termo antagonismo aparece na teoria mouffiana como aquele que não permite nenhum tipo de encerramento unívoco do social: ao passo que os antagonismos afirmam a diferença, afirmam também a parcialidade de toda luta política. Logo, ao superar a ideia de que a categoria “mulher” possa ser unificada em um projeto universal, a questão torna-se indagar como tal categoria é constituída e perdurada enquanto uma distinção que implica em perenes subordinações do feminino.

Isso posto, uma vez que compreendemos as identificações coletivas enquanto identidades políticas provisórias, podemos compreender o papel central da dimensão

afetiva que dá forma a esses processos de identificação, relacionais e discursivamente construídos. Trata-se de compreender que as identidades “existem como sujeitos no ato” (RANCIÈRE, 2006, p.378), derivadas de posições sempre transitórias e passíveis de novas configurações.

Pluralismo Agonístico E Contra-Públicos: A Arte Como Modo De Criar Espaço Público

Mouffe (1992; 2007) identifica, no pensamento liberal, a tendência dominante de produzir uma abordagem racional e individualista, que crê na possibilidade de um consenso universal baseado na razão. Tal visão, como vimos até aqui, é claramente limitada à apreensão da natureza plural do mundo social e aos conflitos que tal pluralidade implica, negando a natureza antagonista que permeia toda relação social. O antagonismo advindo dos conflitos sociais evidencia os próprios limites de qualquer tentativa de consenso racional, que é sempre prescrito por um projeto hegemônico que se impõe como natural.

Toda ordem é a articulação temporária e precária de práticas contingentes. A fronteira entre o social e o político é essencialmente instável e requer deslocamentos e renegociações constantes entre os agentes sociais. As coisas poderiam ser sempre de outro modo [...] pois, ao predicar toda ordem, se excluem outras possibilidades. (MOUFFE, 2007, p.63, tradução minha)

Assim, reconhecer a dimensão política como antagonismo em latência implica admitir a impossibilidade de um consenso racional definitivo: toda ordem social estabelecida se apoia na exclusão de outras possibilidades, sendo sempre uma articulação provisória e instável de práticas contingentes. Se compreendemos o poder como inerente às relações sociais, então toda ordem social é política e, portanto, baseada em formas de exclusão. Nesse caminho, abre-se a possibilidade de que essas ordens hegemonicamente estabelecidas possam ser desafiadas: toda prática hegemônica é passível de desestruturação em prol de outras formas de articulação. Esta ideia parece estar intimamente conectada ao conceito foucaultiano de resistência:

[...] no centro das relações de poder e como condição permanente de sua existência, há uma “insubmissão” e liberdades essencialmente renitentes, não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem volta eventual; toda relação de poder implica, então, pelo menos de modo virtual, uma estratégia de luta, sem que para tanto venham a se superpor, a perder sua especificidade e finalmente a se confundir. (FOUCAULT. In: DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 249)

De acordo com ambos autores, defendemos que a dimensão antagonista dos conflitos sociais é tão inerente às sociedades quanto a impossibilidade de resolução racional final aos conflitos. Desta maneira, é preciso reconhecer que a política democrática atual insiste em neutralizar os conflitos potenciais e, nesse caso, cabe indagar quais seriam as possibilidades de escape à domesticação dos antagonismos. Concordamos com a proposição agonística que consiste em um “nós/eles” no qual, embora se reconheça a impossibilidade de consenso racional aos conflitos, assegura-se a legitimidade de todo projeto, tornando os grupos sociais adversários antes de inimigos, numa espécie de “consenso conflitante”. Assim, o modelo agonístico de democracia “reconhece o caráter contingente das articulações da hegemonia político-econômica que determinam uma configuração específica da sociedade, num dado momento”

(MOUFFE, 2013, p.187).

Nessa perspectiva, as lutas agonísticas consistiriam na própria democracia, uma vez que esta não pode prescindir do caráter antagonista das relações sociais resultantes dos processos de identificação coletiva; são disputas entre projetos hegemônicos que buscam operar na reestruturação das relações de poder que conformam a sociedade. Partindo desse contexto inerentemente antagonista, ou melhor, agonístico, Mouffe (2013) se interessa pelos diferentes usos do termo espaço público, associando seu projeto de democracia radical à conformação de um “espaço de confrontação agonística” (ibid., p.182).

Propomos, portanto, pensar espaço público a partir de um modelo agonístico, que desafia as noções amplamente disseminadas de um terreno onde o consenso deva ser produzido: na contramão, o modelo advoga o espaço público enquanto um “campo de batalha em que diferentes projetos hegemônicos são confrontados, sem qualquer possibilidade de reconciliação” (ibid., p.188). A partir desse entendimento, compreende-se não um único espaço, mas antes espaços plurais que se produzem na própria diversidade discursiva.

Negt e Kluge (1993) se utilizam do termo contra-público para sugerir uma esfera pública plural que abarca grupos marginalizados. Sheikh (2004) também sugere que os contra-públicos possam ser lidos a partir do conceito de heterotopia de Foucault (2003), que consistiria em uma utopia localizada ou mesmo um contra-espaço cuja existência tende a confrontar e desestabilizar a hegemonia dos espaços estrategicamente estruturados. O público deve ser visto sempre em termos relacionais; toda reivindicação de racionalidade e universalidade vai na direção oposta do conceito de contra-público, que implica na subversão dos espaços para outras práticas, reconfigurados pelos novos usos.

Os contra-públicos são “contrários” [somente] na medida em que tentam proporcionar maneiras diferentes de imaginar uma sociabilidade diferente [stranger] e sua reflexividade; como públicos, eles permanecem orientados para a circulação do diferente [stranger] de uma maneira que não é apenas estratégica, mas constitutiva de membros e seus afetos. (SHEIKH, 2004, s.p., tradução minha).

Nesse sentido, propomos abordar a obra de Piper como reivindicação da diferença e condição basilar à conformação de contra-públicos que, somente assim, garantem a formação de espaços públicos plurais. De modo bastante semelhante aos contra-públicos, Mouffe (2007) afirma o papel constitutivo das práticas artísticas no espaço público e sua inseparabilidade das possibilidades de democracia radical, vislumbrando-as como intervenções agonistas no espaço que dão visibilidade aos dissensos existentes. As práticas artísticas, neste contexto, se relacionam com as possibilidades de constituição das identidades e, portanto, são sempre políticas. Se estamos de acordo com a visão antiessencialista proposta anteriormente, então toda identidade é produto de construções discursivas e de processos de identificação sob os quais as práticas artísticas podem incidir.

Neste entendimento, reiteramos a inseparabilidade entre os campos da arte e da política: antes de serem campos autônomos entre os quais necessitaríamos criar um vínculo, estética e política estão imbricadas, de modo que toda prática artística terá dimensão política, pois toda expressão estética atua na reprodução ou refutação das ordens simbólicas dominantes. Ao dar visibilidade e inteligibilidade ao que o senso comum hegemônico busca obliterar, a arte crítica pode proliferar os dissensos, de modo que as práticas artísticas na esfera pública têm a capacidade de mobilizar

formas coletivas de identificação por meio da mobilização de um espaço simbólico comum.

Desta perspectiva, as artes tanto constituem e preservam determinadas ordens simbólicas quanto são capazes de desafiá-las, sendo sempre políticas. Por seu turno, a política é relativa à ordem simbólica das relações sociais, o que evidencia a dimensão estética do próprio corpo social. A arte crítica condiz às práticas dissidentes passíveis de questionar os projetos hegemônicos dominantes ao produzir espaços públicos agonísticos que dão visibilidade ao que está suprimido no aparente consenso.

[...] só reconhecendo a necessidade de uma pluralidade de formas de intervenções, acontecendo numa variedade de espaços públicos, que práticas de arte crítica podem contribuir para a formação de uma variedade de espaços agonísticos, em que uma concepção plural e radical de democracia poderia ser realizada. (MOUFFE, 2013, p.191)

Assim, compreendemos a arte feminista enquanto a promessa de uma “criação performativa de novas realidades” (RECKITT e PHELAN, 2001, p.20, tradução minha), atraindo-nos aos possíveis do pensamento que ainda devem ser criados e experienciados. Desse modo, podemos argumentar que as feministas tiveram papel central na consolidação do reconhecimento da indissociabilidade entre estética e política, evidenciando o caráter agonístico intrínseco à toda disputa política por reconhecimento. Características das produções feministas, as investigações de novas possibilidades irrompem da reorganização de códigos de representação complexos, ao mesmo tempo em que se referem ao trivial e ao cotidiano, problematizam os binarismos, utilizam-se da arte para atravessar as fronteiras do público e privado e evidenciam que toda identidade é necessariamente inacabada, uma performance sempre em processo (ibid.).

Adrian Piper: Um Caso Exemplar

Adrian Piper (1948), nova-iorquina vivendo atualmente em Berlim, é um dos grandes expoentes do movimento feminista norte-americano nas artes visuais desde a década de 1970, tendo um corpus artístico expressivo em performances urbanas. Insistindo em explorar a subjetividade como insumo de arte, suas primeiras performances representam a ideia de práticas artísticas como práticas agonísticas, que oportunizam a formação de espaços nos quais uma concepção plural de democracia pode se efetivar. Piper torna manifesto que o significado de uma obra artística não se localiza de modo permanente em si, mas é antes constituído em relação a um exterior, de modo que obra e contexto de existência são indissociáveis (DEUTSCHE, 2008). Nesta seção, apresentamos algumas obras de Adrian Piper que propõem produzir novas leituras à noção de espaço público unitário, tratando-o como ilusório e evidenciando seu caráter disputado a partir da produção de cenários poéticos que afirmam os limites políticos de uma vida pública universal.

Piper é uma artista negra mas, conforme declarado em um texto de sua autoria, pode facilmente passar-se por branca (PIPER, 1996), incluindo a si mesma como objeto de arte para explorar questões de identidade e alteridade. Desde 1970, se dedica a investigar as relações sociais, inserindo cada vez mais seu corpo na sua arte para, estrategicamente, provocar situações de antagonismo com o público (BOWLES, 2011), buscando afirmativamente modos de tornar visíveis o racismo e o sexismo que estão imbricados nas relações cotidianas.

Iniciando tais performances em um contexto sócio-político marcado pela guerra do Vietnã e os movimentos dos direitos civis, na série *Catalysis I-VIII* (1970-1973) busca, deliberadamente, evitar qualquer contexto artístico a fim de confrontar diretamente o espectador desavisado com sua presença imprevisível. Em entrevista à crítica de arte Lucy Lippard, Piper defende que suas performances baseiam-se na inseparabilidade da vida:

[...] eu não digo: “Estou fazendo uma performance” [...]. Há muito pouco separando o que estou fazendo de atividades pessoais peculiares [...] Subscribo a ideia de que a arte reflete a sociedade até certo ponto, e eu sinto como se um monte de trabalho que estou fazendo está sendo feito porque eu sou um paradigma do que é a sociedade” (PIPER, in: LIPPARD, 1972, p.78).

Empenhando-se em apagar as distinções entre arte e vida, desafiando os pressupostos estabelecidos acerca das categorias de gênero, sexualidade e raça, perturbando a aparente ordem dos espaços públicos através de performances agonísticas que revelam suas assimetrias de acesso, suas ações artísticas se ocuparam sobretudo da transgressão das normas sociais de conduta e comportamento em público impostas por uma cultura urbana sexista, classista e racista. Piper produz ações diretas sobre os espaços públicos urbanos, tanto por meio de perturbação da aparente ordem dominante nas ruas e transporte público quanto disfarçando sua identidade e assumindo uma persona masculina de raça indefinida que vaga pela cidade. Nos termos da artista, os trabalhos não têm significado independente ou existência além de serem meios de mudança: “Existem apenas como agentes catalisadores entre eu e o espectador” (PIPER, 1975, p.53).

As performances buscam propor novas possibilidades de percepção à ordem do campo social, reimaginando a distinção entre o que é considerado adequado ou não ao comportamento em público. A questão da alteridade enquanto um princípio regente à conformação democrática do espaço público pode ser considerada o centro da discussão disparada por Piper. Explorando as questões de identidade e de fronteiras sociais, transforma-se em um elemento estranho, excêntrico e, por vezes, até mesmo repugnante que circula pela cidade, obtendo como efeito as reações de desdém e hostilidade de um público desavisado (BOWLES, 2011). Nesta análise, daremos ênfase à questão da interseccionalidade entre raça e gênero que protagonizam as primeiras performances da artista. Apresentamos duas séries consagradas: *Catalysis I-VII* (1970-1973) e *The Mythic Being* (1972-1976), que tomam as ruas como cenário e agente. As ações têm por foco interpelar e perturbar as relações sociais casuais na cidade desafiando a suposta neutralidade das diferenças nos espaços públicos.

Catalysis (1970-1973)

Neste artigo, apresentamos somente as obras *Catalysis III* e *IV* (1970-1971). Ainda que estas performances sejam parte de uma série de sete performances, realizadas entre 1970 e 1973, somente estas duas dispõem de imagens disponíveis nos acervos pesquisados. Na ação *Catalysis III* (Figura 1), Piper sai às ruas para comprar luvas na loja de departamento Macy's vestindo uma malha com o escrito WET PAINT (tinta fresca). Na imagem, vemos que a artista torna-se um elemento imprevisto de estranheza e perturbação: há pelo menos cinco pessoas ao seu redor, olhando-a. Há duas mulheres que passam ao seu lado e torcem o pescoço para vê-la; o mesmo ocorre com a senhora que caminha à sua frente; outra senhora que olha uma vitrine se detém para olhá-la, enquanto uma outra transeunte parece tentar passar ao lado, desviando-se da presença inusitada. Em suma, basicamente todos os integrantes



da fotografia estão voltados à artista que, por sua vez, apresenta-se impassível, aparentando indiferença à situação que ocasiona.

Em Catalysis IV (Figura 2), Piper se apresenta vestida de modo bastante conservador, mas com uma toalha branca na boca. Dentro do vagão de metrô, há uma mulher sentada ao lado de Piper usando óculos escuros (ainda que no ambiente fechado do trem) e virada de modo que parece estar dando as costas ou, ainda, deliberadamente repelindo a excêntrica presença. O homem ao lado dessa mulher está com o corpo totalmente voltado para a janela do trem, talvez também se furtando de qualquer contato com a figura estranha ou, ainda, evitando a câmera que registra a performance. Nesta performance, é representativa a hostilidade destinada a Piper mesmo quando não está produzindo perturbações: a inserção de um fator diferente já serve como fator disruptivo na ordem estabelecida ao espaço público. Provavelmente associada à insanidade ou à excentricidade, a performance atesta como a inclusão de um elemento controverso frustra o consenso, expondo como a arte pode operar como instrumento que questiona as dominações do espaço (DEUTSCHE, 2008).

A obra existe, portanto, enquanto agente catalisador entre artista e público, salvaguardando o impacto e a natureza de um confronto não categorizado e não esperado de antemão (PIPER, s.d.). Cabe recuperar o significado de catálise: enquanto um processo químico, é uma reação que ocorre quando a substância inicial

é submetida à presença de um catalisador, que aumenta a velocidade de reação. Piper incorpora esse agente catalisador, que busca deliberadamente produzir reações nos encontros cotidianos.

Esse tipo de performance desestabiliza a noção de que a alteridade possa ser algo unicamente externo, permitindo a existência de um espaço de negociação dos limites entre eu e o outro (DEUTSCHE, 2008). Na interrupção das situações habituais por situações singulares como as performances de Catalysis, o ato de interrupção assume função crítica, evidenciando os possíveis deslocamentos e rearranjos a partir da criação de situações inusitadas ou inesperadas. Piper se relaciona explicitamente com o conceito de práticas artísticas agonísticas de Mouffe (2013), pois dá visibilidade aos agonismos da vida cotidiana e, ao oportunizar essa nova perspectiva, cria espaços públicos plurais que não disfarçam os dissensos, mas que evidenciam-os.

The Mythic Being (1972-1976)

As imagens de Catalysis contrastam com as imagens de The Mythic Being por um motivo bastante óbvio: há uma mudança de gênero de nosso protagonista. O personagem encarna um estereótipo do homem negro, ou de raça indefinida, temido e abominado pela classe média branca, ou seja: tampouco ele consegue usufruir de uma plena experiência urbana livre de racismo. Se temos presentes agora duas identidades – o homem negro e a mulher negra que deambulam pelo espaço público – e, em ambos os casos, temos aspectos de opressão, então a visão transcendente e universalista de espaço público pode ser afirmada como aquela a serviço de uma reiteração das normas sociais que pressupõem hierarquias (DEUTSCHE, 2008).

Em 1972, Piper iniciou um projeto de cerca de quatro anos no qual assumiu um alter ego masculino, vestindo-se como um jovem homem, negro e andrógino com uma peruca black power, óculos escuros, bigode e um cigarro no canto da boca. Nessas ações, assume uma identidade masculina – ainda que ambígua – para deambular pelas ruas



Figura 2: Catalysis IV (1971). Fotografia de performance por Rosemary Mayer. Fonte: Adrian Piper, Generali Foundation Collection (BOWLES, 2011, p. 175).

de Nova Iorque e Cambridge. O projeto deu origem a uma série de produções, como vídeos, desenhos, colagens e fotografias que servem de registro e suporte às suas performances. A performance de seu “ser mítico” é descrita pela artista como uma experiência paradoxal e libertadora: enquanto homem, desfrutava da possibilidade de agir de maneiras que são socialmente restritas a uma mulher, sobretudo negra. Piper descreve uma experiência radicalmente diferente das possibilidades que desfruta como mulher: “Meu comportamento muda [...] eu me exibito, ando a passos largos, abaixo minhas sobrancelhas, levanto meus ombros, sento com minhas pernas bem abertas no metrô para acomodar minha genitália protuberante” (PIPER, 1996, p.117, tradução minha).

A imagem em que a artista aparece vestida de homem caminhando na calçada se refere a um fotograma (Figura 3) de uma performance urbana realizada em 1973. O fotograma é uma imagem emblemática da performance: pela expressão facial, é possível ver que a artista está falando com a câmera, recitando repetidamente trechos de seu diário pessoal da pré-adolescência. Com esse mantra, a artista atravessa as calçadas lotadas de pedestres, que a cercam: crianças e senhoras que olham curiosos para a figura, supostamente masculina, declamando com uma voz feminina. Tal ambiguidade, diferentemente de *Catalysis*, mais do que desconforto, parece produzir curiosidade – no começo do vídeo, Piper passa por uma senhora que pergunta: “É um filme?”.

A artista menciona suas novas apropriações da cidade enquanto encena seu *Mythic Being*:

Eu visitei certos locais relacionados à cultura pela cidade: inaugurações em galerias de arte, concertos, filmes, peças de teatro, etc., bem como tomei o metrô e ônibus e caminhei pelas ruas à noite em diferentes bairros. Para focar minha atenção e manter minha compostura durante a performance, me concentrei em um mantra: uma passagem de um diário pessoal que tenho mantido desde a pré-adolescência, que, simultaneamente, publiquei mensalmente no *Village Voice* (PIPER, s.d.).



Figura 3: Fotograma de performance *The Mythic Being* (1973). Fonte: Adrian Piper, site da artista. Disponível em: http://www.adrianpiper.com/vs/video_tmb.shtml acesso em 10 de setembro, 2018.

A partir desse excerto, é possível verificar que, quando se transforma em um jovem homem de raça e gênero ambíguos, Piper se permite navegar por outros lugares e horários da cidade dos quais não usufruía enquanto mulher. Assim, a performance também é sobre o estereótipo do homem negro enquanto categoria social estigmatizada, mas, ainda que marginalizada, essa figura parece desfrutar de maiores graus de liberdade, evidenciando as dificuldades de ser mulher na cidade. A aparente desenvoltura com a qual o *Mythic* ocupa o espaço público urbano é diretamente contrastante com a dificuldade experienciada pelas mulheres negras em alcançar reconhecimento tanto no movimento negro quanto no movimento feminista (BOWLES, 2011).

A incorporação de uma persona que desempenha ativamente uma apropriação da cidade, dificultada às mulheres, torna-se estratégia política de ressignificação do público: “a arte que é “pública” participa em, ou cria, um espaço político e é em si mesma um espaço onde assumimos identidades políticas” (DEUTSCHE, 2008, p.24). Entre a identificação e a diferença, o *Mythic* transita entre as fronteiras que distinguem tradicionalmente gênero e raça, produzindo um espaço político justamente por assumir sua indecidibilidade.

Piper documentou suas experiências de tal forma que parecia suspensa paradoxalmente entre sua incapacidade de se tornar completamente identificada com o *Mythic Being* e o prazer e a liberdade, às vezes imaginando com sucesso que ela havia se tornado ele (BOWLES, 2007, p.622, tradução minha).

Na Figura 3, a artista consegue causar uma interrupção no trajeto dos demais transeuntes e concidadãos, tornando evidente o sentimento produzido a partir de uma diferença, ou melhor: da presença de um “exterior constitutivo” de Mouffe (2013). Assim, desafia os espectadores a assumir a responsabilidade pessoal pelos



Figura 4: *The Mythic Being: Cruising White Women #1* (1975). Fonte: Adrian Piper. Fotografia de James Gutman. Coleção de Eileen Harris Norton (BOWLES, 2011, Plate 2).

seus preconceitos e a refletir sobre as condições que permitem sua persistência, estimulando-os a revisar as presunções acerca de determinadas identidades (BOWLES, 2011).

Na Figura 4, referente à performance *The Mythic Being – Cruising White Women* (1975), o personagem está sentado na calçada, olhando as mulheres que passam. A performance ainda consiste em diversos registros da artista vagando ou sentada na cidade, fumando e agindo de acordo com os estereótipos masculinos de conduta nos espaços públicos, sobretudo em sua atitude de assédio frente às mulheres. A liberdade de distribuir olhares no espaço público problematiza, mais uma vez, as normas e convenções de condutas socialmente aceitas. Assumindo a posição do assediador que molesta mulheres na rua, Piper inverte os papéis, desfrutando mais uma vez das prerrogativas socialmente consentidas de expressar sua sexualidade em público, mas somente enquanto um homem. Visando atuar sobre as percepções e pré-noções que norteiam nossas aceções acerca de determinadas identidades, a partir da assimilação de uma identidade masculina racializada e de um comportamento tipicamente esperado por essa identidade, Piper também se liberta de um espaço ambíguo de mulher negra de pele clara no qual se situa (ibid.).

Nesse conjunto de performances, Piper questiona a estabilidade das identidades sociais, tornando evidente que os corpos são produtos de inscrições culturais antes de entidades fixas e estáveis. A noção de raça em si é um conceito mítico e, como toda categoria identitária, instável, sempre uma representação e, por fim, uma performance (WARD, 1999). Seus trabalhos lidam com a questão da consciência e sobre possibilidades de conscientização a partir da produção de confrontos. Desde uma perspectiva de constituição de público, Piper é provavelmente a artista que mais profundamente trouxe à tona o senso de antagonismo que permeia todas as relações sociais e que regula a circulação das diferenças no espaço público urbano.

Considerações Finais

Este trabalho buscou refletir sobre as noções dominante de espaço público a partir de uma perspectiva feminista por meio das artes visuais de Adrian Piper. Na contramão das teorias mainstream sobre espaço público, propusemos que os conflitos são de ordem ontológica e irredutíveis em toda relação social e espacial, como bem verificado nas interações urbanas de Piper. Nesta perspectiva, um conceito de democracia radical agonística desponta como possibilidade de reconhecimento à contingência, imanente a toda prática hegemônica que se pressupõe consenso. No modelo agonista, o espaço público se torna campo de batalha e disputa, onde os enfrentamentos de pautas e diferenças são expostos, mas sem possibilidade de apaziguamento das disputas. Trazer a arte feminista para a discussão acerca da noção de espaço público nos permitiu acatar a produção de poéticas como potência para intervir no mundo socioespacial

Piper caminhou pelas ruas, usou o transporte público, operando pequenas fissuras nos arranjos simbólicos destas triviais atividades. Por vezes, parece passiva, mas também desafiadora; ora transformou-se performativamente em um homem, ora provocou visualmente, pois a mera inclusão de uma toalha branca em cena serve para a total desestabilização dos ambientes que percorreu. Produzindo situações transgressivas aos padrões considerados normais, termina por lançar luz à rigidez das normas que regem as situações públicas.

A ruptura com as situações ordinárias de interação social busca instigar os espectadores da performance a refletir por que a nova situação é incômoda: quando

vemos a artista com uma toalha na boca, é possível compreender que a cena cause desconforto, mas é difícil apontar os motivos. A perspicácia da performance consiste na desestabilização de uma situação trivial para que possamos questionar o que é considerado normativamente como aceitável ou não no espaço público. Desse modo, aquilo que está fora dos parâmetros de aceitabilidade se torna o outro, um exterior constitutivo que evitamos, mas justamente o outro que Piper traz ao centro de suas performances. A hostilidade com que a artista é recebida é parte e insumo resultante de suas performances: a confrontação direta com o público desavisado aproxima suas performances da vida real a tal ponto que se perde o referencial que separa vida e arte.

Assim, este trabalho buscou trazer à luz alguns pontos pontos invisíveis do cotidiano para dar corpo àquilo que permanece invisível nas estruturas hegemônicas. Compreendendo as arbitrariedades na determinação do que é espaço público, este trabalho voltou-se a olhar como determinadas hegemônias sociais operam a legitimação e deslegitimação de usos que estabelecem ordens dominantes, mas também como a arte é capaz de propor, a todo tempo, outros modos de estar na cidade.

Agradecimentos

O presente trabalho é parte dos resultados da pesquisa de dissertação da autora, defendida em maio de 2018 no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS), realizada com bolsa CAPES.

Referências Bibliográficas

- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007 [1958].
- BONDI, Liz; ROSE, Damaris. Constructing gender, constructing the urban: A review of Anglo-American feminist urban geography. In: *Gender, Place & Culture: A Journal of Feminist Geography*, 10: 3, p.229-245, 2003.
- BONDI, Liz. *Gender, Class, and Urban Space: Public and Private Space in Contemporary Urban Landscapes*. *Urban Geography* v.2, n. 19, p.160-185, 1998.
- BOURDIEU, Pierre (Org.). *A miséria do mundo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- BOWLES, John. *Acting like a Man: Adrian Piper's Mythic Being and Black Feminism in the 1970s*. *Signs* Volume 32, nº 3, p.621-647, 2007.
- BOWLES, John. *Adrian Piper – Race, Gender and Embodiment*. Durham and London: Duke University Press, 2011.
- BROOKS, Alison. *On Societal and Challenges*. In: KULLACK, Tanja (org.) *Architecture: A Woman's Profession*, Berlin: Jovis, 2011.
- BUTLER, Judith. *Notes toward a performative theory of assembly*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2015.
- BUTLER, Judith. *Bodies in Alliance and the Politics of the Street*. 2011. Disponível em: <http://eipcp.net/transversal/1011/butler/en/print> Acesso em 10 de Outubro, 2017.

DAWSEY, Jill Christina. The uses of sidewalks: women, art and urban space, 1966-80. Tese de Doutorado em História da Arte. Stanford University, 2008.

DEUTSCHE, Rosalyn. Visiones públicas. In: DEUTSCHE, Rosalyn. Agorafobia. Col. Quaderns portàtils. Barcelona: MACBA, 2008.

FENSTER, Tovi. Gender and the City: The Different Formations of Belonging. In: A Companion to Feminist Geography. NELSON, Lise SEAGER, Joni (Org.). Blackwell Publishing Ltd, 2005.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M.. Outros espaços. In: Ditos e escritos III - Estética: Literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, M.. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

HABERMAS, J. The theory of communicative action. Vol 1. Reason and the rationalization of society. Boston: Beacon Press, 1984.

JOLY, Martine. Introdução à análise da imagem. Campinas: Papirus, 1996

LIPPARD, Lucy, PIPER, Adrian. Catalysis: An Interview with Adrian Piper. The Drama Review: TDR, Vol. 16, No. 1, pp. 76-78. The MIT Press, 1972.

MASSEY, Doreen; KAYNES, Milton. Filosofia e Política da espacialidade: Algumas considerações. Tradução: Rogério Haesbaert. In: Revista GEOgraphia, No. 12, V. 6, 2004.

McDOWELL, Linda. Género, identidade y lugar. Un estudio de las geografías feministas. Cátedra: Madrid, 2000.

McDOWELL, Linda. Towards an understanding of the gender division of urban Space. In: Environment and Planning D: Society and Space, volume 1, pg. 59-72, 1983.

MOUFFE, Chantal. Quais espaços públicos para práticas de arte crítica?. In: Arte & Ensaio 27. Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais – EBA/ UFRJ. Rio de Janeiro: PPGAV-EBA/UFRJ, ano XXI, número 27, 2013.

MOUFFE, Chantal. Feminismo, ciudadanía y política democrática radical. In: Feminists Theorize the Political, ed. Judith Butler, Joan W. Scott, Routledge, 1992.

MOUFFE, Chantal. O Regresso do Político. Lisboa: Gradiva, 1996.

MOUFFE, Chantal. Prácticas artísticas y democracia agonística. Museu d'Art Contemporani de Barcelona Servei de Publicacions de la Universitat Autònoma de Barcelona. Barcelona; Bellaterra (Cerdanyola del Valles), 2007.

NEGT, Alexander, KLUGE, Oskar. The Public Sphere and Experience: Toward an Organizational Analysis of Proletariat and Middle-Class Public Opinion. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.

PINHO, Armando F; OLIVEIRA, João Manuel. O olhar político na performance artística autobiográfica. Revista Ex aequo, n.º 26, pp. 57-76, 2012.

PIPER, Adrian. Talking to Myself: The Ongoing Autobiography of An Art Object. Bari, Itália: Marilena Bonomo, 1975.

PIPER, Adrian. Biography. Site da Artista. Sem data. Disponível em: <http://www.adrianpiper.com/biography.shtml> Acesso em 26 de fevereiro, 2018.

PIPER, Adrian. Passing for White, Passing for Black. In: Adrian Piper, Out of Order, Out of Sight, Volume I: Selected Essays in Meta-Art 1968-1992. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1996.

PRECIADO, Paul B. "Cartografias 'Queer': O 'Flâneur' Perverso, A Lésbica Topofóbica e A Puta Multicartográfica, Ou Como Fazer uma Cartografia 'Zorra' com Annie Sprinkle". eRevista Performatus, Inhumas, ano 5, n. 17, jan. 2017.

RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: A crise da razão. Org: NOVAES, Adauto. São Paulo: Companhia das Letras; Brasília, DF: Ministério da Cultura; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte, 2006 [1996].

RANCIÈRE, Jacques. O espectador emancipado. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012 RANCIÈRE, Jacques. A partilha do sensível. São Paulo: EXO experimental org.; Ed. 34, 2009.

RECKITT, Helena; PHELAN, Peggy. Art and Feminism. New York City: Phaidon Press, 2001.

SILVA, Joseli. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. In: Revista de História Regional 8(1), p.31-45, 2003.

SHEIKH, Simon. In the Place of the Public Sphere? Or, the World in Fragments, 2004. Disponível em: <http://eipcp.net/transversal/0605/sheikh/en> Acesso em 09 de janeiro, 2018.

WARD, Frazer. Adrian Piper Review. In: Frieze Art. 03 de março, 1999. Disponível em: <https://frieze.com/article/adrian-piper>, Acesso em 13 de março, 2019.

WEISMAN, Leslie Kanes. Discrimination by Design: A Feminist Critique of the Man-Made Environment. Urbana: University of Illinois Press, 1992.

VIOLÊNCIA, GÊNERO E URBANISMO: Aspectos Da Dominação Masculina Na Organização Das Cidades

Carolina Frasson Sebalhos¹
Anelis Rolão Flores²
Daniela Cristien S. M. Coelho³

Resumo

O presente artigo tem como objetivo a investigação da violência contra a mulher a partir da perspectiva crítica-urbanista. Dessa forma, fez-se necessário abordar a agressão sofrida pela mulher através da questão de gênero, apresentando-se a transição entre o matriarcado e o patriarcado, explanando também a violação feminina em suas origens. Nesse sentido, constatou-se que sob o viés urbanístico, o planejamento das cidades é eminentemente masculino, excluindo o público feminino e demonstrando as várias faces da dominação masculina. Concluiu-se que a violência de gênero é apenas uma das nuances do boicote urbanista, onde as mulheres são minoria no planejamento e também não são consideradas como usuárias da cidade. Por fim, utilizou-se o método de abordagem dedutivo, em investigação qualitativa, através de pesquisa documental e bibliográfica.

Palavras-chave: planejamento das cidades, urbanismo, mulheres.

VIOLENCE, GENDER AND URBANISM: Intrinsic Aspects Of Masculine Domination In The Cities' Organization

Abstract

The objective of this article is to investigate violence against women through a critical-urban perspective. Thus, it was necessary to address the aggression suffered by women through gender issue, presenting the transition between matriarchy and patriarchy, explaining also women's violation in their origins. In this sense, it was verified that under the urbanistic point of view, the planning of the cities is eminently male, excluding the female audience and this demonstration of power is just another bias of masculine domination. It was concluded that gender violence is only one shade of the urbanist boycott where women are minority in the planning also are desconsiderated as users of the city as well. Lastly, we used the method of deductive approach, qualitative investigation, through documentary and bibliographic research.

Keywords: town planning, urbanism, women.

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Pelotas (PROGRAU/UFPEL), graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Franciscana (UFN).

² Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Arquitetura na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPAR/UFRGS), mestre em Arquitetura pelo PROPAR/UFRGS, graduada em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter), professora assistente na Universidade Franciscana (UFN).

³ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Direito na Universidade Federal de Pelotas (PPDG/UFPEL), especialista em Ciências Penais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), graduada em Direito pela Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA).

Introdução

Este trabalho tem por objeto a investigação da invisibilidade da mulher a partir da perspectiva crítica-urbanista. Dessa forma, tem como pressuposto a revelação da dominação social por um grupo hegemônico masculino, pois acredita-se que esses participam, quase que exclusivamente, como protagonistas do processo do planejamento e uso urbano, marginalizando o corpo feminino e perpetuando sua exclusão.

Conforme a investigação, a organização familiar antecedente ao desenvolvimento da agricultura e do sedentarismo era matriarcal, momento em que as mulheres eram vistas como seres robustos e capazes de realizar trabalhos árduos. Com a chegada do sedentarismo e a domesticação de animais, surgiu a propriedade privada e, as famílias, antes protegidas pela figura feminina, tornaram-se de responsabilidade do patriarca, dando origem ao termo sociedade patriarcal. Para o clã do marido, o casamento significava antes, a perda do trabalho e dos bens: por isso a organização matrilinear deu lugar aos clãs patrilineares (LEITE, 1994).

A partir do movimento feminista e a gradual inclusão político-social que, mesmo insuficiente, trouxe a previsão de alguns direitos, a mulher, teoricamente, não pertence mais ao homem como um mero objeto. Contudo, o aumento exponencial da violência contra a mulher nas cidades brasileiras demonstra a naturalização das brutalidades que ainda encontram fundamento no sentimento de posse.

No Brasil, ainda que a mulher seja considerada legalmente como destinatária de direitos e deveres iguais, entendida como verdadeiro sujeito de direitos, encontra resistência ao clamar por equidade, persistindo a exigência de submissão e obediência, tanto ao homem quanto ao sistema criado por esse. Utilizando-se dos estudos de alguns autores como Simone de Beauvoir, Pierre Bourdieu, Dolores Hayden e Jane Jacobs, identifica-se que a mulher sempre foi subalterna ao homem e, por isso, há um obstáculo histórico-cultural-social em efetivar direitos que permanecem no dever-ser. No processo de urbanização foram atribuídos espaços para cada gênero, de modo que a rua seria um espaço para os homens e, a rua e o interior controlados para as mulheres. A intenção da organização das cidades, bairros e edifícios era – e ainda é – manter a mulher aprisionada no lar, afastando-a do convívio social e promovendo seu constrangimento físico, social e econômico (BOURDIEU, 2002).

A diferente percepção de cada gênero ao experimentar a segurança na/e a cidade são estratégias que podem ser inseridas no planejamento de espaços públicos levando em conta a vivência das mulheres.

A partir disso, é importante mencionar que os estudos sobre urbanismo moderno e seu planejamento são de autoria masculina, branca e de origem europeia. Nos anos 1980, embora se registre uma progressão na questão de gênero em várias áreas de conhecimento, a produção teórica no que tange ao planejamento permaneceu estagnada, de forma que a teoria é, sem dúvida, imposta por homens e indiferente às questões de gênero.

Nesse ponto, parte da frustração feminina ocorre quando mulheres desafiam as barreiras impostas pelo planejamento urbano, gastando parte de seus dias com sua força de trabalho assalariada. Pontuando também a situação problemática que só pode ser resolvida a partir do desenvolvimento de um novo paradigma da cidade, do bairro e da casa, permitindo a descrição de um projeto físico, social e econômico de um assentamento humano que promove o apoio às mulheres empregadas e suas famílias, ao invés de restringi-las em suas atividades laborais.

Por fim, seguimos a visão de Susan Sontag (1972), Jenijoy La Belle (1988) e

Boaventura de Souza Santos (2011) que através da análise do uso de espelhos explicam a dominação masculina e a discriminação sexual: as mulheres e os homens usam os espelhos de modos diferentes. Os homens usam o espelho de forma utilitária, sem que confundam sua imagem com aquilo que são, já as mulheres têm de si uma imagem mais visual, em busca de identificação com a sociedade que prioriza o narcisismo como algo feminino.

Sontag (1972) e La Belle (1988) sinalizam que as mulheres não têm apenas faces, mas também são seus rostos e corpos, de maneira que a libertação feminina deve ser buscada além do espelho, afirmando a autonomia de conhecer e aceitar nossos corpos. Santos (2011) afirma que os espelhos são conjuntos de instituições, ideologias e normatividades que se materializam nas práticas sociais: em analogia, elencamos o planejamento urbano como um espelho que procura refletir apenas a percepção masculina dos espaços, identificando apenas a práxis social do homem.

É preciso que o planejamento urbano reflita a sociedade como um todo, fortalecendo identidades, resistências, existências e a presença feminina nas cidades: os espelhos da sociedade devem refletir a pluralidade de sujeitos. A proposta desse trabalho, portanto, é perceber, nas minúcias da cidade, como os corpos femininos são controlados e invisibilizados.

Sendo assim, a histórica situação de opressão sofrida pelas mulheres começa muito antes da ausência de isonomia, isso porque o tratamento diferenciado encontra-se já no planejamento urbano das cidades e está enraizado em cada metro quadrado.

Como método, a partir deste trabalho propõe-se um diálogo entre o urbanismo e as questões de gênero, bem como seus pontos de encontro. Para tanto, utilizou-se o método de abordagem dedutivo, através da investigação qualitativa, uma vez que trata de aspectos que não podem ser quantificados. Quanto aos procedimentos (técnicas), amparou-se na modalidade de pesquisa bibliográfica, uma vez que o presente estudo é de cunho teórico, desenvolvido a partir de livros, artigos, leis, dissertações e teses. *Violência e Gênero: do Matriarcado ao Patriarcado e a Origem da Violação Feminina* O filósofo Theodor Adorno, logo após a Segunda Guerra Mundial, proferiu a seguinte frase: “a poesia tornou-se impossível depois de Auschwitz” (ADORNO, 1999, p.134). A sentença produz uma reflexão diretamente relacionada aos níveis de violência na história da sociedade e a (in)capacidade mundana de recuperar o bem e a beleza após a catástrofe da aniquilação violenta. Nesse mesmo sentido:

a história da humanidade é a história da violência...A violência é multifacetada e atualmente mostra seus diversos rostos. Como processo, ela acompanha o desenvolvimento da história mostrando uma capacidade de adaptação aos novos tempos (RADÜNZ, 2007, p. 39-40).

Na Língua Portuguesa, a palavra “violência” deriva do termo latino *violentia*, surgindo seu radical *violo*, definido como forçar, violar, corromper, ultrajar e maltratar (RADÜNZ, 2007, p.40).

Já, a violência contra a mulher, conforme ensina Tânia Pinafi (2007), é advinda de construção histórica e que, por sua definição, considera-se como “toda e qualquer conduta baseada no gênero”, que possa ou cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, nas esferas pública ou privada. Por outro lado, Rosilene Santiago e Maria Coelho (2007) ressaltam o cruel processo de banalização dessa violência, traçando o percurso que estabelece seu surgimento e a atual naturalização

da agressão investida contra a mulher⁴.

Nessa linha de pensamento, contrapõem-se a mídia que acusa o criminoso, mas também exalta seu crime, reforçando a impunidade dos agressores e a ausência de investigações competentes nos casos de violência contra a mulher. Esse aparato, embora propague uma agenda avessa à violência, não deixa de culpabilizar a vítima pela agressão sofrida (BLAY, 2003).

Resgatando historicamente seu surgimento, a violação feminina tem seu marco inicial após o desenvolvimento da agricultura e do sedentarismo, uma vez que até o dado momento as famílias se organizavam de forma matriarcal, onde as mulheres eram vistas como “um robusto animal, com capacidade para realizar, durante horas, os mais rijos trabalhos e, se preciso fosse, lutar até a morte pela progênie e pelo clã”. (DURANT, 1963 apud LEITE, 1994, p. 24).

Com a chegada do sedentarismo e da domesticação de animais, surgiu o conceito de propriedade privada e, as famílias, que antes eram protegidas pela robusta figura feminina, agora eram de responsabilidade do patriarca⁵, dando origem ao termo de sociedade patriarcal, em que o homem é a autoridade absoluta e a ele todos os direitos são assegurados. Para o clã do marido, o casamento significava, antes, a perda do trabalho e dos bens: por isso a organização matrilinear deu lugar aos clãs patrilineares (MAGALHÃES FILHO, 1993 apud LEITE, 1994).

Nesse sentido, o conceito de família confunde-se com o conceito de posse: não apenas as terras eram pertencentes aos homens, como também sua família e, conseqüentemente, sua esposa. Com a luta e resistência do movimento feminista, o sufrágio e a gradual inclusão político-social que, mesmo insuficiente, trouxe a previsão de alguns direitos, a mulher não pertence mais ao homem, como um mero objeto. Contudo, os crimes advindos de homens aos quais as vítimas têm relação (cônjuge, familiares, conhecidos), há muito são tratados como passionais, sendo apenas mais uma forma de naturalizar essa violência que ainda vem da posse.

No Brasil, ainda que a mulher seja considerada legalmente como destinatária de direitos e deveres igualitários, entendida como verdadeiro sujeito de direitos, ainda encontra resistência ao clamar por equidade, persistindo a exigência de submissão e obediência, tanto ao homem quanto ao sistema criado por esse. Nesse mesmo sentido:

A mulher sempre foi, se não escrava do homem, ao menos sua vassala; os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições; e ainda hoje, embora sua condição esteja evoluindo, a mulher arca com um pesado handicap [obstáculo]. Em quase nenhum país seu estatuto legal é idêntico ao do homem, e muitas vezes este último prejudica consideravelmente. Mesmo quando os direitos lhe são abstratamente reconhecidos, um longo hábito impede que encontrem nos costumes sua expressão concreta. Economicamente, homens e mulheres constituem como que duas

⁴ Vale ressaltar aqui o conceito de gênero como construção social e ligado aos aspectos sócio-culturais sobre o indivíduo. Então, gênero se difere do sexo biológico e está ligado aos comportamentos, interesses e preferências construídas historicamente pela sociedade patriarcal. Em virtude da extensão deste artigo e a complexidade do tema não será possível aprofundar a discussão sobre os estudos de Simone de Beauvoir, bem como as críticas que foram realizadas por outras autoras feministas, à exemplo de Judith Butler. Reitera-se, contudo, que filiamo-nos ao entendimento de Beauvoir.

⁵ Também mencionado como “chefe de família”.

castas; em igualdade de condições, os primeiros têm situações mais vantajosas, salários mais altos, maiores possibilidades de êxito que suas concorrentes recém chegadas. Ocupam, na indústria, na política, etc., maior número de lugares e postos mais importantes. Além dos poderes concretos que possuem, revestem-se de um prestígio cuja tradição a educação da criança mantém: o presente envolve o passado, e no passado toda a história foi feita pelos homens. No momento em que as mulheres começam a tomar parte do mundo, esse mundo ainda é dos homens. Eles bem o sabem, elas mal duvidam (grifo nosso) (BEAUVOIR, 1986, p. 18-19).

A afirmação da autora demonstra a permanência da tradição masculina, não só na história e na organização das sociedades, mas também na sua relação com o mundo. Um mundo que ainda pertence ao olhar masculino, onde até mesmo os espaços urbanos são planejados para a invisibilização da mulher.

A dominação masculina e as amarras invisíveis do urbanismo

A história do urbanismo está ligada à história da industrialização, com a revolução industrial do século XIX as cidades se tornaram centros urbanos, onde as fábricas eram os núcleos desse complexo e os demais serviços eram subordinados à ela. O crescimento vertiginoso de operários das fábricas (êxodo rural), instalados insalubrememente em regiões afastadas do centro urbano, acabou gerando um caos na cidade. Esse caos era considerado por Françoise Choay (2007) um pré-urbanismo, que estava atrelado a questões políticas.

O decurso do tempo trouxe o estudo da cidade em duas frentes: o científico, que pretendia normatizar e organizar as cidades de forma quantitativa em função da sociedade industrial; e, por outro lado, o humanitário, defendendo e demonstrando através de fatos e números as condições de deterioração física e moral em que viviam os proletários urbanos.

Desta forma, o urbanismo foi se “despolitizando”, porém “através da construção de uma história das ideias propostas para os ‘problemas’ das cidades, mostra que, por trás das propostas e racionalizações urbanas, estão escondidas tendências, sistemas de valores e ideologias inconfessadas” (CHOAY, 2007, p. 18).

Ao analisar as teorias urbanísticas vigentes, é impossível deixar de fazer alguns questionamentos no que tange as questões de gênero:

A partir de que perspectiva se tem construído a cidade, a rua, a casa, o local de trabalho e o lazer? No interesse de quem e para que se ordenam as cidades? Que ideologia está por detrás desta “ordem” proposta para as cidades? (VIEIRA e COSTA, 2014, p.10).

Apesar da evolução nos debates sobre o direito das mulheres, desde os anos de 1980, em muitas áreas foram implementados princípios de direitos mais justos e igualitários, como na política, literatura e economia. Porém, é importante mencionar que os estudos sobre urbanismo moderno e seu planejamento são de maior autoria masculina, mas também branca e europeia. Nos anos 1980, embora se registre essa progressão na questão de gênero em várias áreas do conhecimento, a produção teórica no que tange ao planejamento permaneceu estagnada, de forma que a teoria é, sem dúvida, imposta por homens e indiferente às questões de gênero (VIEIRA E COSTA, 2014).

Vieira e Costa (2014), mencionam também qual caminho seguir no planejamento urbano levando em conta essas questões. As autoras acreditam relevante analisar o cotidiano da mulher, como ela se desloca pela cidade, juntamente com sua condição econômica. Afinal, a vida pública e privada da mulher está intrinsecamente relacionada às questões capitalistas e patriarcais.

Sendo assim, a histórica situação de opressão sofrida pelas mulheres começa muito antes da ausência de isonomia, isso porque o tratamento diferenciado nasce com o planejamento urbano das cidades e está enraizado em cada metro quadrado. Assim, conforma-se um espaço de opressão mascarada, em que a vivência de pequenas violências diárias é favorecida pela conjuntura urbana e, conseqüentemente, origina-se um cordão de desigualdades, pois enquanto os direitos dos homens são assegurados, direitos básicos são negados às mulheres.

As mulheres não pertencem e não são bem-vindas nos espaços urbanos, conferindo-lhes tal grau de insegurança em que elas não se sentem confortáveis no exterior de suas casas: não ter segurança ao andar na cidade reflete, também, na sua vida pessoal e profissional. Essa disparidade entre gêneros permite a imposição de comportamentos “culturalmente” definidos como femininos, tal como a formação de uma família, que perpetua a falta de incentivo ao aperfeiçoamento intelectual e o ínfimo reconhecimento na área profissional.

Nesse caso, pode-se mencionar o curso de Arquitetura e Urbanismo, em que mais de 50% da academia é composta por mulheres e, após a graduação, são esquecidas tanto no campo teórico, quanto no prático (ARCHDAILY, 2017). Pequenas violações que acabam colocando as mulheres em situação de vulnerabilidade e esse pensamento de dominação masculina acaba culminando na violência em suas diferentes faces. No mesmo sentido, Pierre Bourdieu (2002, p. 18) explica que a ordem social é “como uma imensa máquina simbólica”, ratificadora da dominação masculina:

A divisão entre os sexos parece estar na ordem das coisas, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpus e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. [...] é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos (grifo nosso) (BOURDIEU, 2002, p. 17-18).

Bourdieu (2002), diz-se surpreso quanto ao modo que a ordem estabelecida “com suas relações de dominação, seus direitos e suas imunidades, seus privilégios e suas injustiças” são mantidas e naturalizadas apesar de intoleráveis. O autor também vê a dominação masculina como o exemplo mais sagaz da submissão paradoxal, resultante da:

Violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a

suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento (BOURDIEU, 2002, p.07).

A dicotomia masculino-feminino, notadamente a partir da construção social de gênero, está presente nas esferas, espaços e estereótipos destinados às mulheres e aos homens, identificando um cenário de subalternização feminina e protagonismo masculino. Na esfera pública, local de produção material, o homem ocupa os espaços e detém o estereótipo racional e viril. Já na esfera privada, lugar da reprodução natural, a mulher é a principal vítima do aprisionamento de sua sexualidade dentro das relações familiares, tendo sua imagem construída como um corpo fragilizado e passivo, um “não-sujeito” (ANDRADE, 2012).

Essa (re)produção de simbolismos estruturais sustenta a condição natural da diferença entre o homem e a mulher, caracterizada como distinção biológica. De outro lado, percebe-se que essa diferenciação tem como fator determinante os valores culturais e históricos da sociedade (ANDRADE, 2012).

A dominação masculina também é visível no que tange ao planejamento urbano, como aponta Josep Montaner e Zaida Muxí (2014), em seu livro *Arquitetura e Política*, a estrutura patriarcal cria hierarquias que moldam a construção de gênero, então, “os papéis de gênero são uma definição sociocultural sobre aquilo que é apropriado para cada sexo”. Por conseguinte, o processo de planejamento urbano dá-se com essa visão, e assim faz-se “os espaços atribuídos a cada gênero: a rua para os homens; a rua e o interior controlados para as mulheres” (MONTANER e MUXÍ, 2014, pp.197-201).

Consequentemente, a organização das cidades ficaram fadadas a esse tipo de pensamento de organização, onde as mulheres eram – e ainda são – vistas como designadas ao lar, sendo mantidas afastadas do convívio social e desta forma perpetuando o constrangimento físico, social e econômico da mulher que luta para ser reconhecida também fora do ambiente domiciliar (MONTANER e MUXÍ, 2014). Segundo os autores:

A segurança e a percepção da cidade são muito diferentes para as mulheres e para os homens, de maneira que é importante que se conheçam suas experiências ao planejar espaços públicos. Usos, limites, transparência, visibilidade e iluminação são variáveis que devem ser levadas em conta de acordo com a experiência das mulheres (grifo nosso) (MONTANER e MUXÍ, 2014, p. 208).

Seguindo essa mesma linha de pensamento, Jane Jacobs (2014) critica a dominação masculina no planejamento urbano, por meio do modelo teórico urbanístico moderno criado por Ebenezer Howard, europeu, em 1898, intitulado *Cidade Jardim* (Figura 1). O qual desencadeou a criação de outros modelos com a mesma ideia de a cidade ideal estar separada em funções, como a *Ville Radieuse*, onde “Le Corbusier assimilou a imagem fundamental da Cidade-Jardim, ao menos superficialmente, e empenhou-se em torná-la prática em locais densamente povoados.” Uma Cidade-Jardim vertical (JACOBS, 2011, p. 22).

Além de criar um ideal de população para cada cidade, Howard desenha a cidade separada em suas funções. Deixando assim, as residências e conseqüentemente, a mulher, distante dos centros comerciais e do trabalho, o que resulta na criação de mais um obstáculo à mobilidade e independência da mulher pela cidade.

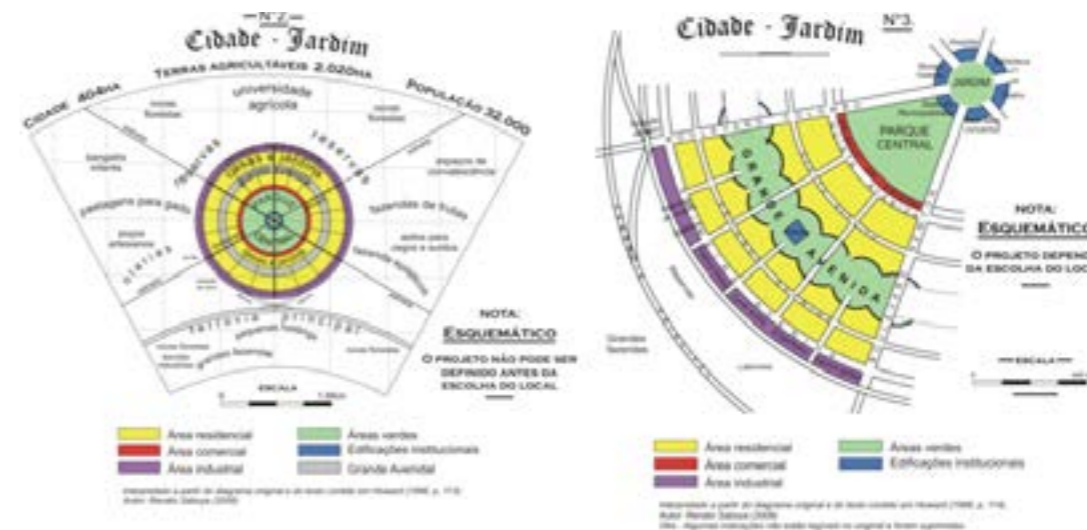


Figura 1: Diagrama Cidade Jardim. HOWARD, 1996.

Jacobs (2014) também critica a dominação masculina entre planejadores e projetistas, que não se atem às necessidades da real população – homens, mulheres e crianças – projetando então, cidades que não consideravam os homens como parte integrante da vida diária familiar, conforme leciona a autora:

Estranhamente, eles criam projetos e planos que desconsideram os homens como integrantes da vida diária e normal de onde quer que haja moradias. Ao planejar a vida residencial, o objetivo deles é satisfazer as pretensas necessidades cotidianas de donas de casa ociosas e criancinhas em idade pré-escolar. Resumindo, eles fazem projetos estritamente para sociedades matriarcais⁶ (grifo nosso) (JACOBS, 2014, p. 91).

Ainda, a autora acrescenta que a tradição imposta pela teoria da Cidade Jardim de localizar o trabalho e o comércio próximo das residências, mas ainda mantê-los afastados, cria uma solução “tão patriarcal quanto situar as residências a quilômetros de distância do trabalho e [conseqüentemente] dos homens”. Sendo assim, propõe mesclar os locais de trabalho e o comércio junto às residências, isso, quando existe o propósito de incluir a participação masculina no cotidiano familiar “em contraposição aos homens que fazem uma aparição ocasional no parquinho quando tomam o lugar das mulheres ou imitam as ocupações femininas” (JACOBS, 2014, p. 91-92)⁷.

Demonstra-se a falta de interesse dos homens quanto ao funcionamento da cidade para seu público real. Ottoni (HOWARD, 1996) profere a seguinte sentença na introdução de “Cidades-Jardins de Amanhã”:

⁶ Nesse contexto, o termo “sociedade matriarcal” não se refere ao tipo de organização social em que a autoridade é exercida pela mulher. A crítica consiste em identificar a intenção do modelo patriarcal vigente em perpetuar, nos espaços urbanos, a divisão entre os gêneros. Assim, o projeto pensado pelo viés masculino busca restringir as atividades femininas ao cuidado da casa e dos filhos.

⁷ Descrição da Cidade-Jardim por Dacio A. B. Ottoni no livro de Howard “Cidades-Jardins de Amanhã”: “Os diagramas mostram uma cidade circular dividida em seis setores. Estes são delimitados por seis boulevares arborizados com 36m de largura, que se irradiam no Parque Central e se estendem até o perímetro externo, circundado pela ferrovia que, após envolver a cidade, transforma-se em estrada de penetração no ambiente rural. Completam a estrutura viária da Cidade-Jardim, cinco avenidas, também arborizadas, concêntricas ao Parque Central. As terceiras delas, a Grande Avenida, possui largura de 128m por 4,8 km de extensão e é proposta como um grande parque, lembrando a Avenue Foch de Paris com seus 120 metros de largura. Estes boulevares, avenidas e a Grande Avenida mostram que Howard, antítese do pensamento de Haussmann, não deixava de estar atento aos espaços viários obtidos na remodelação de Paris, dando-lhes, no entanto, novos usos e características.” (HOWARD, 1996, p.41).

Após a sua leitura, o conteúdo dessa utopia é rapidamente absorvido e o leitor se conscientiza de que o sonho de viver em habitações individualizadas e envolvidas por ambiente saudável de extenso verde, não é só realizável a custo convidativo, mas também socialmente desejável (HOWARD, 1996, p.45).

Mas o que é “socialmente desejável”? Manter as mulheres afastadas do local de trabalho, e conseqüentemente os homens longe de casa? Quais os tipos de provedores do lar são “socialmente desejáveis”? Podemos aqui fazer o recorte de lares que são mantidos apenas pelas mulheres, como também as exceções onde o homem não possui um/uma conjugue para divisão de tarefas.

Nesse sentido Dolores Hayden⁸ (1980, p.170), refere que a expressão “O lugar da mulher é dentro de casa” tem sido um dos mais importantes princípios de design arquitetônico e planejamento urbano [...] do último século” (tradução nossa). A partir disso, a autora frisa que bairros, cidades e moradias, quando projetadas para que as mulheres permaneçam em suas residências, restringem as mulheres de forma física, social e econômica. Nesse ponto, parte da frustração ocorre quando essas mulheres desafiam as barreiras impostas pelo planejamento urbano, gastando parte de seus dias com sua força de trabalho assalariada (HAYDEN, 1980) (tradução nossa).

Segundo a autora, essa situação problemática só pode ser resolvida a partir do desenvolvimento de um novo paradigma da cidade, do bairro e da casa, permitindo a descrição de um projeto físico, social e econômico de um assentamento humano que promove o apoio às mulheres empregadas e suas famílias, ao invés de restringi-las em suas atividades laborais (HAYDEN, 1980) (tradução nossa).

Hayden (1980) também aponta as dificuldades das mulheres que moram nos subúrbios norte-americanos para se inserirem no mercado de trabalho. E como o slogan “lugar de mulher é em casa” determinou a construção das casas e também desses subúrbios. Essa dificuldade de entrada no mercado de trabalho pelas mulheres também é visto em outros países e cidades em que os bairros são divididos entre residencial e comercial, por exemplo. A autora propõe a organização de grupos de mulheres, donas de casa, feministas e homens conscientes da responsabilidade social como forma de combater a divisão sexista de trabalho, a desparelha distribuição de renda familiar e transformar tantos os lares quanto os bairros em que essas mulheres estavam inseridas.

Esse grupo foi intitulado por Hayden (1980) de HOMES (Homemakers Organization for a More Egalitarian Society) e através da renovação de bairros e novos centros poderia experimentar uma divisão equilibrada de trabalho doméstico, senso de comunidade e níveis de igualdade. Portanto, para o funcionamento das HOMES, a autora mostra necessário:

- 1) Envolver homens e mulheres no trabalho não remunerado associado aos trabalhos domésticos e cuidado com as crianças de forma igualitária e equilibrada;
- 2) Envolver homens e mulheres igualmente no trabalho remunerado;
- 3) Eliminar qualquer tipo de

⁸ Vale aqui ressaltar que em seu texto “What Would A Non-Sexist City Be Like?”, Hayden traz da perspectiva norte-americana a aplicação do patriarcado (e opressão) para o planejamento das cidades, esse contexto pode ser traduzido para outras realidades onde o papel da mulher, enquanto usuária da cidade, fora visto como apenas “esposa”/“dona de casa” e não como real participante da vida ativa da cidade.

segregação de classe, raça e idade dentro das residências; 4) Eliminar programas federais, estaduais ou locais que de forma implícita ou explícita reforça o trabalho não remunerado de mulheres dona de casa; 5) Minimizar o trabalho doméstico não remunerado e o consumo de energia desperdiçado por ele; 6) Maximizar as reais oportunidades para os provedores do lar terem acesso à recreação e sociabilidade (HAYDEN, 1980, p.181) (tradução nossa).

Hayden (1980), afirma que por meio de estabelecimentos experimentais como HOMES, contando com a “arquitetura e a organização econômica transcendendo a tradicional definição de casas, vizinhanças, cidade e lugar de trabalho” é possível fazer a diferença. Em seu texto a autora descreve o funcionamento e os aspectos necessários para o funcionamento desses estabelecimentos, como cuidado diário, serviço de alimentos, serviços para idosos englobados numa produção cooperativa do grupo (HAYDEN, 1980, p.182).

A autora acredita que grupos sociais e feministas deveriam dar prioridade ao combate dessa divisão desparelha do trabalho doméstico entre homens e mulheres. A transformação das mulheres no âmbito da economia privada e do trabalho não remunerado reflete na sociedade e assim podem se tornar parte integrante dela. Hayden (1980), propõe algumas experiências baseadas em tentativas passadas para reformar a própria sociedade estadunidense e prevê uma vasta mudança na mentalidade das mulheres que fazem também o trabalho doméstico, conseguirem de alguma forma se desvencilhar dessa divisão sexista de trabalho.

Quando todas as mulheres reconhecem que estão lutando contra os estereótipos de gênero e a discriminação salarial, quando são necessárias mudanças socioeconômicas e ambientais para superar essas condições, não mais tolerarão moradias e cidades projetadas em torno dos princípios de outra época que proclamam que “o lugar de uma mulher é dentro de casa” (HAYDEN, 1980, p.187) (tradução nossa).

Conclusão

O caminho da violação feminina, sua origem histórica com o fim do matriarcado e sua perpetuação através do planejamento urbanístico das cidades controladas às mulheres demonstra as amarras invisíveis a que estão submetidas. Uma visão sob a perspectiva de gênero é capaz de identificar as minúcias das violações diárias que, pouco a pouco, culminam na invisibilização da mulher como usuária ativa da cidade. Entende-se que o principal contributo deste trabalho determina-se pelo olhar inverso, periférico e subversivo, vez que coloca a temática de planejamento urbano como determinante na subalternização da mulher. Revela-se a importância de enxergar verdadeiramente as amarras que são exercidas sob – nós – as mulheres. O machismo e a dominação masculina, além de demonstrarem total ausência de empatia, imprimem também uma prática de trabalho que não atende às necessidades da população real – mulheres, homens, crianças; ricos, pobres; brancos, negros –, tal comportamento dominante acaba afetando negativamente a todos, inclusive aos próprios homens. Sendo assim, a questão de gênero deve ser discutida ao longo da graduação em arquitetura e urbanismo, assim como em programas de mestrado ou doutorado, pois o curso, desde suas bases, deve formar profissionais com um olhar apurado sobre a realidade social. O boicote desse assunto, que é de total responsabilidade do(a) arquiteto(a) e urbanista, perpetua as hierarquias e alimenta tanto a cultura quanto o planejamento masculino das cidades. Assim, a teoria sempre originará a prática: é

hora de diversificarmos as teorias, realizando a inclusão – também na grade curricular – das possibilidades femininas, negras e não-europeias.

Entretanto, não é apenas o profissional que perde com essa atitude de invisibilização. A mulher que não possui acesso a esse tipo de discussão acaba não enxergando a essas disparidades. Assim, quando terminam a graduação, desaparecem, não por incompetência, mas pelo espaço que já era pequeno para o reconhecimento nos bancos acadêmicos, tornando-se quase nulo no âmbito profissional. Dessa forma, as mulheres são fadadas às arquiteturas de pequeno porte, salvo exceções que, ainda assim, não cobrem sequer a metade das profissionais. Acrescenta-se que há uma deficiência no debate sobre as realidades mundanas. A disparidade entre mulheres e homens no urbanismo é só uma das falhas da academia, considerando-se que a sociologia, a abordagem dos temas voltados às camadas mais pobres e o foco na criação de políticas públicas influenciam diretamente o objeto de estudo da arquitetura: o ser humano.

A arquitetura não se trata apenas de construção, mas de consciência, seja ela política, de gênero ou social. Deve-se dialogar com as ciências exatas, mas também (re) incluir as ciências humanas que vem perdendo espaço gradativamente e culminará na formação de meros projetistas – cadistas –, que não atentam ao ser humano que ocupará aquele local, apenas ao ambiente planejado. Por fim, buscou-se trazer à superfície a história do planejamento urbano e sua predominância masculina, para a partir deste conhecimento conseguirmos transformar as leituras de cidade através de um viés feminista e de um olhar-mulher. Enaltecer, assim, o debate sobre mulheres e lugares urbanos.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor W. A poesia tornou-se impossível depois de Auschwitz. Entrevista por Carlos Graieb. ANO 32 – Nº 8 – Edição 1586. Revista Veja, 24 de fevereiro de 1999.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Da Criminologia Crítica à Criminologia Feminista: A Violência Sexual, a Mulher e o Feminismo no Controle Penal. In: Vera Regina P. de Andrades. Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão 2ª Reimp., Coleção Pelas Mãos da Criminologia, Cap. 3, pp. 125-157. Rio de Janeiro: Revan 2012.

BARATTO, Romullo. Odile Decq: “Mais de 50% dos estudantes são mulheres, e desaparecem depois de formadas”. 29 Mar 2017. ArchDaily Brasil. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/867980/odile-decq-mais-de-50-percent-dos-estudantes-sao-mulheres-e-desaparecem-depois-de-formadas>. Acesso em: 27 mai 2017.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. São Paulo: Círculo do Livro, 1986. Trad. Sérgio Milliet.

BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. Estud. av. v.17 n.49 São Paulo sep./dic. 2003. ISSN 0103-4014 versão impresa doi: 10.1590/S0103-40142003000300006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300006. Acesso em: 17 mar 2017.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. Trad. Maria Helena Kühner.

CHOAY, Françoise. O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

HAYDEN, Dolores. What Would a Non-Sexist City Be Like? Speculations on Housing, Urban Design, and Human Work. In: Signs, Vol. 5, No. 3, Supplement. Women and the American City, (Spring, 1980), p. S170-S187.

HOWARD, Ebenezer. Cidades-Jardins de amanhã. São Paulo: Hucitec, 1996. Trad.: Marco Aurélio Lagonegro.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. Coleção Cidades. Trad. Carlos S. Mendes Rosa.

LABELLE, Jenijoy. Herself Beheld: The Literature of The Looking Glass. Ithaca: Cornell University Press, 1988.

LEITE, Christina Larroude de Paula. Mulheres Muito Além do Teto de Vidro. São Paulo: Atlas, 1994.

MONTANER, Josep Maria. A cidade próxima: o urbanismo sem gênero. In: Arquitetura e Política: ensaios para mundos alternativos. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

PINAFI, Tânia. Violência contra a mulher: políticas públicas e medidas protetivas na contemporaneidade. Revista Histórica, Arquivo Público do Estado de São Paulo, n. 21, 2007. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/antiores/edicao21/materia03/>. Acesso em: 17 mar 2017.

RADÜNZ, Roberto. As múltiplas faces da violência no mundo contemporâneo. MÉTIS: História & Cultura, Revista de História da Universidade de Caxias do Sul, v. 6, n.11, jan/jun. 2007. 39-46. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/823>. Acesso: 19 mar 2017.

SANTIAGO, Rosilene Almeida; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. A violência contra a mulher: antecedentes históricos. Seminário Estudantil de Produção Acadêmica (UNIFACS) v.11, n.1, 2007. Disponível em: <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/view/313>. Acesso em: 19 mar 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2001.

SONTAG, Susan. The double standart of aging. In: Saturday Review, n. 23, 1972.

VIEIRA, Claudia Andrade; COSTA, Ana Alice Alcantara. Fronteiras de gênero no urbanismo moderno. Revista feminismos. Vol.2, N.1, abr., 2014.

TEMPOS URBANOS: Revoluções, Feminismos E Direito À Cidade

Shirley Terra Lara dos Santos¹

Resumo

O artigo apresenta uma breve análise dos processos e procedimentos de urbanização na Europa e no Brasil, desde o século XV até o tempo contemporâneo, com ênfase nos momentos históricos marcados por Revoluções, principalmente a Francesa e a Industrial. A partir dos panoramas político-social e econômico, foram revisitadas algumas referências e contribuições expressivas da teoria feminista apontando militantes do movimento, em diferentes áreas de atuação, no recorte temporal estabelecido. A análise intenta visibilizar marcos político-sociais da luta das mulheres feministas às suas épocas que, no enfrentamento com algumas estruturas econômicas e culturais, reivindicam por seus direitos. Alguns apontamentos foram feitos a fim de evidenciar discussões feministas que criticaram os modelos hegemônicos e construíram conceitos, como o de lugar privado e público, que se expressaram historicamente na materialidade das cidades e que ainda nos tempos atuais são importantes referências para as áreas da arquitetura e do urbanismo e para luta pela democracia urbana.

Palavras-chave: revoluções, urbanismo, feminismo, direito à cidade, democracia urbana.

Urban Times: Revolutions, Feminisms, and Right to the City

Abstract

The article presents a brief analysis of the processes and procedures of urbanization in Europe and Brazil, from the XV century to the contemporary time, with emphasis on the historical moments marked by Revolutions, mainly French and Industrial. From the political-social and economic scenarios, some references and expressive contributions of the feminist theory were revisited, pointing out militants of the movement, in different areas of activity, in the established temporal cut-off. The analysis tries to make visible socio-political milestones of the struggle of feminist women to their times that, in confrontation with some economic and cultural structures, claim for their rights. Some notes were made in order to highlight feminist discussions that criticize the hegemonic models and constructed concepts, such as the one of private and public place, that were expressed historically in the materiality of the cities and that still in the present times are important references for the areas of architecture and urbanism and the struggle for urban democracy.

Keywords: revolutions, urbanism, feminism, right to the city, urban democracy.

¹ Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU). Arquitecta e Urbanista graduada pela Universidade Federal de Pelotas (2017). E-mail: ssantosufpel@gmail.com.

Introdução

As teorias que desenvolvem teses acerca da formação das cidades desde seus primórdios sociais e morfológicos se dão a partir de diferentes olhares e lugares do conhecimento. Alguns desses com ênfase nas relações sócio-culturais, ambientais, econômico-sociais, arquitetônicos, morfológicos e etc. Dentre os nomes expressivos que trabalham as temáticas da arquitetura e urbanismo, encontramos Henri Lefebvre (2001), no seu livro “O direito à cidade” já no início ele aponta o processo de Industrialização mundial, suas causas e consequências que caracterizaram a sociedade moderna e contemporânea. Antes de adentrar às argumentações apresentadas por Lefebvre no capítulo “Industrialização e Urbanização” é importante retomar alguns marcos e processos históricos para que haja melhor entendimento do contexto político social das épocas.

Considerando o tempo histórico datasse a Idade Moderna durante o século XV até o XVIII, caracterizada pela transição do feudalismo para o capitalismo, os tempos “modernos”, pode se dizer, iniciam em 1453, na Europa, com a tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos. Época representada pelos descobrimentos marítimos europeus que proporcionaram as colonizações e as explorações de terras, principalmente, nos continentes americano e africano. Nesse período, a burguesia comercial europeia, principalmente portuguesa e espanhola, se fortalece, cresce o desenvolvimento científico dessas e os ideais humanistas começam a transformar práticas artísticas e culturais. Nesse momento, surgem também os movimentos de contestação do poder clerical cristão (iniciam-se rupturas em relação à dependência com a Igreja Católica para que se obtivesse a atenção e o contato divino), e outras religiões são criadas como a luterana e a anglicana. Dentre as diferentes reformas: científica, religiosa, cultural e etc, se estruturam novos processos de cidade. O encerramento histórico da Idade Moderna se dá pelo início da Revolução Francesa (1789), quando a monarquia é derrubada e o absolutismo termina em solo francês, dando início a Idade Contemporânea.

Montaner e Muxí (2014) evidenciam que foi ao longo da modernidade, e a partir dos pensamentos iluministas, que as sociedades construíram o conceito e a materialidade dos direitos à privacidade, à propriedade e à intimidade, ao mesmo tempo que estas valorizaram o espaço público como garantia de igualdade legal e de oportunidades. A revolução francesa é, então, um dos marcos para o entendimento da construção das cidades atuais, pois é a partir de tal momento histórico que pode se compreender algumas transformações culturais, políticas, econômicas e, principalmente, estruturas governamentais que vão ditar os moldes e traços do urbanismo de grandes cidades que são consideradas no pensamento científico e nas políticas urbanísticas da contemporaneidade², lembrando que o tempo histórico contemporâneo é considerado da Revolução Francesa até os dias de hoje. Já a ideia de contemporaneidade tem relações com acontecimentos e práticas do “aqui e agora” (AGAMBEN, 2009), momentâneas, e conceitua-se a partir de pensamentos filosóficos que contam do tempo não cronológico ou histórico, mas da percepção e sensação do corpo-espaço-causa do instante.

As Mulheres Revolucionárias E O Feminismo Iluminista.

As representações gráficas da tomada da Bastilha (julho de 1789) se estabeleceram

² Para saber mais sobre o conceito filosófico de contemporaneidade ver: AGAMBEN, G. O que é contemporâneo? E outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.

como uma das mais potentes imagens do que foi a Revolução Francesa (Figura 1). As figurações retratam a queda de um marco arquitetônico que dizia na materialidade e da simbologia da sua estrutura sobre as formas de poder da cultura e da sociedade da época. Sabemos de maneira quase decorada sobre a preponderante influência do pensamento Iluminista como fomento das lutas, dos ideais e das ações que fizeram a Revolução Francesa, e que filósofos como Rousseau e Robespierre deram cara e voz aos ideais revolucionários contra a aristocracia. Porém pouco é dito e evidenciado sobre as mulheres que foram importantes protagonistas e revolucionárias da época e que, inclusive, fizeram frente aos próprios companheiros, baseadas nos próprios ideais iluministas que por elas também foram construídos. Até hoje a “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” (agosto de 1789), forte escrita e símbolo jurídico político da revolução, é considerada um marco para aqueles que trabalham e estabelecem leis, direitos e deveres. Baseados na ideia do homem universal iluminista, foram tais escritos que legitimaram os parâmetros de liberdade, igualdade e fraternidade.

No entanto, a ideia do “homem universal” que deveria dizer sobre a humanidade (todos os seres humanos) não continha, de fato, direitos para as mulheres, a elas ainda cabiam apenas deveres e nenhum direito. A mulher naquele momento não tinha direito algum sobre seu corpo, sua vida, nem se quer de seus filhos e de qualquer tipo de renda financeira, mesmo depois de terem construído a revolução. A elas eram delegadas ainda as funções domésticas, de reprodução e criação dos filhos/as. Assim, diante de tal conjuntura, revolucionárias como Olympe de Gouges³ (1748-1793) se posicionaram a favor das mulheres, a exemplo de quando ela escreveu a “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã (1791), evidenciando o quão excludente às mulheres era a Declaração dita “Humanista” que deveria ser o melhor manifesto dos ideais iluministas. Por exemplo, o 11º artigo da declaração que é criticado por Gouges pela não inclusão das mulheres, na garantia dos valores de livre comunicação, tanto em pensamentos e opiniões quanto na hora em que elas fossem escrever e produzir conhecimento. A crítica de Olympe se coloca como um apontamento do silenciamento que as mulheres eram forçadas a seguir ao questionarem seus lugares e papéis enquanto mães, sendo elas as mulheres mãe dos filhos dos homens livres, teriam então direito de expressar tal condição com liberdade.



Figura 1: "Storming the Bastille" Fonte: Google Imagens, 2018.
Figura 2: Marcha de Versalhes. Fonte: Blog Del Viejo Topo, 2014.

³ Pseudônimo da revolucionária girondina Marie Gouze, que também foi historiadora, jornalista e escritora. Apesar do Feminismo ser conceito historicamente recente, Gouges é considerada uma das primeiras mulheres a reivindicar direitos para as mulheres perante o Estado. (COSTA,2014)



Figura 2: Marcha de Versalhes. Fonte: Blog Del Viejo Topo, 2014.

No contrato social – também presente no texto da Declaração, Gouges expõe questões caras ainda hoje para a realidade das mulheres contemporâneas, quando escreve sobre direito à herança, reconhecimento dos filhos/as tidos fora do casamento (considerados ilegítimos) e falava sobre ações que deveriam ser concordadas por ambos (esposa e marido) caso houvesse separação. Reivindicações bastante avançadas para o seu tempo, se verificarmos que àquelas mulheres nada lhes era de direito, ela era ao nascimento objeto de posse de seu pai e após o casamento de seus maridos, relegadas à criação dos filhos, à reprodução da espécie e à manutenção da casa, nada mais.

“Art. XI: La libre comunicación de los pensamientos y de las opiniones es uno de los derechos más preciosos de la mujer, puesto esta libertad assegura la legitimidade de los padres respecto de los hijos. Toda ciudadana puede, pues decir libremente: “soy la madre de un hijo que os pertenece”, sin que un prejuicio bárbaro la fuerce a disimular la verdad; com la salvedad de responder por el abuso de esta libertad en los casos determinados por la ley.”⁴

Tal Declaração em prol das mulheres foi apresentada à Assembleia Revolucionária em 1791, porém dois anos depois, Gouges foi guilhotinada por acusação de defender a Monarquia Constitucional, como mulher “desnaturada”, traidora da revolução. O documento, contendo valores jurídicos, políticos e sociais às mulheres da época, foi rejeitado e esquecido historicamente, até que em 1986 foi evidenciado pela sua publicação na íntegra pela escritora e feminista francesa Benoitte Groult (1920-) (COSTA, 2014). Assim como Gouges foi “apagada” dos livros que contam sobre a Revolução Francesa, outras mulheres guerrilheiras durante o período possivelmente tenham também sido invisibilizadas, pois há evidências da participação direta destas mulheres durante as ações revolucionárias. Como no caso da Marcha de Versalhes (França, outubro 1789) que foi liderada, idealizada e massivamente formada por mulheres, quando sequestraram a aristocracia francesa do Palácio de Versalhes levando-os à juízo do povo em Paris (figura 2). Para comemoração do Bicentenário da Revolução Francesa foram publicados diversos textos de literatura feminista e sobre as mulheres durante a revolução, como os três volumes de “Les femmes et la Revolution Française” pela Universidade de Toulouse, em 1989-1990. Atualmente

⁴ PULEO (1993 apud AMARÓS; COBO, 2010. p.121)

consta publicação desse em castelhano: “La Ilustración⁵ olvidada. La polémica de los sexos en el siglo XVIII”, por Alicia Puleo em 1993.

Antes de comentarmos sobre a Revolução Industrial, ainda no contexto de uma França que deslegitimava as questões das mulheres, destaca-se uma importante feminista, filósofa, educadora e escritora inglesa Mary Wollstonecraft (1759-1797)⁶ que foi a primeira a publicar sobre o direito das mulheres em: “Uma Reivindicação pelos Direitos das Mulher” (1792)⁷. Nesse livro, Mary argumenta diretamente com os ideais iluministas de Rousseau usando os direitos “universais” para denunciar as opressões vivenciadas pelas mulheres, numa realidade na qual elas só teriam deveres e nenhum direito. Também por ter se tornado uma educadora, ela usa a função/dever da mulher, dita pelos revolucionários (criação dos filhos), como argumento de defesa pelo direito às mulheres a estudarem. Pois, se era dever da mulher educar e criar os filhos da revolução, então ela deveria essa ser instruída, culta e conhecedora das ciências para melhor educar as próximas gerações. Reivindicava fortemente o lugar da mulher como alguém que poderia discutir com os homens sobre valores e sistemas que estruturam as opressões às mulheres, mas que esse diálogo acontecesse de maneira segura para as mulheres, como expressa Wollstonecraft no trecho: “Cabe esperar, em este siglo de luces, que el derecho divino de los maridos, como el derecho divino de los reys, pueda y deba contestarse sin peligro.”⁸

Assim, na tese Wollstonecraft aponta diferentes questões feministas como tradição, cultura, religião, matrimônio, trabalho doméstico e, principalmente, direitos sociais e à educação. Mais um importante passo para o entendimento da mulher como sujeita de si, portadora de direitos jurídicos e político-sociais foi dado. Os escritos de Wollstonecraft sobre educação libertadora, razão iluminista, mulheres e etc foram precursores para o desenvolvimento de um pensamento sufragista que repercutiu pelo mundo, principalmente durante os séculos XVIII e XIX, ressaltando que são utilizados até hoje tanto para avanços nas áreas da epistemologia feminista quanto em outras ciências, como biológicas, da psicanálise, sociais aplicadas e jurídicas.

Processos De Urbanização Após Revolução Industrial

A partir de uma breve elucidação sobre as problemáticas referentes à cidade e à vida urbana, a qual Lefebvre (2001) chama de “perspectiva cavaleira”, o autor nos apresenta a importância do entendimento das causas e consequências sócio-políticas para implementação de políticas públicas e consciência urbanística coletiva. Demanda que a urbanista Ermínia Maricato⁹ nomeia de “combate ao analfabetismo

5 Ilustración, para o português podemos traduzir como Iluminismo.

6 Mary Wollstonecraft Começou a ganhar fama ao escrever livros sobre a educação das mulheres, onde começa a apontar o adestramento social e a criação de funções para os gêneros. Aponta Rousseau como um dos principais responsáveis pela perpetuação da condição das mulheres, ao afirmar que o autor usa a Razão iluminista para justificar a inferioridade das mulheres. Wollstonecraft pode ser considerada fundadora do Feminismo Filosófico, posto que seus escritos voltam-se para uma investigação detalhada a respeito da condição das mulheres, seus direitos – ou a ausência destes -, a educação ou adequação de gêneros e como a situação das mulheres se relaciona com a de outros grupos excluídos, assim como aponta a educação libertária e igualitária como fator transformador (COSTA,2014).

7 Título original: “A Vindication of the Rights of Woman: with Strictures on Political and Moral Subjects”. Primeira obra com registro de ser publicada por uma mulher na qual reivindica direitos às mulheres bem como a outros grupos excluídos como às pessoas em situação de escravidão.

8 MIGUEL (1999 apud AMARÓS; COBO, 2010. p.144)

9 Arquiteta e Urbanista paulistana, professora aposentada FAUUSP. Trabalhou nas áreas de Planejamento Urbano e Habitação. Importante defensora, teórica, militante nas áreas da Reforma Urbana e do Direito à cidade e Habitação. Publicou diversos livros nos quais explana sobre processos urbanos, políticas públicas e realidades brasileiras.

urbanístico” (2015), quando nos diz que há um profundo desconhecimento sobre os processos e procedimentos das cidades, e enfatiza que isso não diz respeito apenas às populações com baixo índice de escolaridade, visto que podem essas inclusive serem mais conhecedoras das questões urbanas devido às suas experiências cotidianas. Maricato (2015) denuncia a responsabilidade das mídias sociais e televisivas brasileiras, nas quais reproduz uma representação imaginativa do que seria a cidade, sem propriedade científica que identifique didaticamente o conhecimento sobre as estruturas que decidem sobre o urbanismo nacional. As problemáticas urbanas seriam, então, induzidas por um indutor (motor) que foi, nesse caso, o processo de industrialização, questões que apesar de se diferenciarem conforme referências e contextos de cada território (nação), mas que se estabelece nas mesmas engrenagens e motores.

A Revolução Industrial Inglesa (1790-1820/40), a respeito do pensamento urbano, caracteriza-se pelo êxodo rural, o enriquecimento dos burgueses urbanos, a construção das fábricas e das zonas industriais, a consolidação da propriedade privada e da propriedade da terra pelos enriquecidos, bem como a descentralização do território e a centralização do poder pelo Estado, também é quando as cidades começam a ser nomeadas por “Capital”. As capitais se estabelecem locais de movimento, com giros de trabalho, dinheiro, comércio e economia, além do rápido crescimento demográfico nessas áreas – afirma-se então os lugares, os territórios de poder. Tal panorama caracteriza a ideia de a cidade ser um lugar de conflitos. Os diferentes grupos, as classes e as tribos se organizam e reforçam, à sua maneira, os seus sentimentos de pertencimento. As cidades pós-revoluções, então, se mostram não mais àquelas dadas pela “Obra” – na ideia estética – pensadas para embelezar e contemplar a vida da aristocracia europeia, mas passam a ser os lugares da produção. Há, nesse momento histórico, uma revalorização do uso da cidade, da realidade urbana, assim, os processos de monetarização, generalização e valores de troca das mercadorias produzidas nas indústrias atingem não só a organização da vida dos trabalhadores no chão da fábrica, mas se refletem em suas vidas pessoais e principalmente nas suas relações com a cidade.

As demandas populacionais a respeito de moradias, na época, crescem rapidamente, foi necessário então que o Estado planejasse as construções que abrigavam os/as trabalhadores/as e suas famílias. Naquele momento, é importante dizer que homens, mulheres e crianças eram submetidos a jornadas de trabalhos de mais de 12 horas sem nenhum direito trabalhista. Tendo as mulheres, além de mais horas nas fábricas do que os homens, a responsabilidade sobre o trabalho doméstico, como alimentação, limpeza, criação dos filhos, manutenção das casas e etc. As mulheres naquele momento não tinham direito sequer à guarda de seus filhos, ao divórcio ou à posse de seus “salários”, toda a renda produzida pelas mulheres era de direito e posse de seus maridos. Tal situação só iria se modificar a partir dos ideais sufragistas, quando as mulheres organizadas reivindicaram coletivamente por direitos trabalhistas e, principalmente, por direito ao voto. Para as feministas do movimento sufragista¹⁰ do século XVIII a sua crença em relação ao sistema jurídico era muito forte, elas acreditavam de que se houvessem leis que garantissem os direitos das mulheres como cidadãs, os problemas de opressão aos quais elas eram violentadas diariamente, e historicamente, seriam resolvidos. Durante as discussões à respeito

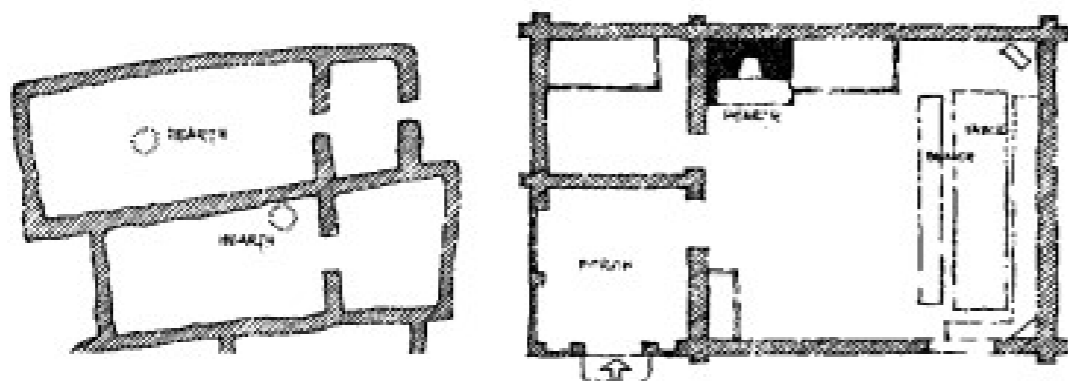
10 O movimento sufragista é considerado por algumas epistemologias feministas como a primeira onda feminista (séculos XIX e XX) quando as mulheres lutaram por direitos jurídicos, sociais, econômicos e políticos. O movimento é caracterizado principalmente pelo direito ao voto feminino, com origem na luta de mulheres brancas europeias.

dos direitos do proletariado, o feminismo materialista¹¹ (socialista e comunista) se estabeleceu e reforçou os debates e as práticas em prol das mulheres, tanto no âmbito da vida privada (matrimônio, amor livre e liberdade sexual) quanto da vida pública (pelo direito à saúde, trabalho, moradia e etc), posicionando-se fortemente pela dissolução da ordem patriarcal e burguesa, inclusive no interior das moradias e nas relações entre os sexos.

É nesse momento, então, que os planejamentos das cidades e os tecidos urbanos se organizaram de forma segregada e excludente, o proletariado é destinado às periferias, denominadas subúrbios, onde construções habitacionais se dão de diferentes formas. Os projetos dos prédios habitacionais ficaram à domínio dos arquitetos e construtores da época, num primeiro momento à especulação dos construtores autônomos e depois a encargo principal do Estado. Durante esses processos de criação de uma política habitacional, não só do projeto arquitetônico em si, fomentou-se uma dialética de lógica do habitat e no do imaginário do habitat, alguns prédios chamados de pavilhões e outros de conjuntos que desenvolvem-se diferentemente no espaço. Tal dialética estava ligada à consciência social que aos poucos foi deixando de ser diretamente à produção para centralizar-se à ideia do consumo, uma prática do cotidiano. Assim, moradia, habitação, economia, política social e urbanização (mobilidade urbana e tempo de cidade) se misturam num quebra-cabeça engenhoso, mas ainda sob o comando dos controles de poder (burguesia) e a cidade vai aos poucos se tornando uma mercadoria, tanto os lugares ditos privados, quanto os ditos públicos.

Cidade e casa, arquitetura e urbanismo, vida privada e pública, são levados lado a lado, frente a frente, como causa e consequência mudando de ordem a todo momento, mas sempre coexistindo. Montaner e Muxí (2014) vão nos mostrar que os processos de compartimentalização das moradias estão temporalmente ligados aos planejamentos de segregação das cidades. As casas feudais que eram espacialmente organizadas apenas por paredes externas, nucleadas por lugares de fogo e serviços, deu lugar às moradias compartimentadas por cômodos, onde paredes dividem quartos, salas e cozinha (Figura 3). Evidenciando assim a separação do privado, do público e do íntimo, como já dito anteriormente.

Figura 3: Exemplos de moradias onde predominam o lugar do fogo como organizador do espaço – tipos de lugar primitivo. Fonte: UNWIN, Simon. A Análise da Arquitetura, 2013.



Apesar das propostas e políticas implementadas no século XIX, na Europa, para atender às novas formas de organização social urbana, elas ainda não atendiam a maioria da população. Propostas que aliassem avanços tecnológicos e desejos

¹¹ Feminismo Materialista é conhecido como a vertente feminista dos movimentos socialista e comunista, construído pelas reivindicações das mulheres a partir das experiências e das teorias Marxistas, críticas ao patriarcado, capitalismo e direitos trabalhistas, bem como reivindicam questão como liberdade sexual, amor livre e a construção de uma psicanálise que desenvolve sobre o “novo homem” e, principalmente, a “nova mulher”. Evidenciando, ainda, a individualidade da mulher enquanto sujeito de si.

burgueses, estabelecendo uma “nova ordem urbanística” foram implementadas, para combater, por exemplo, surtos de doenças contagiosas graves que seriam consequência da falta de saneamento básico urbano e arquitetônico.

Esta ordem estabelece também a ideia de controle (na forma de poder centralizado) sobre o desenho do tecido urbano, modificando então a morfologia das cidades, materializada, por exemplo, na execução de eixos radiais e esquemas diagonais que são desenhados no sistema viário para potencializar a hierarquia urbana, e onde grandes e largas avenidas rasgam as velhas malhas ortogonais. Casos na Europa se dão em Roma (Papa Sisto V, quando é traçado um roteiro urbano a partir das basílicas católicas), Barcelona (León Jaussely) e a famosa intervenção de Haussmann (1852-70), em Paris que tanto caracteriza os procedimentos e políticas públicas adotadas por essa “nova ordem urbanística”.

Portanto, conforme a cidade caracterizava-se cada vez mais pela perspectiva burguesa, mais se excluía o proletariado do direito à vida urbana, de seus confortos, seus lazeres e seus lugares políticos. Após Haussmann, durante a Comuna de Paris (1871) o proletariado francês, que fora expulso do centro da capital, toma o Estado por uma forçosa retomada da cidade, estabelece-se assim, o primeiro governo operário da história. Políticas em prol do habitat ficam, então, a encargo do Estado, passamos para o período dos novos conjuntos habitacionais e cidades com reivindicações por uma democracia urbana (LEFEBVRE, 2001).



Figura 4: Paris vista de cima, atualmente, boulevard e Arco do Triunfo. Fonte: Site Cit lo,2018. Figura 5: Desenho de Paris após planos de Haussmann, retratando a vida cotidiana nas ruas e habitações da capital. Fonte: Google Imagens,2018.

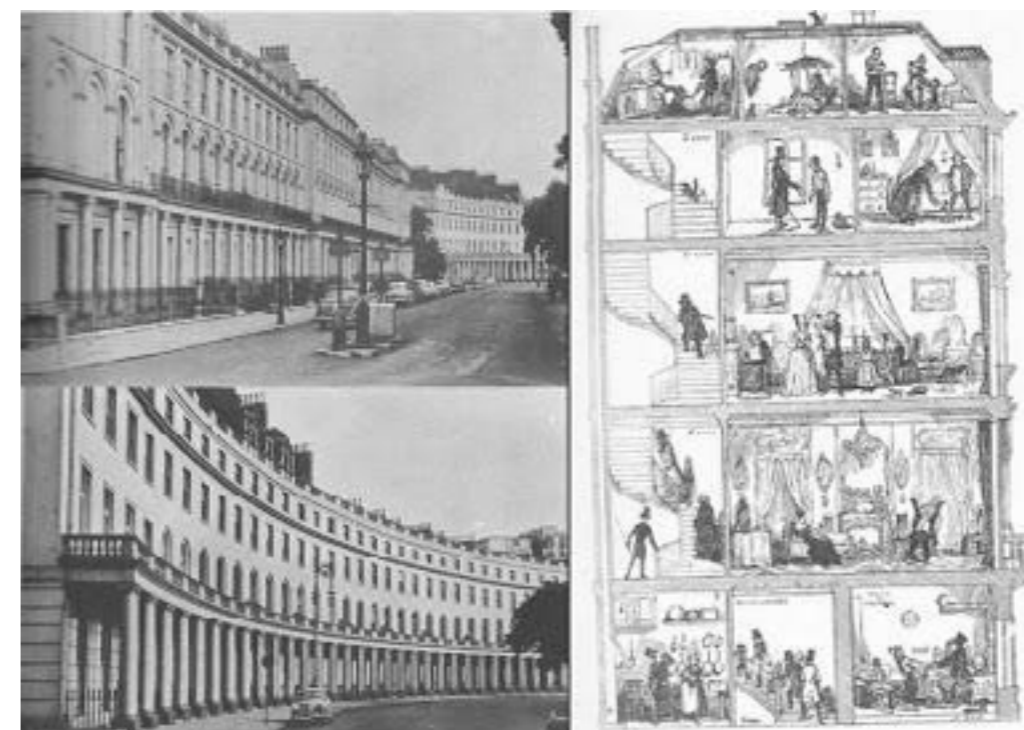


Figura 6: Desenho de Paris após planos de Haussmann, retratando a vida cotidiana nas ruas e habitações da capital. Fonte: Google Imagens,2018.



Cidades Rebeldes E A Luta Pela Democracia Urbana.

O geógrafo britânico David Harvey frequentemente nos lembra sobre a consciência urbana em seus discursos e teses, como ele bem disse no livro *Cidades Rebeldes*, em 2013 que: “O direito à cidade não é um presente. Ele tem de ser tomado pelo movimento político” (HARVEY, 2013, p. 34). Dialogando diretamente com Lefebvre que nos aponta como alcance ao direito à vida urbana as mobilizações sociais e a luta político-social. O conceito do direito à cidade vai além do acesso e da permanência nos lugares urbanos e/ou mantidos pelos poderes controladores, mas tem sua essência na consciência das ferramentas que engendram a nossa vida nas cidades/campo. Bem como o direito de mudar as coisas conforme os nossos corações, como aponta o sociólogo urbano Robert Park (1967, apud HARVEY, 2013, p.27), a cidade é um lugar em constante transformação que coexiste com as mudanças internas do homem (humanidade).

“A questão do tipo de cidade que desejamos é inseparável da questão do tipo de pessoa que desejamos nos tornar. A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e as nossas cidades dessa maneira é, sustento, um dos mais preciosos de todos os direitos humanos.” (HARVEY, 2013, p. 28).



Figura 8: Mulheres em manifestações pelo Brasil em Ato Unificado anti-fascista, Mulheres contra Bolsonaro #EleNão, em 29 de setembro de 2018. Fonte (6): Chapeco/PR, por Raíssa Oliveira, 2018. (7) Por Mídia Ninja, 2018. (8) Rio de Janeiro/RJ, por Site Globo News, 2018.

Aqui é importante ressaltar que, apesar de estarmos historicamente avançando em relação aos direitos humanos e da mulher, considerando Europa e Américas, devemos evidenciar que os direitos das minorias (mulheres, negros/as, indígenas, LGBTQs* e etc) ainda são ameaçados e pouco legitimados na prática do pensamento urbanístico na contemporaneidade. Pensar sobre direitos humanos das minorias hoje no Brasil é, por exemplo, considerar as lutas sociais para garantir os poucos direitos básicos que já se garantiu na lei, mas ainda pouco é possível nas práticas jurídicas e sociais, como reivindicar as revoluções sobre corpo, imagem, saúde, educação, sexualidade e o direito à cidade da mulher latino-americana (Figuras 6, 7 e 8). As mulheres brasileiras apontam, em recente pesquisa a respeito das violências que sofrem, que em seu país, no ano de 2015, o primeiro lugar mais inseguro para elas é o ambiente doméstico – a casa; e o segundo mais perigoso é o lugar público - a rua, a cidade.

Quando argumentamos a favor das lutas feministas, uma das principais questões usadas para justificar os machismos, misoginias, violências domésticas e urbanas é a “cultura”, ou até mesmo as “tradições”. A respeito dos processos de cultura e humanidade, Chimamanda Ngozi (2014), em uma famosa palestra que depois foi publicada em livro, nos questiona sobre o protagonismo e a funcionalidade de tais determinismos sócio-culturais e nossas zonas de conforto enquanto indivíduos e em coletividade:

“Para que serve a cultura? A cultura funciona, afinal de contas, para preservar e dar continuidade a um povo. [...] A cultura não faz as pessoas. As pessoas fazem a cultura. Se uma humanidade inteira de mulheres não faz parte da nossa cultura, então temos que mudar nossa cultura” (ADICHIE, 2014, p.64).

O direito a provocar e pensar transformações na cidade não é algo abstrato, mas sim inerente às nossas práticas diárias e cotidianas, somos responsáveis pelas transformações e pelas permanências que a cidade produz, reproduz e manipula. Uma vez que a cidade é, originalmente, um lugar de encontros, coletividade, diferenças e

interações criativas, com cenários e lugares onde a desordem tem muitas visões e usos, e onde formas culturais e desejos concorrentes se chocam em diálogos, performances e movimentos (HARVEY, 2014; SEABROOK, 1996). Assim, evitar os conflitos seria abrir mão do real sentido do processo de urbanização e perder qualquer perspectiva de exercer o direito à cidade, ou seja, não praticar a democracia urbana.

A liberdade da cidade, então, coexiste aos movimentos e conflitos sócio-econômico-culturais. O direito das mulheres, dos LGBT's*, dos operários, da população periférica, da comunidade negra e dos povos indígenas, são as reivindicações por, para e por essas vidas humanas, que se exercita o direito à vida urbana na contemporaneidade brasileira. Diferentes tempos e estudiosos dos processos de urbanidade e urbanização alertam sobre a necessidade de democratizar as engrenagens do como se faz a cidade. Afirmam que é partir da conscientização social do caldeirão urbano que se faz às lutas sociais e se exerce a democracia urbana, tanto subjetivamente quanto na materialidade da urbe.

Concluimos que, processos de consciência social e de posse do direito à vida urbana se dão quando há respeito e escuta aos diferentes lugares e expressões de fala, vivências e realidades que existem nas cidades, priorizando uma organização humana não hierárquica e um poder não autoritário, a exemplos disso, são as primaveras feministas emergentes na América Latina. A fim de enfatizar a potência revolucionária das mulheres, apontamos a escrita de Djamila Ribeiro, filósofa brasileira e militante do feminismo negro, no seu recente livro "O que é lugar de fala?" nos diz que: "Os saberes produzidos pelos indivíduos de grupos historicamente discriminados, para além de serem contra discursos importantes, são lugares de potência e configuração do mundo por outros olhares e geografias" (RIBEIRO, 2017, p.75). Assim, não há epistemologia mestre que contemple qualquer discussão ou área do conhecimento, faz-se necessário a multidisciplinariedade, interdisciplinaridade e outras diversas "riedades". A potência criadora das narrativas populares e/ou das teorias científicas são fundamentais para o efetivo exercício do direito à cidade.

Referências bibliográficas

ADICHIE, Chimamanda N. Sejam todos feministas. São Paulo, Cia das Letras, 2014.

AGAMBEN, Giorgio. O que é contemporâneo? E outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.

ÁLVAREZ, Ana. de Miguel. La articulación del Feminismo y el Socialismo: el conflicto clase-género. In.: AMORÓS, C.; MIGUEL, A. (eds.) Teoría Feminista: de la Ilustración a la globalización (1). Mnerva Ediciones: Madrid, 2005, 2010, p. 295/332

AMARÓS, Celia.; COBO, Rosa. Feminismos e Ilustración. In.: AMORÓS, C.; MIGUEL, A. (eds.) Teoría Feminista: de la Ilustración a la globalización (1). Mnerva Ediciones: Madrid, 2005, 2010, p.91/145.

COSTA, Fernanda A. Wollstonecraft e "Uma Reivindicação dos Direitos das Mulheres" frente ao Iluminismo. Uma Análise do Capítulo IV – Observações sobre o estado de degradação ao qual a mulher é reduzida por várias causas. Monografia – UFPEL: Pelotas, 2014.

Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789). In: La France au Brésil, 2018.

GOUGES, Olympe. Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã (1791). In:

Biblioteca Virtual dos direitos Humanos da USP. 2018

LEFEBVRE, Henry. O direito à cidade. 5ªed. São Paulo: Centauro, 2011.

MARICATO, Ermínia. "Ermínia Maricato, Analfabetismo Urbanístico" [Palestra]. Canal Brasilianas.org, 2015. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=PnYc2nLXUbM> > Acesso em: 30 set 2018.

MIYARES, Alicia. El Sufragismo. In.: AMORÓS, C.; MIGUEL, A. (eds.) Teoría Feminista: de la Ilustración a la globalización (1). Mnerva Ediciones: Madrid, 2005, 2010, p.245/293.

MONTANER, Josep M.; ZUXÍ, Zaida. Arquitetura e Política: ensaios para mundos alternativos. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte (BH): Letramento: Justificando, 2017.

UNWIN, Simon. A análise da arquitetura. 3ª ed. Porto Alegre: Bookmaster, 2013.

VAINER, Carlos.; HARVEY, David.; MARICATO, Ermínia; ...[et al] Cidades Rebeldes. Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

WOLLSTONECRAFT, Mary. Reivindicação dos direitos da mulher. São Paulo: Boitempo, 2016. (1ªed. 1792)

AS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO: O Quarto De Empregadas Como Expressão Das Idiosincrasias Das Cidades Brasileiras

Luísa Sopas Rocha Brandão¹

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo discutir a inserção das trabalhadoras assalariadas domésticas no processo de urbanização do Brasil. Debate ainda, como a presença resiliente da dependência de empregadas no programa arquitetônico das residências urbanas é uma expressão das particularidades contidas nas cidades brasileiras. Para tanto, a partir de revisão bibliográfica e análise iconográfica de plantas de residências em diferentes períodos da história, este artigo se propõe a: colocar em paralelo os distintos marcos da urbanização brasileira e as mudanças das leis que regulamentaram historicamente a profissão de doméstica; refletir sobre as sociabilidades vivenciadas pelas domésticas no contexto das cidades; analisar o quarto de empregadas enquanto elemento gerador de relações de trabalho e práticas sociais particulares. Conclui-se que o trabalho assalariado doméstico, e o quarto de empregadas (sua expressão espacial/arquitetônica), são uma chave de leitura do processo de urbanização brasileiro, na medida em que revelam idiosincrasias da reprodução da força de trabalho no país, a exemplo do fornecimento de moradia e alimentação como salário indireto, e dos discursos formulados para encobrir a exploração das mulheres que constituem a categoria profissional em estudo.

Palavras-chave: quarto de empregadas, trabalho doméstico, urbanização brasileira.

HOUSEHOLDERS IN THE URBANIZATION PROCESS: The Room of Employees as an Expression of the Idiosyncrasies of Brazilian Cities

Abstract

The purpose of this paper is to discuss the insertion of domestic employees in the process of urbanization in Brazil. It also debates how the resilient presence of the maid's room and bathroom in urban residences is an expression of particularities of Brazilian cities. Therefore, based on a literature review and analysis of residential floor plans in different periods of history, this article intends to debate the different stages of the history of Brazil's urbanization alongside the historical changes in laws that regulated domestic work. It also aims at debating on sociability experienced by domestic employees in the context of cities and relate it to an analysis of maid's bedrooms and bathrooms as elements that support and generate peculiar working relationships and social practices. The conclusion is that the domestic employment (and its spatial expression, such as maid's rooms) is a key to understand the Brazilian

¹ Doutoranda do Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPAR/UFRGS) e docente titular do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Comunitária da Região de Chapecó - SC (Unochapecó). E-mail: lusorocha@gmail.com

process of urbanization as it reveals idiosyncrasies of the reproduction of labour force in Brazil and supports speeches formulated to cover up the level of exploration of this category of workers.

Keywords: maid's bedroom, housework, urbanization in Brazil.

Introdução

O objetivo do presente trabalho é debater como, historicamente, as trabalhadoras domésticas se inserem no processo de urbanização do Brasil. É dada ênfase particular à maneira pela qual a dependência de empregadas – expressão arquitetônica do trabalho assalariado doméstico – configura-se como idiosincrasia das cidades brasileiras.

O processo de urbanização se dá, em grande medida, conforme às necessidades da reprodução da força de trabalho. Isso porque a provisão das condições do trabalhador se locomover, ter acesso aos recursos básicos (água, luz, bens de consumo), e à moradia ocorre em conformidade com os tipos de relação econômica que sustentam uma dada formação social (DEÁK, 2016, p. 109). Assim, as formas do trabalho se reproduzir e se espacializar possuem grande influência sobre a maneira pela qual as cidades se configuram.

No caso do Brasil, temos um país de profundas raízes coloniais, nunca ceifadas. Isto faz com que muitos aspectos da reprodução da sua força de trabalho – e, por conseguinte, de seu processo de urbanização – derivem de suas origens escravistas. O trabalho assalariado doméstico é um dos exemplos deste fenômeno. Oriunda da figura da mucama² do Brasil rural/escravocrata, a presença da empregada doméstica perpassa o processo de urbanização brasileiro para se fazer presente ainda na contemporaneidade (RONCADOR, 2008, p. 230).

O quarto de empregadas, cômodo normalmente contíguo à área de serviço e projetado para permitir que a doméstica more onde trabalha, traz consigo particularidades na forma destas mulheres subsistirem enquanto trabalhadoras urbanas. Como discutido mais adiante, da mesma forma que existe uma correlação entre o trabalho escravo das mucamas e o trabalho assalariado das domésticas, pode-se estabelecer um paralelo histórico entre a senzala e o quarto de empregadas. Tendo tais aspecto em vista, espera-se, aqui, debater como as mulheres que trabalham e vivem na casa de terceiros, ocupando tais cômodos, inserem-se no processo de urbanização.

Para tanto, o presente artigo³ segue dividido em três seções. A primeira seção se baseia em revisão bibliográfica, e visa traçar um paralelo entre os processos de assalariamento e urbanização brasileiros, e os distintos marcos legais que regulamentaram o trabalho assalariado doméstico. Nesta, ainda, são tecidas algumas reflexões sobre as formas de sociabilidade vivenciadas pelas domésticas: mulheres trabalhadoras urbanas, submetidas à condições de trabalho advindas do período colonial. A seção seguinte analisa as especificidades do quarto de empregada usado como suporte para o trabalho assalariado nas cidades, com base em análise

² Segundo o Grande Dicionário Houaiss (online), a definição de mucama: “no Brasil e na África portuguesa, escrava ou criada negra, geralmente jovem, que vivia mais próxima dos senhores, ajudava nos serviços caseiros e acompanhava sua senhora em passeios”. Ou, ainda: “ama de leite dos filhos de seus senhores”. Disponível em: <<https://houaiss.uol.com.br/>>. Acesso em 20 maio 2019.

³ O presente estudo é parte da pesquisa de doutorado desenvolvida pela autora no Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPAR/UFRGS).

iconográfica de plantas residenciais de diferentes períodos, com objetivo de realizar uma reconstituição histórica das formas de espacialização deste cômodo no Brasil. Por fim, há uma seção onde são apresentadas considerações finais.

O trabalho doméstico no processo de urbanização do Brasil: as domésticas no contexto urbano

[...] as trabalhadoras domésticas tentaram redefinir seu trabalho, rejeitando o papel de dona de casa substituta. As obrigações da dona de casa são intermináveis e indefinidas. A primeira reivindicação das trabalhadoras domésticas foi o delineamento nítido do trabalho a ser realizado por elas. [...] Enquanto as trabalhadoras domésticas permanecerem à sombra da dona de casa, continuarão a receber remunerações que mais se aproximam das “mesadas” da dona de casa do que do salário de uma trabalhadora (DAVIS, 2018, p. 239-240).

Na passagem acima, Angela Davis reflete sobre o caráter ambíguo assumido pelo trabalho assalariado doméstico em uma economia capitalista: a trabalhadora doméstica é, ao mesmo tempo, uma assalariada (que vende sua força de trabalho por não deter um meio de produção), e alguém apartado do mercado de trabalho, dada a natureza particular de sua atividade profissional. A imersão da doméstica em seu ambiente laboral (na qualidade de suporte do núcleo familiar do patrão), como destaca Davis, é o que aprofunda essa ambiguidade, e dá contornos ao seu cotidiano profissional e à sua inserção na vida urbana.

Como destacado anteriormente, o processo de assalariamento e urbanização estão intimamente ligados. Mesmo que a devida cautela teórica nos previna de uma perspectiva puramente economicista, é razoável considerar que a produção de infraestruturas físicas e jurídicas que assegurem a reprodução da força de trabalho tem um peso determinante na configuração das aglomerações urbanas de uma dada formação social. Deste modo, aqui trataremos, com brevidade, sobre as particularidades da conversão do Brasil de um país escravagista/rural em uma nação capitalista/urbana.

Antes de iniciar seu processo de urbanização na década de 1930, o país havia deflagrado sua Independência, em 1822, sem romper com a economia de bases coloniais. Somente a partir da Lei de Terras (que instituiu a privatização da terra), em 1850, e da Lei Áurea 1888 (que aboliu a escravidão, e tornou o assalariamento a modalidade de trabalho predominante) foram satisfeitas as duas condições fundamentais para que o Brasil se tornasse uma nação capitalista (DEÁK, 2016, p. 144).

Durante a República Velha, o Brasil se estabelece como uma nação, ainda que capitalista, predominantemente rural, e de economia agroexportadora. Esta condição será importante para que aspectos oriundos do regime escravocrata perdurem em sua reprodução social. Como destaca Sevcenko, a instauração de um regime republicano no Brasil, e as falas de “modernização” nele imbuídas, não representaram uma ruptura com as bases históricas que estruturaram a formação do país desde a colônia:

No afã do esforço modernizador, as novas elites se empenhavam em reduzir a complexa realidade social brasileira, singularizada pelas mazelas herdadas do colonialismo e da escravidão, a ajustamento em conformidade com padrões abstratos de gestão

social hauridos de modelos europeus ou norte-americanos [...] Era como se a instauração do novo regime implicasse pelo mesmo ato o cancelamento do passado histórico do país e pela mera reforma institucional ele tivesse fixado um nexos co-extensivo com a cultura e a sociedade das potências industrializadas (SEVCENKO, 1998, p. 27).

Dentro da abrangente gama de intérpretes do Brasil, que debateram a transição do mundo colonial para o capitalista – e dos discursos a ela atrelados – a temática da herança da escravidão se manteve como um ponto central. De um lado, autores de referência, como Gilberto Freyre (2003), ajudaram a consagrar uma visão apologética destas raízes, buscando identificar aspectos “benéficos” na escravidão de origem lusitana, considerando que esta possibilitou que o país se tornasse, doravante, uma “democracia racial”⁴. Em contrapartida, a partir da década de 1960, posições desta natureza passaram a ser confrontadas, mediante trabalhos como o de Florestan Fernandes (1989)⁵, que desnudavam como as reminiscências da exploração escravista no Brasil eram mascaradas pelo discurso da “harmonia racial”.

Ao contextualizar esta discussão no âmbito do trabalho doméstico – e seguindo uma linha argumentativa mais próxima à de Fernandes – Roncador (2008, p. 83) descreve as mistificações produzidas por Freyre, como aquela constituída mediante a figura da “mãe preta”: escrava que servia de ama de leite para os meninos brancos, e que, segundo Freyre, desempenhara um papel formativo no processo de miscigenação das culturas europeia e africana. Para Roncador, o afeto maternal do senhor infante para com a sua ama, coexistia com o sentimento de posse do indivíduo vis-à-vis sua propriedade.

Em meio ao momento de transição da República Velha, as formas de sociabilidade do mundo escravista vão se adaptando sobre a nova base produtiva do capital. Ao tratar das mulheres recém-libertas em São Paulo, neste período, Telles (2013) reflete sobre a condição específica dessa parcela da população: tendo sido frustrada a esperança de inserção social a partir da abolição, o trabalho doméstico era a única possibilidade de sustento para estas trabalhadoras. Como atesta a autora:

Para libertas e descendentes migrantes ou nascidas na capital [paulistana], que deixavam o cativo e a cidade de origem sem posses, os serviços domésticos, a faina diária e a dependência dos patrões e seus salários minguados constituíram a forma de sobrevivência possível num mercado de trabalho pouco generoso. O ingresso crescente de estrangeiros, a expansão da cidade e seus serviços, somados ao decréscimo da população escrava, aumentavam a demanda por serviços urbanos e domésticos em geral (TELLES, 2013, p. 89).

4 O tom nostálgico de Freyre é indissociável em passagens como: “Nos engenhos, tanto nas plantações como dentro de casa, nos tanques de bater roupa, nas cozinhas, [...] fazendo doce, pilando café; nas cidades, carregando sacos de açúcar [...] os negros trabalharam sempre cantando: seus cantos de trabalho, tanto quanto os de xangô [...] encheram de alegria africana a vida brasileira. Às vezes um pouco de banzo: mas principalmente alegria” (FREYRE, 2003, p. 551).

5 Em crítica à posição como a de Freyre, Fernandes assevera: “Como se poderia, no Brasil colonial ou imperial, acreditar que a escravidão seria, aqui, por causa de nossa “índole cristã”, mais humana, suave e doce que em outros lugares? [...] Abolição, que largou a massa dos ex-escravos, dos libertos e dos ingênuos à própria sorte, como se eles fossem um simples bagaço do antigo sistema de produção? [...] [A despeito de servir apenas ao interesse das elites, o mito da “democracia”] se tornou [...] a pedra de toque da “contribuição brasileira” ao processo civilizatório da Humanidade” (FERNANDES, 1989, p. 13).

Figuras 1 e 2 – À esquerda: foto de ama de leite com criança, tirada em 1880 (Brasil Império). À direita: fotograma extraído do filme “Que horas ela volta?”, de Anna Muylaert, lançado em 2015. As duas imagens expressam o tipo de relação ambígua estabelecida entre a escrava/ doméstica e o filho daquele que utiliza sua força de trabalho. Fonte (respectivamente): Albert Henschel em Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras; Fotograma extraído e editado pela autora a partir da cinematografia de Bárbara Alves.



6 O tratamento jurídico historicamente iníquo legitimava este tipo de relação: desde a Abolição (1888) até a lei 11.324, de 2006 (BRASIL, 2006), era permitido ao empregador efetuar descontos no salário das empregadas devido ao fornecimento de produtos de higiene pessoal, vestuário, alimentação e moradia.

Com a Revolução de 1930, e, posteriormente, com o Golpe que instaurará o Estado Novo, em 1937, começam a ser geradas as infraestruturas para que o país se industrialize. Dentre as principais medidas neste sentido, temos a criação das indústrias estatais de base (Petrobras, Companhia Siderúrgica Nacional, etc.), e a regulamentação das condições para que os trabalhadores se formalizem, mediante a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, em 1943. Como reflexo destas iniciativas, o Brasil deixa de ser uma nação predominantemente rural, em 1930, para se tornar país de população assalariada/urbana em meados da década de 1970 (OLIVEIRA, 2003, p. 35-41).

Decorrencia de uma sociedade estruturalmente desigual, a heterogeneidade da produção das infraestruturas caracterizou o processo de urbanização do Brasil. Isso se deu tanto em escala nacional, com a industrialização concentrada no eixo sul-sudeste, quanto na escala das cidades, com a expansão das favelas em contraponto às infraestruturas sofisticadas como metrô, aeroportos, etc. Este processo “empurrou”, de modo centrípeto, as populações do campo e regiões predominantemente agrárias (sobretudo a nordeste) para as grandes aglomerações industriais urbanas (situadas principalmente no sudeste). Tal afluxo asseverou as profissões que estariam destinadas aos migrantes, e os estigmas que recairiam sobre estes em função de sua origem e formação:

A entrada do migrante rural no mercado de trabalho se dá em geral, para os homens, na construção civil, e, para mulheres, no serviço doméstico. São os únicos canais abertos para os que têm de “aceitar qualquer serviço”, pois “não têm desembaraço”, “são acanhados”, “afobam-se” [...], “não sabem mexer com máquinas” (MELLO e NOVAIS, 2002, p. 598).

Assim, conforme passagem acima, forma-se um grande contingente de trabalhadores vulneráveis a um alto grau de exploração. Neste sentido, medidas como a CLT foram responsáveis por dar condições para que o trabalho assalariado se reproduzisse no país, convertendo a massa de mão-de-obra que subsistia no campo (e/ou mediante relações camponesas como cambão, arrendamento, meação, etc.) em proletários urbanos (OLIVEIRA, 2003, p. 38). O caso das domésticas assume, desde então, distinções em relação ao demais: por não ter sua atividade considerada como “produtiva” (não geradora de lucro), estas mulheres serão privadas de várias franquias concedidas aos trabalhadores “produtivos”, como: folgas ao sábado, FGTS, e a incorporação da moradia como formas de salário indireto para fins do cálculo de seus direitos (como a contribuição previdenciária).

A distinção acima descrita atuará no sentido de formalizar uma atividade de origem rural/escravocrata dentro do contexto urbano/capitalista, oferecendo ao patrão as garantias jurídicas necessárias para que a força de trabalho das mulheres domésticas pudesse continuar a ser explorada, em conformidade com as práticas sociais historicamente estabelecidas, desde o período colonial. Assim, a profissão se formaliza no contexto urbano e as mulheres que a exercem viverão divididas entre dois mundos: o do ‘asfalto’ onde não só trabalha, mas também vive, e a favela, onde seu núcleo familiar normalmente reside e os afetos com pessoas que compõem sua classe social se desenvolvem.

A percepção da dicotomia asfalto/favela foi descrita em profundidade por Carolina Maria de Jesus, em sua obra “Quarto de Despejo”, célebre marco da literatura de testemunho e da literatura feminina negra no Brasil – originalmente publicada em 1960. Mãe, solteira, catadora de papel, em seu testemunho de luta por sobrevivência na favela do Canindé, em São Paulo, a autora estabelece frequentemente o paralelo

entre os cômodos das residências e os espaços urbanos:

[...] Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres e cristais, seus tapetes de veludos, almofadas de sitim [sic]. E quando estou na favela tenho a impressão de que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo (JESUS, 2001, p. 33).

A vida ambivalente entre o mundo do 'asfalto' e o da 'favela' (expressos de forma crua e precisa na passagem acima) fará com que diferentes estigmas recaiam sobre as domésticas. O primeiro deles se encontra no seu ambiente profissional e de moradia: a despeito de ser referida muitas vezes como alguém "da família" por seus patrões, a doméstica viverá junto a eles invariavelmente como uma cidadã de segunda categoria, sem se sentar à mesa que põe. Já no contexto da favela, ou de sua cidade de origem (no caso das migrantes), estas mulheres sofrerão a pecha de compor uma categoria profissional "de pouco estudo", exercendo atividades destinadas àquelas que não possuem qualquer outra qualificação. Mello e Novais destacam as condições de trabalho a que as domésticas se submetiam, e que resultavam nos tratamentos acima descritos:

O emprego doméstico feminino era, naquela época, muito pior do que se pode imaginar hoje: começava com o amanhecer do dia e só acabava quando a louça do jantar estava lavada: folga, só aos domingos, depois do almoço; o quartinho apertado; o assédio sexual do filho do patrão, às vezes do próprio patrão (MELLO e NOVAIS, 2002, p. 598-599).

Após completado o processo de urbanização do Brasil, em meados dos anos de 1970, inicia-se o processo de inclusão das mulheres de classe-média dentro do mercado de trabalho. A atividade assalariada doméstica desempenhará um papel relevante nesse sentido: na ausência de políticas de bem estar social promovidas pelo Estado, como creches e escola de tempo integral públicas, as trabalhadoras domésticas garantirão a organização logística do lar de seus empregadores. Desse modo, as patroas poderão desenvolver suas carreiras profissionais, enquanto suas casas e crianças são cuidadas pelas domésticas (mesmo que, para tanto, os filhos destas últimas tenham que ser negligenciados)⁷. Entre as décadas de 1970 e 1980 o trabalho assalariado doméstico foi a principal ocupação das mulheres brasileiras, chegando a 20,8% em 1985 na região metropolitana de SP (VALOR ECONÔMICO, 2015).

O fenômeno acima referido ensejará uma mudança de perspectiva teórica, acerca do entendimento do trabalho doméstico enquanto gerador de valor. Até então ele era visto como um fator econômico secundário, tanto sob a perspectiva burguesa, que negava direitos às domésticas sob a justificativa de que o trabalho doméstico não

⁷ Um interessante panorama da relação entre as mulheres de classe-média que se inseriam no mercado de trabalho e suas domésticas nos é exposto no conjunto de crônicas que Clarice Lispector escreveu para o Jornal do Brasil, entre 1967 e 1973. Roncador 2008 (pp. 136-185) apresenta uma extensa e profunda análise destes textos.

seria gerador de lucro⁸; quanto sob um viés marxista⁹, que, baseado na teoria do valor, considerava tal atividade como trabalho improdutivo (por não gerar mais valia). O processo de incorporação das mulheres de classe-média no mercado, sustentado pela atividade das trabalhadoras domésticas, evidenciará a insuficiência de tais abordagens.

Mediante a esta perspectiva, algumas autoras passam a abordar a temática, e compreender a atividade doméstica como reprodutiva: não vinculada diretamente à produção de mercadorias, mas essencial para a reprodução da força de trabalho dos demais assalariados que as produzem (DALLA COSTA, 1977, p. 38-40). Tal compreensão ajudará a depreender, por exemplo, que há valor extraído do labor doméstico, e que aquelas que o executam devem ter garantidos os mesmos direitos dos demais trabalhadores. De todo modo, esse avanço na compreensão do assunto não se converterá, imediatamente, em resultados práticos para a categoria profissional em questão.

A formação social brasileira se consolidará, nos decênios seguintes aos anos de 1970, como uma nação urbanizada, em que os países capitalistas centrais servirão de referencial de consumo e bem-estar para a classe-média, que por seu turno se recusará a abrir mão das vantagens proporcionadas pela mão-de-obra barata disponível localmente. Como atestam Mello e Novais:

Volta a se impor avassaladoramente a identificação entre a modernidade e o consumo "padrão primeiro mundo". O cosmopolitismo das elites globalizadas, isto é, seu americanismo, chega ao paroxismo, transmitindo-se à nova classe média, que alimenta a expectativa de combinar o consumo "superior" e os serviços que barateiam seu custo de vida (MELLO e NOVAIS, 2002, p. 656).

Assim, durante as décadas de 1980, com a (assim chamada) redemocratização e a promulgação de 1988, e a de 1990, com a ofensiva neoliberal, a situação das trabalhadoras domésticas segue sem grandes alterações. No ano de 2012 com Emenda Constitucional 72, mais conhecida como a PEC das Domésticas (PEC 66/2012), e no ano de 2015, com a Lei Complementar 150, estabeleceu-se, pela primeira vez na história, a equidade de direito entre estas trabalhadoras e os demais. Foram garantidos assim, conquistas como FGTS e regras mais precisas para reger a jornada de trabalho.

Todavia, os recentes retrocessos impostos aos trabalhadores – mediante a lei 13.467, a, assim chamada, "reforma trabalhista" de novembro de 2017 – apresentam um novo vaticínio para as domésticas. Depois de décadas relegadas à condição de uma categoria profissional com menos direitos que as demais, quando tal injustiça é,

⁸ A pretexto de comentar as mudanças nas leis trabalhistas, ocorridas com a "PEC das Domésticas" (discutida adiante), a socialite Regina Manssur proferiu em entrevista: "Uma casa de família, **ela não é uma empresa que gera lucros** [grifo nosso], então a gente não pode ter os mesmos ônus que uma empresa tem. Então, na verdade, se existe alguma coisa de bom para o empregado isso o tempo vai demonstrar, mas no momento atual a situação é de verdadeiro desespero, principalmente pros empregados. Porque da mesma forma que se dá muitos direitos pros empregados, os empregadores vão ficar em uma situação que eles não vão conseguir 'segurar' [as domésticas em suas casas] [...] uma pessoa que dorme em casa, você vai provar que a pessoa não estava dormindo, que estava trabalhando?" (MANSSUR, 2013).

⁹ Para Lênin: "A mulher continua a ser escrava do lar, apesar de todas as leis libertadoras, porque está oprimida, sufocada, embrutecida, humilhada pelos pequenos trabalhos domésticos, que a amarram à cozinha e aos filhos, que malbaratam a sua atividade num trabalho improdutivo [grifo nosso], mesquinho, enervante, embrutecedor e opressivo" (LÊNIN, 1980, p. 154).

enfim, dirimida, estas trabalhadoras veem todas as categorias profissionais passando a ser conjuntamente sujeitas àquelas condições historicamente à elas infligidas. Novos mecanismos de exploração como o trabalho intermitente – que permite que um trabalhador se mantenha à disposição do patrão/empresa no meio de sua jornada, sem ser por isso remunerado – podem reestabelecer o trabalho doméstico no país, segundo as modalidades oriundas do tempo colonial.

O quarto de empregada como suporte ao trabalho assalariado

Nos EUA, a abolição da escravatura nasceu de uma Guerra Civil (1861-1865). As chagas do conflito e a contrariedade dos antigos senhores do sul (parte derrotada no conflito) em abandonar o modo de produção escravista, deixaram profundas marcas. Uma destas foi a Lei Jim Crow: que autorizava a segregação entre negros e brancos em espaços públicos e privados. Já no Brasil, a Abolição (1888) decorreu do processo de esgotamento das possibilidades de reprodução da mão-de-obra escrava, frente ao bloqueio inglês ao tráfico negreiro, e à emergência do capitalismo como modo de produção globalmente hegemônico. A ausência de uma ruptura violenta, que impusesse o fim da escravidão no Brasil, ajudou a criar o mito da “democracia racial” (destacado na seção anterior), que explicaria o porquê de fenômenos segregacionistas como o da Lei Jim Crow não tomarem lugar no país (SCHWARCZ, 2002, p. 187-188).

Angela Davis remonta uma cena comum na vida cotidiana do sul dos EUA nos anos da Lei Jim Crow: uma senhora negra é vista sentada na parte dianteira do ônibus (lugar destinado aos brancos), quando um homem caucasiano adentra o veículo e interpela ao motorista: “o que aquela mulher está fazendo ali?” Logo, o autor da questão é informado de que a mulher está lá para acompanhar uma criança branca de quem ela cuida, e um silêncio apaziguador toma conta do ambiente (DAVIS, 2018, p. 100). No Brasil, desde que as classes-médias urbanas começaram a morar em edifícios, tornou-se comum a implantação de um “elevador de serviço”, nos prédios de apartamentos. Tais equipamentos não estavam destinados aos médicos que estivessem lá para uma consulta à domicílio, ou aos arquitetos que apareciam para uma visita de trabalho: eram voltados aos trabalhadores de origem social mais humilde, que realizavam serviços braçais¹⁰. Neste contexto não é difícil imaginar o mesmo “silêncio apaziguador” de um condômino quando este via uma serviçal utilizando o “elevador social” para acompanhar o filho de sua patroa.

Figuras 3 e 4 - À esquerda: ônibus segregado na Carolina do Sul (EUA), em conformidade com a Lei Jim Crow – abril de 1956. À direita: uma típica portaria de um edifício brasileiro, em 04/12/1988. Fontes (respectivamente): foto de Hank Walker em History Collection; Custódio Coimbra para o Jornal do Brasil (apud SCHWARCZ, 2002, p.212).



¹⁰ O Brasil foi o único país a instalar em seus edifícios residenciais circulações inteiramente segmentadas desde o pavimento térreo, com uma entrada “social”, e outra de “serviço” (LEMOS, 2017, p. 245).

Evidentemente, não se pretende, aqui, apresentar o caso estadunidense e o brasileiro como idênticos: as formas de exploração e segregação têm origens e cursos próprios em cada um destes países. Todavia, o paralelo acima estabelecido propõe a reflexão sobre as particularidades do processo de segregação no Brasil, ou – caso se queira colocar a questão de outra maneira – sobre a natureza própria da integração entre escravos e brancos, agora articulada mediante a oposição capital/trabalho, no país. Apresentaremos, nesta seção, o quarto de empregadas como arquétipo que sintetiza este processo.

Tal como apresentado na seção anterior, o trabalho doméstico assalariado, suas desigualdades jurídicas e a discriminação racial e de gênero que incidem sobre esta categoria de trabalhadoras remontam à origem escravagista da formação social brasileira: mulheres, sobretudo negras, que mesmo após a abolição assumiram as atividades domésticas, submetendo-se a condições de trabalho degradantes¹¹. Estas condições de desigualdade são espacializadas nos ambientes em que se inserem.

Observando a trajetória das formas de habitação historicamente constituídas no Brasil, constata-se que é possível estabelecer uma correlação entre a senzala e o quarto de empregadas. Reis Filho (2011) descreve a maneira pela qual as primeiras habitações urbanas do Brasil colonial mimetizavam (com materiais e mão-de-obra locais) os paradigmas arquitetônicos da metrópole portuguesa. Esta transposição se dava tanto no âmbito do agenciamento sobre o sítio (casas rentes ao lote), na incorporação de elementos estéticos e de partido (com as adaptações feitas em função das limitações técnicas locais), quanto na proposição de parte da planta e do programa arquitetônico (área social à frente, alcovas ao meio, e cozinha nos fundos).

No que tange este último aspecto, interessa-nos particularmente a presença do cômodo chamado loja, nos sobrados urbanos. Em Portugal, este cômodo alojado sob a forma de um vão no pavimento térreo, era utilizado como espaço de comércio e/ou de produção de manufaturas dos pequenos artesãos urbanos, que habitavam a residência em seu pavimento superior (onde se localizavam os demais cômodos). Já na colônia brasileira, ele será predominantemente empregado como local de alojamento de escravos e animais de tração (que não raro eram adquiridos juntos).

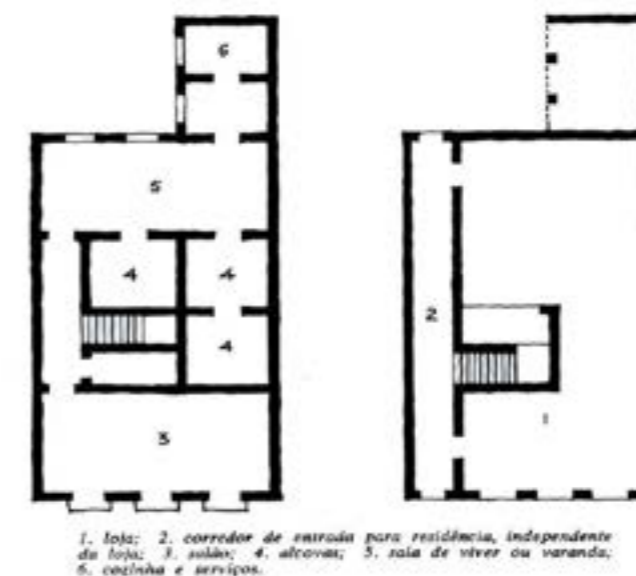


Figura 5 - Planta de típica casa colonial, predominante até o século XVIII. Fonte: Reis Filho, 2011, p.29 (adaptado para o presente trabalho).

¹¹ Segundo DIEESE (2013), em 2011, 92,6% dos trabalhadores domésticos no Brasil eram do sexo feminino. A proporção de mulheres negras era de 61%.

Figura 6 - Planta de casa urbana típica, predominante a partir da segunda metade do século XIX. O quarto de criada fica situado nos fundos do terreno, sendo acessado por um corredor lateral gerado pelo afastamento lateral da edificação em relação ao lote. Fonte: Reis Filho, 2011, p.49 (adaptado para o presente trabalho).



Após a abolição e o início da urbanização brasileira, percebe-se que tal disposição continuará a ser replicada: o quarto de empregadas no fundo do lote então dividirá espaço com a garagem (como pode ser observado no exemplar abaixo, de 1943). A despeito do automóvel ser o referencial de êxito e de modernidade – o que mostra os valores que uma dada formação social tem em estima – não se pode deixar de notar que após todas as mudanças pelas quais o Brasil havia passado desde o período colonial (Independência, Império, República e Revolução de 1930), tal como outrora, a doméstica continuava a coabitar com o bem de consumo responsável pela tração.

Com o processo de adensamento dos centros urbanos e a redução de lotes, os quartos de empregada foram paulatinamente agregando-se ao corpo principal da casa, dando origem a uma setorização contraditória: apesar do dormitório incluir atividades de natureza íntima, o quarto de empregadas e seu banheiro deixam de ser chamados de “dependências” (quando no fundo dos lotes) e passam a ser incorporados ao setor de serviço das residências. Isto se dá pela ligação direta do quarto à lavanderia, cozinha ou copa, sobretudo quando o acesso a estas áreas se dava de forma isolada em relação à entrada principal da residência.

Ainda segundo Reis Filho, a partir da segunda metade do século XIX, com a Lei Eusébio de Queiroz (que proibia o tráfico de escravos), haverá uma progressiva mudança na forma de se empregar a força de trabalho no país, agora também oriunda da migração europeia para fins de assalariamento. Consequentemente, as formas de alojar estes novos trabalhadores domésticos também mudarão. Uma destas mudanças, é a locação do quarto destinado à doméstica (que poderá ser tanto uma escrava quanto um imigrante europeu assalariado) nos fundos do lote, que poderão ser acessados por um corredor lateral (REIS FILHO, 2011, p. 48).

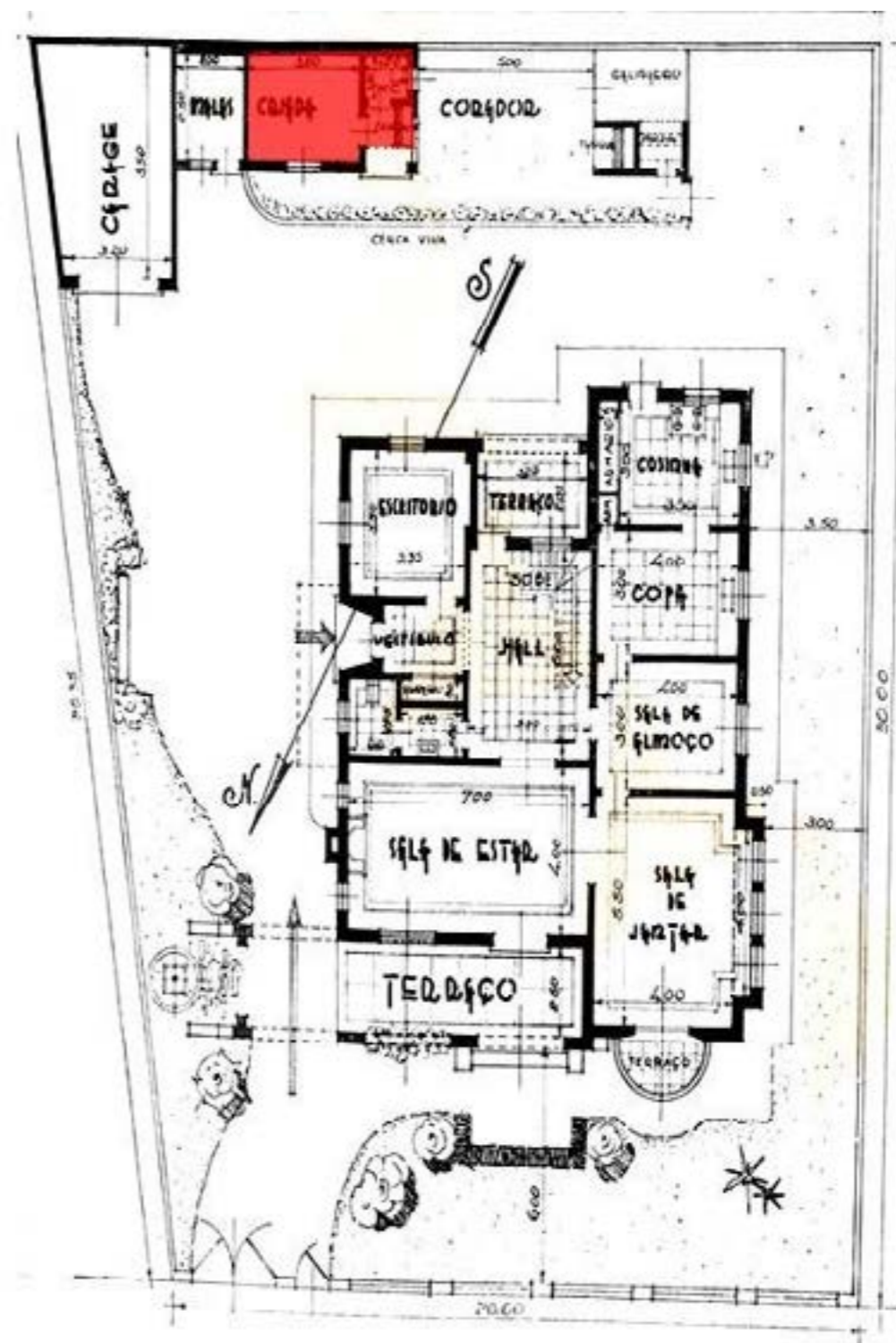
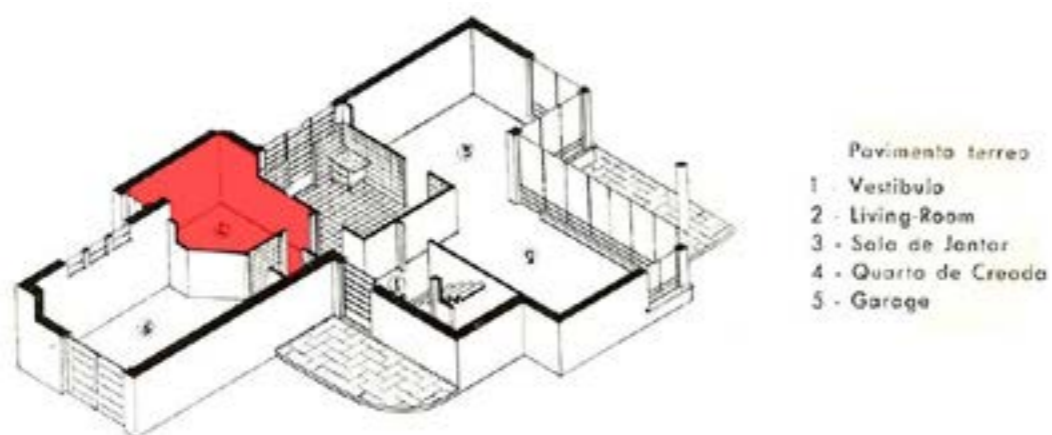


Figura 7 - Planta de residência em São Paulo, bairro da Acimação. O quarto de empregada é anexo à garagem: lado a lado são colocadas as expressões espaciais do que existia de mais moderno em termos de consumo e uma das formas mais anacrônicas de reprodução da força de trabalho. A ideia da doméstica como um utensílio, tal como o carro, é reforçada. Tal como a senzala no período colonial, a dependência de empregada situa-se nos fundos do lote, separada do corpo principal da residência. Fonte: Revista Acrópole, n.60 de 1943, p.437 (adaptada para o presente trabalho).

Figura 8 - Residência no bairro Jardim Paulista, em São Paulo, projetada pelo arquiteto Henrique Mindlin. No editorial, explica-se que o terreno para construção da residência era mais estreito e com testada menor que a habitual. Para maior aproveitamento do terreno, o arquiteto defende a junção da área de serviço ao corpo da residência, otimizando assim o espaço, deixando livre mais área para ajardinamento. A defesa do projeto não se exime, no entanto, de explicar que a proposta inovadora tem “[...]passagem de serviço localizada de modo a não o perturbar”. Fonte: Revista Acrópole, n. 1 de 1938 p.22 (adaptada para o presente trabalho).

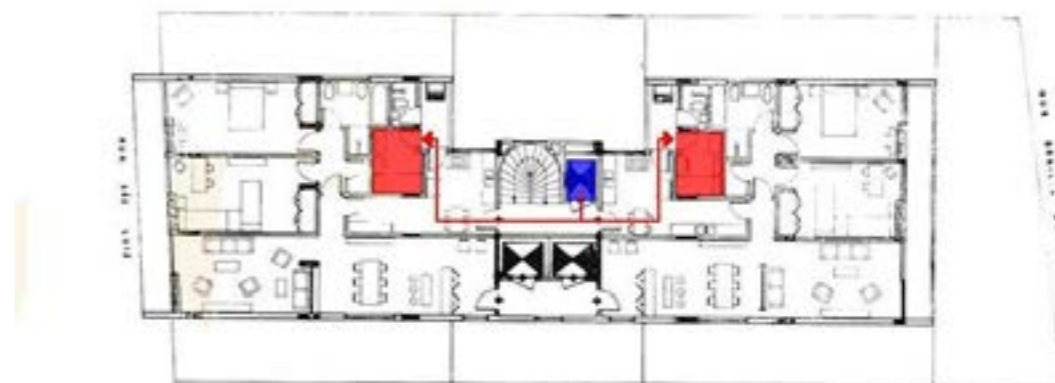


Vê-se que, apesar da negação das infraestruturas coloniais ter sido apontada como uma das bases para o desenvolvimento urbano na era moderna (SEGAWA, 2014, p. 19-20), ao analisar os ambientes domésticos, constata-se que a lógica formal de organização da vida privada colonial perdurou. As idiosincrasias impostas pelo rápido processo de urbanização brasileiro deram origem a cidades com arranha-céus de ar futurista que tinham sob suas fachadas com linhas arrojadas o mesmo programa dos palacetes da Belle Époque.

O desenvolvimento do movimento moderno no Brasil impulsionou as transformações na maneira de morar: o adensamento das cidades continua e a verticalização passam a transformar a paisagem urbana. Os arranha-céus de apartamentos, que foram inicialmente mal vistos pelas classes média e alta, aos poucos passam a ser vendidos como a expressão máxima arquitetônica da modernidade e do estilo de vida da metrópole. A gradativa redução da área útil dos apartamentos aglutinou os quartos de empregada, criando estratégias projetuais para, ainda assim, mantê-los o mais separados possível das áreas social e íntima ocupadas pela família empregadora. A fim de modificar a associação dos prédios com cortiços por parte da parcela da população com maior nível de renda, a completa segregação das circulações de serviço e social nos edifícios passou a ser usada como estratégia de venda das unidades habitacionais. Nos anúncios, celebrou-se a independência das entradas e elevadores sociais em relação aos de serviço; um contrassenso à dependência cotidiana dos patrões em relação às suas domésticas.

Esta redução da área útil dos apartamentos, com o passar das décadas, não eliminou o quarto de empregada, rendendo ao cômodo condições cada vez piores de habitabilidade. O primeiro código de obras de São Paulo, por exemplo, estabelecia em suas tabelas de áreas mínimas que, quanto às normas relativas às dimensões destinadas aos armários “[...] é de permitir quaisquer dimensões contanto que, visivelmente, não possa ser o armário aproveitado como quarto de criada (sic.), pela colocação de uma cama [...]”, revelando assim uma prática projetual habitual nos primeiros decênios da urbanização (ACRÓPOLE, 1938, p. 53). Quanto à persistência e às características das dependências de empregada no programa habitacional brasileiro, Lemos (1978) comenta:

No subconsciente, a criada ainda é a escrava de presença desagradável. O seu quatinho abrindo porta para o terraço do tanque de lavagem ainda é a senzala. O programa em si ainda satisfaz aos desejos da classe média, pois é completo e nele todas as funções estão incluídas quase sem superposições. Mas



acontece que as dimensões paulatinamente foram se reduzindo às expressões mais ridículas [...] Aliás, oficialmente, sempre a empregada doméstica inexistiu nos apartamentos porque seu dormitório pediria área compatível com os mínimos legais. Sempre os quartos de empregadas apareciam nas repartições oficiais, nos processos de aprovação de plantas como despensas, depósitos ou rouparias” (LEMOS, 1978, p. 164-165).

Após a aprovação da Lei Complementar 150 de 2015, as empregadas domésticas passaram a usufruir de direitos equivalentes às demais classes de trabalhadores brasileiros. A oneração deste tipo de contratação para os patrões fez com que fosse reduzido o número de mensalistas (que residiam na casa dos empregadores) e aumentasse o número de diaristas. Neste contexto, alguns trabalhos, como Viana & Trevisan (2016) chegaram a apontar para um progressivo rareamento da presença do quarto de empregadas nos programas arquitetônicos contemporâneos. Entretanto, basta realizar uma breve sondagem nos lançamentos imobiliários da maior metrópole brasileira para compreender que os minguados quartos e, sobretudo, banheiros de empregadas continuam presentes nos programas de apartamentos que possuem área maior que cento e cinquenta metros quadrados. Alguns, ainda mais espaçosos, chegam a ter dois quartos de empregada sem estratégias de ventilação ou insolação direta.

Quanto à utilidade destes aposentos na contemporaneidade, põe-se um novo fenômeno: mediante a atual crise econômica vivenciada no país, em 2017, viu-se novamente o aumento de postos de trabalhos domésticos ocupados, com maior índice de informalidade (SARAIVA, 2017). Com a lei 13.467, aprovada em novembro de 2017, e a nova modalidade de trabalho intermitente (ou seja, jornada de trabalho indeterminada, infringindo o direito de desconexão do ambiente laboral), é possível que se constate cada vez mais quartos como estes novamente ocupados por faxineiras, cozinheiras, babás, cuidadoras e outras categorias ligadas ao ambiente doméstico, ocupações de menor remuneração e mais suscetíveis ao enquadramento nas novas modalidades de trabalho precarizado estabelecidas pela recém-aprovada mudança na CLT (AGÊNCIA ESTADO, 2018).

O quarto de empregadas pode ser considerado um símbolo da marginalização para além dos limites da residência. A fim de compreender a relação entre pobreza, gênero e as dinâmicas urbanas, alguns autores estabelecem o encadeamento entre o aumento do empobrecimento e o aumento de domicílios chefiados por mulheres (Silva, 2007; Mendes, 2004), muitas delas empregadas domésticas. A baixa remuneração e o alto índice de informalidade faz com que estas mulheres, quando não residam na habitação onde trabalham, frequentemente procurem ocupações irregulares como última alternativa de moradia na cidade. A segregação, portanto, é vivida dentro e fora dos ambientes domésticos em que trabalham.

Figura 9 - Edifício de apartamentos no bairro da República, em São Paulo, projetada pelo arquiteto Franz Heep. A fachada de linhas arrojadas e adoção de soluções inovadoras para a época tornam-se contrastantes com o superdimensionamento do número de elevadores. O elevador de serviço (destacado em azul) é estânque em relação ao hall social (onde há mais dois elevadores) e dá acesso direto ao setor de serviço da residência (caminho indicado em vermelho), incluindo o quarto de empregada (área ressaltada também em vermelho). O quarto estabelece ligação direta ao hall onde está o tanque (em frente ao banheiro de empregada), relação vista nas edificações das residências unifamiliares de outrora. Fonte: Revista Acrópole, n. 240 de 1958 p.555 (adaptada para o presente trabalho).

Figura 10 - Edifício de apartamentos construído pela construtora e incorporadora EVEN no bairro Alto da Lapa, em São Paulo. No layout sugerido pela construtora, à esquerda, o quarto de empregadas (em vermelho) é identificado como tal pela relação que estabelece com a cozinha e área de serviço. Sua metragem é de pouco mais de três metros quadrados. Não foi identificada qualquer abertura direta; ao contrário, um dos lados de seu fechamento coincide com a torre do elevador, fonte de forte ruído para quem habita este dormitório. Na planta humanizada disponível no site da empresa, a cama não segue o padrão de dimensões mínimas dos colchões disponíveis no mercado. Há também um banheiro no mesmo setor, cujo acesso se dá pela cozinha. Na segunda opção de layout (à direita) oferecida pela construtora, o quarto de empregadas é eliminado para ampliação da sala, porém o banheiro de empregadas persiste no projeto (em vermelho, à direita). Fonte: even.com.br (adaptada para o presente trabalho).



Considerações finais

No presente artigo, buscou-se estabelecer correlações entre as origens históricas do trabalho doméstico assalariado no Brasil, e o papel desempenhado pelo quarto de empregada como lugar onde as domésticas desenvolvem formas de sociabilidade particulares.

Para tanto, construiu-se o entendimento de que o trabalho doméstico é uma atividade oriunda do Brasil colonial e escravista - onde a ama de leite e a mucama seriam doravante mitificadas como “mães pretas”. Dessarte, o trabalho buscou desvelar as formas de racismo e segregação camufladas sob o véu discursivo da “democracia racial”, segundo o qual a miscigenação do período colonial teria mitigado o conflito racial no país.

Por meio de uma breve reconstituição histórica das posições assumidas pelos quartos de empregadas na arquitetura residencial brasileira, foi possível aferir o caráter falacioso contido no discurso da “harmonia racial”, haja vista o conteúdo demofóbico e segregacionista de medidas como: adoção de entradas e elevadores de serviço apartadas das circulações “sociais”; e a persistência do banheiro exclusivo para a doméstica, mesmo nas plantas de edificações que não dispõem de dependência de empregada.



Entende-se que o quarto de empregada é, portanto, o arquétipo arquitetônico do processo de exploração e opressão das trabalhadoras domésticas. Ele especializa e sintetiza os mecanismos de reprodução da força de trabalho e o discurso ideológico que permeiam a relação empregador/empregada doméstica no Brasil. Advoga-se, por fim, pela continuidade e aprofundamento do estudo desta temática, no sentido de ampliar o debate concernente às distintas formas de sociabilidade vivenciadas pela categoria profissional em estudo.

Referências Bibliográficas

ACRÓPOLE, São Paulo, ano I, n.7, novembro 1938. Disponível em: <http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/7>. Acesso em: 21 set. 2018.

Figuras 11 e 12 - À esquerda: A costureira norte-americana Rosa Parks, que se tornou uma das pioneiras na luta pelos direitos civis nos EUA, quando em 1955 se recusou a ceder o seu lugar no ônibus a um homem branco, sendo presa por isso, e gerando o que seria o estopim para o início da luta antissegregação naquele país. À direita: Carolina de Jesus, catadora de papel e habitante de uma favela em São Paulo, que a partir de seu livro “Quarto de despejo” (um dos títulos mais importantes da literatura brasileira no século XX), de 1960, tornou-se a primeira escritora negra do Brasil a ter amplo reconhecimento. Fontes (respectivamente): Ebony Magazine em Wikipédia e acervo da revista O Cruzeiro em Portal Uai.

AGÊNCIA ESTADO. Trabalho doméstico aumenta via informalidade, diz pesquisador do IBGE. Pequenas Empresas Grandes Negócios, São Paulo, v. publicação online, 31 jul. 2018. Disponível em: <https://revistapegn.globo.com/estado/noticia/2018/07/trabalho-domestico-aumenta-informalidade-diz-pesquisador-do-ibge.html>.

AMA-DE-LEITE com criança. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2019. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra19648/ama-de-leite-com-crianca>. Acesso em: 20 maio 2019.

ÁVILA, M. B. O tempo do trabalho doméstico remunerado: entre cidadania e servidão. In: ABREU, A. R. D. P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. (.). Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 137-148.

BRASIL. Lei Nº 11.324 de 19 de julho de 2006. Altera dispositivos das Leis nºs 9.250, de 26 de dez. de 1995, 8.212, de 24 de jul. de 1991, 8.213, de 24 de jul. de 1991, e 5.859, de 11 de dez. de 1972; e revoga dispositivo da Lei nº 605, de 5 de jan. de 1949. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 julho 2006. seção 1, p.1.

BRASIL. Lei Complementar Nº 150 de 1º de junho de 2015. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis nº 8.212, de 24/07/1991, nº 8.213, de 24/07/1991, e nº 11.196, de 21/11/2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei nº 8.009, de 29/03/1990, o art. 36 da Lei nº 8.213, de 24/07/1991, a Lei nº 5.859, de 11/12/1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26/12/1995; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 junho 2015. seção 1, p.1.

DALLA COSTA, M. R. Las mujeres y la subversion de la comunidad. In: DALLA COSTA, M. R. & J. S. El poder de la mujer y la subversion de la comunidad. Cidade do México: Siglo XXI Editores, 1977. p. 22-65.

DAVIS, A. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2018.

DEÁK, C. Em Busca das Categorias da Produção do Espaço. São Paulo: Annablume, 2016.

DIEESE. Emprego Doméstico no Brasil. Estudos e Pesquisas, São Paulo, n. 68, agosto 2013. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/estudosetorial/2013/estPesq68empregoDomestico.pdf>. Acesso em: 5 out. 2018.

EVEN. Martese Alto da Lapa. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.even.com.br/martesealtodalapa>. Acesso em: 20 maio 2019.

FELIX, Walter. Legado de Carolina de Jesus é tema do projeto Chá com Letras desta terça (27). Portal Uai, Belo Horizonte, 27 mar. 2018. Disponível em: <https://www.uai.com.br/app/noticia/artes-e-livros/2018/03/27/noticias-artes-e-livros,224496/legado-de-carolina-de-jesus-e-tema-do-projeto-cha-com-letras.shtml>. Acesso em: 20 maio 2019.

FERNANDES, F. O significado do protesto negro. São Paulo: Cortez, 1989.

FREYRE, G. Casa Grande & Senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. São Paulo: Global, 2003.

HEEP, F.A. Edifício de Apartamentos. Acrópole, São Paulo, n.240, out. 1958, p. 554-555. Disponível em: <http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/240>. Acesso em: 20 maio 2019.

JESUS, C. M. D. Quarto de Despejo: Diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2001.

LEMOS, C. Nos processos de domesticidade, a superposição de práticas cotidianas no mesmo espaço arquitetônico. In: BRITO, F., et al. Domesticidade, gênero e cultura material. São Paulo: Edusp, 2017. p. 241-252.

LEMOS, C. A. C. Cozinhas, etc.: um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LÊNIN, V. I. U. Uma Grande Iniciativa. In: LÊNIN, V. I. U. Obras Escolhidas. São Paulo: Alfa Ômega, 1980. p. 139-160.

MANSSUR, R. Socialite Regina Manssur fala sobre a PEC das Domésticas. Portal IG - youtube.com, 02 abr. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=URsKrTQI7mg>. Acesso em: 20 maio de 2019.

MELLO, J. M. C. D.; NOVAIS, F. A. Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna. In: NOVAIS, F. A.; SCHWACZ, L. M. História da Vida Privada no Brasil 4: Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 559-658.

MENDES, M. A. Mulheres Chefes de Domicílios em Camadas Pobres: trajetória. In: Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP, Caxambu - MG, 20 - 24 setembro 2004. 1 - 11. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1461/1426>. Acesso em: 18 set. 2018.

MILLER, J. These Horrifying Photos Taken in the Jim Crow South Will Turn Your Stomach. History Collection, New York (EUA), 2019. Disponível em: <https://historycollection.co/photos-life-injustice-jim-crow-south/>. Acesso em: 20 maio 2019.

MINDLIN, H. Residência para o Sr. G. Aberkamp. Acrópole, São Paulo, n. 1, maio 1938, p.21-26. Disponível em: <http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/1>. Acesso em: 20 maio 2019.

MUCAMA. In: Grande Dicionário Houaiss. Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br/>. Acesso em 20 maio 2019.

OLIVEIRA, F. Crítica à razão dualista. São Paulo: Boitempo, 2003.

QUE HORAS ela volta. Produção e direção: Anna Muylaert. São Paulo (BR): Gullane, Africa Filmes e Globo Filmes, 2015. 1 DVD (112 min.).

REIS FILHO, N. G. Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2011.

RONCADOR, S. A doméstica imaginária: literatura, testemunhos e a invenção da empregada doméstica no Brasil (1889-1999). Brasília: Editora UnB, 2008.

ROSA Parks. In: Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Rosa_Parks. Acesso em: 20 maio 2019.

SARAIVA, A. Trabalho doméstico reduz desocupação, mas reforça informalidade. Agência IBGE Notícias, 30 nov. 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18435-trabalho-domestico-reduz-desocupacao-mas-reforca-informalidade>. Acesso em: 20 maio 2019.

SCHWARCZ, L. M. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: NOVAIS, F. A. & S. L. M. História da Vida Privada no Brasil 4: Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 173-244.

SEGAWA, H. Arquiteturas no Brasil 1900-1990. São Paulo: Edusp, 2014.

SEVCENKO, N. O prelúdio republicano, astúcias e ilusões do progresso. In: NOVAIS, F. A.; SEVCENKO, N. História da Vida Privada no Brasil 3: República da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 7-48.

SILVA, J. M. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. Geosul: Revista do departamento de geociências - CFH/UFSC, Florianópolis, v. 22, n. 44, p. 117 - 134, jul-dez 2007.

TELLES, L. F. D. S. Mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1889-1920). São Paulo: Alameda, 2013.

VALLS, J. A. Residência á rua Alabastro n. 372 - Aclimação - São Paulo. Acrópole, São Paulo, n. 60, abr. 1943, p.437-440. Disponível em: <http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/60>. Acesso em: 20 maio 2019.

VALOR ECONÔMICO. Parcela de mulheres empregadas como domésticas é a menor em 3 décadas. Valor Econômico, 23 abr. 2015. Disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/4018956/parcela-de-mulheres-empregadas-como-domesticas-e-menor-em-3-decadas>. Acesso em: 20 mai. 2019.

VIANA, M. B. X.; TREVISAN, R. O “Quartinho de Empregada” e seu Lugar na Morada Brasileira. Anais do Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo , p. 1-22, 2016.

GEOGRAFIA DE GÊNERO: Domicílios Chefiados por Mulheres na Cidade de Porto Alegre

Leticia Casagrande Dupont¹
Clarice Maraschin²

Resumo

Este presente trabalho aborda as relações de gênero no espaço urbano, desenvolvendo uma análise preliminar da distribuição socioespacial das mulheres-chefes de domicílios na cidade de Porto Alegre. Os objetivos desse trabalho são: a) analisar a distribuição espacial dos chefes de domicílio mulheres e homens em Porto Alegre; e b) comparar alguns aspectos socioeconômicos e culturais entre ambos. A metodologia do estudo se baseia no uso de ferramentas estatísticas e de geoprocessamento com base nos dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010. Os resultados evidenciam uma distribuição quantitativa equânime: os domicílios em Porto Alegre são praticamente divididos entre chefias de homens e mulheres. No entanto, foi possível identificar algumas diferenças na distribuição espacial entre domicílios chefiados por homens e mulheres e nas suas condições de renda e alfabetização. Tais evidências reforçam a condição de desigualdade socioespacial entre homens e mulheres.

Palavras-chave: relações de gênero, análise socioespacial, chefia feminina.

GENDER GEOGRAPHY: Households Led by Women in the City of Porto Alegre

Abstract

This paper deals with gender relations in urban space, through a preliminary analysis of the socio-spatial distribution of female heads of households in the city of Porto Alegre. The objectives of this study are: a) to analyze the spatial distribution of male and female heads of households in Porto Alegre; and b) to compare some socioeconomic and cultural aspects between both. The methodology of the study is based on the use of statistical and geoprocessing tools based on data from the 2010 IBGE Demographic Census. The results show an equal quantitative distribution: households in Porto Alegre are practically divided between male and female heads. However, it was possible to identify some differences in the spatial distribution between domiciles headed by men and women and in their income and literacy conditions. Such evidence reinforces the condition of socio-spatial inequality between men and women.

Keywords: gender relations, socio-spatial analysis, female leadership.

¹ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – E-mail: leticiadupont@gmail.com

² Professora associada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – E-mail: clarice.maraschin@ufrgs.br

Introdução

Os avanços na conquista dos direitos das mulheres ao longo das décadas trouxeram reflexos sociais em diversas instâncias, entre elas, na família e no mercado de trabalho. A autonomia feminina é também observada em mudanças na configuração dos arranjos familiares, contribuindo no crescimento do número de mulheres responsáveis pelos domicílios e, de acordo com os dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, representando quase a mesma proporção que das famílias chefiadas por homem em Porto Alegre.

Diante dessas transformações, busca-se aprofundar as relações de gênero enquanto agentes centrais na construção do espaço urbano. Como forma de unir a categoria de gênero ao conceito de espaço, utiliza-se de análises espaciais a fim de observar as desigualdades existentes entre homens e mulheres. Será dada ênfase à uma abordagem espacial, porém que revelará diversos aspectos enraizados na sociedade quanto à condição feminina. Este trabalho tem como objetivos: a) analisar a distribuição espacial dos chefes de domicílio mulheres e homens em Porto Alegre; e b) comparar alguns aspectos socioeconômicos e culturais entre ambos. A metodologia do estudo se baseia no uso de ferramentas estatísticas e de geoprocessamento com base nos dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010.

O restante do artigo está organizado conforme segue. A próxima sessão apresenta o referencial teórico do estudo, abordando inicialmente as transformações do papel da mulher na sociedade que repercutiram em mudanças na própria constituição das famílias. Na sequência, apresenta-se uma breve revisão da questão do gênero associada à dimensão espacial das cidades. A terceira sessão traz a metodologia do trabalho e a quarta apresenta os principais resultados e discussões sobre o estudo empírico em Porto Alegre. O trabalho finaliza com algumas evidências permitidas pela análise bem como aponta possibilidades de continuidade da pesquisa nesse tema.

Mulheres chefes de domicílios

Os dados que fazem parte do estudo “Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios”, coordenado pela Escola Nacional de Seguros, e mostram que de 2001 a 2015, as famílias chefiadas por mulheres mais que dobraram em termos absolutos (105%), passando de 14,1 milhões em 2001 para 28,9 milhões em 2015. Em termos percentuais, as famílias chefiadas por homens diminuíram de 72,6% em 2001 para 59,5% em 2015, enquanto o percentual de famílias chefiadas por mulheres subiu de 27,4% para 40,5%, no mesmo período. O crescimento da chefia feminina é uma tendência nacional e a cidade de Porto Alegre acompanhou o crescimento no país: o número de mulheres responsáveis pelos domicílios aumentou 30,82% do ano de 2000 a 2010 (IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010). São diversas as explicações para o crescimento do número de famílias chefiadas por mulheres, entre elas estão as mudanças nos padrões de comportamento social e cultural, a reconfiguração dos arranjos familiares e ao empoderamento feminino, associado à uma maior autonomia financeira.

O aumento do número de famílias chefiadas por mulheres está relacionado às mudanças no comportamento social e cultural da sociedade. Estudos do Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2017 apontaram a maior aceitação de modelos menos tradicionalistas, nos quais são toleradas famílias em que não sejam apenas homens as pessoas de referência. Sendo assim, “embora seja fácil encontrar manifestações concretas do tradicional patriarcado, o poder masculino absoluto não é mais a regra

e o país passa por um lento, mas continuado, processo de despatriarcalização” (CAVERNAGHI e ALVES, 2018).

A maior participação das mulheres no mercado de trabalho e a crescente escolarização delas contribuíram não apenas para a maior autonomia e independência financeira feminina diante do homem como também traz repercussões no âmbito familiar, levando a interferências diretas na relação da família e na organização e configuração dos arranjos familiares. As transformações da sociedade possibilitaram uma maior pluralidade na organização das famílias e não há um modelo único de família, existem uniões monoparentais femininas, masculinas e homoafetivas, que podem ter ou não filhos. Nesse contexto, Moraes (2014) afirma que “a diversidade de arranjos familiares que conhecemos hoje (monoparentais, unipessoais, famílias recompostas, homoafetivas, etc.) é decorrente de transformações no contexto societário mais amplo”.

Assim, embora haja semelhanças nas vivências das mulheres chefes de domicílios, não se pode considerar uma categoria única e homogênea de mulher, uma vez que por trás de cada uma há uma diversidade de trajetórias e experiências (MACÊDO, 1999; MENDES, 2004). Dessa forma, “ser chefe de família, pobre e negra, ao invés de branca das camadas médias constitui dimensões que não podem ser separadas” (MACÊDO, 2001, p.61), pois reflete em diversas dimensões de acesso a bens culturais e materiais.

Soares (2011) ressalta que as autoras das mais diversas vertentes do feminismo, desde as mais radicais até as conservadoras, relacionam a “feminização da pobreza” com dois elementos: o aumento da chefia feminina como indicador de pobreza e a inserção das mulheres no mercado de trabalho de forma subalternizada. No entanto, o aumento no número de lares chefiados por mulheres “não pode ser associado automaticamente com os processos de exclusão e vulnerabilidade social e muito menos à perspectiva da feminização da pobreza” (CAVERNAGHI e ALVES, 2018).

Geografia e gênero

Segundo Reis (2015) realizar uma análise geográfica do tecido social incorporando as teorias de gênero permite desvendar as manifestações espaciais e territoriais de diversos grupos sociais que, por meio de suas práticas, constroem diferentes espaços geográficos, pois o gênero é uma das relações estruturantes que situa o indivíduo no mundo. O propósito central de tal abordagem é examinar até que ponto os homens e as mulheres experimentam de forma diferente os lugares e os espaços, mostrando que tais diferenças formam parte da constituição social tanto do lugar quanto do gênero.

Diniz (2002) apresenta uma revisão de literatura internacional sobre geografia e gênero, identificando estudos que analisaram diferenças entre homens e mulheres em vários aspectos espaciais. Segundo o autor, baseado na realidade de Tucson, Arizona Rosenbloom e Burns (1989) revelaram que as mulheres são mais propensas a dirigir até o local de trabalho do que os homens, apesar de na média morarem mais próximas aos locais de trabalho. Apesar da maior proximidade ao local de trabalho, o tempo médio de deslocamento entre residência e trabalho das mulheres é superior ao dos homens. Tais inconsistências são explicadas pelo acúmulo de funções sociais desempenhada pelas mulheres, uma vez que além do trabalho assalariado, as mulheres mantêm a responsabilidade pelo cuidado dos filhos e manutenção da casa. Portanto, ao longo dos deslocamentos entre residência e trabalho, inúmeras tarefas são realizadas, tais como visitas ao supermercado, médico das crianças, reuniões

entre pais e professores, etc. (Diniz, 2002:6)

Outro trabalho (Jones e Kodras, 1990, apud Diniz, 2002) examina a dimensão geográfica da feminização da pobreza nos Estados Unidos. Os autores discutem o crescimento do fenômeno e revelam um forte padrão concentrador, encontrando-se as mulheres chefes de domicílio abaixo da linha da pobreza sobretudo na porção sul dos Estados Unidos. Três explicações são ofertadas para o crescente fenômeno: a reestruturação familiar, mudanças no sistema de bem-estar social e o próprio status da mulher no trabalho. Enquanto na América Latina, estudo (Rogers, 1995 apud Novellino, 2008) analisando os dados para a República Dominicana, concluiu que, neste país, os domicílios chefiados por mulheres não eram mais pobres que aqueles chefiados por homem. No caso brasileiro, Mendes (2004) afirma que o crescimento do número de mulheres responsáveis pelos domicílios, indicado nas estatísticas nacionais, mais do que representar mudança de gênero na provisão econômica familiar ou autonomia feminina indica, em se tratando de camadas pobres, a condição de vulnerabilidade de tais mulheres.

Diniz (2002) desenvolve estudo comparativo em Belo Horizonte verificando que as mulheres apresentam um nível de escolaridade mais baixo, bem como apresentam-se concentradas em faixas de renda inferiores. Do ponto de vista da forma de ocupação de imóveis, as mulheres apresentam-se em situação menos vantajosas, estando mais vinculadas ao aluguel que os homens. Segundo o autor, contrariando a tese da condição social precarizada, seu estudo revela que, do ponto de vista espacial, as mulheres chefes de domicílio encontram-se concentradas sobretudo no entorno do centro da cidade, estando assim inseridas em contextos mais atraentes que os homens, gozando de maior acesso à infraestrutura urbana como água, esgoto, coleta de lixo, iluminação pública e pavimentação. A explicação para isso seria que, sendo grande parte das mulheres responsáveis por domicílios detentoras de responsabilidades múltiplas, as localizações nas cercanias dos locais de trabalho são favorecidas. Por outro lado, não se pode esquecer que no centro da cidade estão concentrados boa parte dos empregos no setor terciário, sobretudo da administração no qual as mulheres abundam (Diniz, 2002:29).

É importante destacar também o papel que a apropriação diferenciada do espaço urbano desempenha nesses processos. Maricato (2003:152) assume que “a segregação urbana ou ambiental é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma”. Para a autora, a segregação territorial, com sua materialização espacial, está no centro da desigualdade social, uma vez que o valor da terra faz com que grupos de indivíduos de menor poder na sociedade ocupem lugares com menos infraestruturas e com isso tenham menos acesso à equipamentos e oportunidades. Carlos (2008) parte da premissa de que a ocupação dos espaços urbanos é resultado de uma hierarquia social. O espaço se torna, assim, um meio de dominação social e produto resultante dessa dominação (Carlos, 2001).

Metodologia

Visando analisar a distribuição socioespacial da condição das mulheres na cidade de Porto Alegre, a metodologia do trabalho se baseia na análise socioespacial através do uso de ferramentas estatísticas e de geoprocessamento. A manipulação do banco de dados, desde sua construção, sistematização e compatibilização, bem como organização e análise dos resultados, foi realizada no ArcGIS, v.10.1 (ESRI, 2012), que é um software de ambiente SIG (Sistema de Informações Geográficas). O SIG é um sistema automatizado que permite o armazenamento, tratamento e análise de dados georreferenciados. Nele são associadas informações geográficas a bancos de

dados convencionais.

São utilizados os dados do Censo Demográfico de 2010, do IBGE, desagregados por setores censitários. As delimitações dos setores são estabelecidas pelo IBGE para fins de coleta e controle cadastral. A razão pela qual foram utilizados os dados por setores censitários deve-se ao fato destes serem as menores unidades territoriais para as quais os dados do Censo estão disponíveis. Além disso, a espacialização de dados na menor escala disponível possibilita análises mais profundas do espaço urbano, visto que a cidade possui significativas diferenciações socioeconômicas, inclusive em áreas próximas.

As variáveis analisadas (tabela 1) foram relacionadas aos responsáveis pelos domicílios particulares permanentes de Porto Alegre. Os responsáveis foram desagregados por gênero e, para a comparação de alguns aspectos socioeconômicos e culturais entre homens e mulheres, foram selecionadas as variáveis de alfabetização e rendimento médio mensal (figura 1).

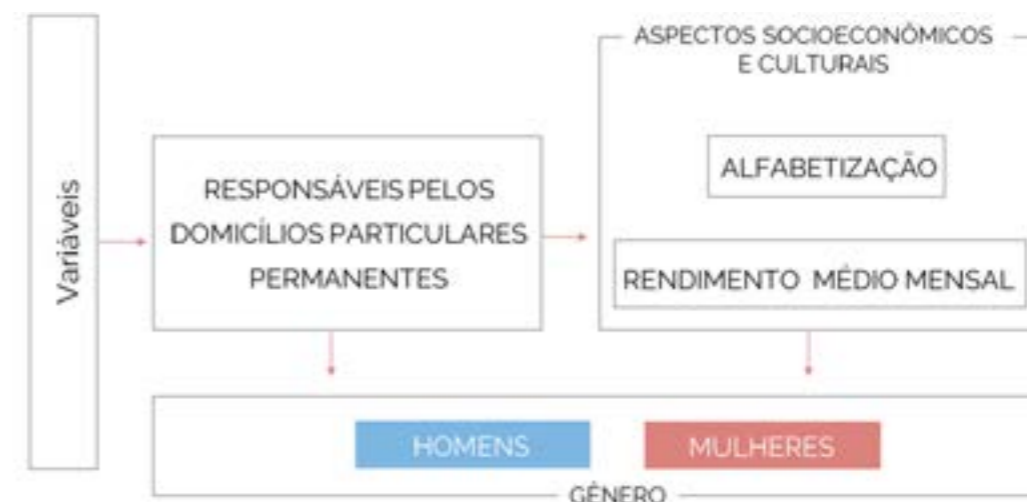


Figura 1: Diagrama da metodologia por grupos de variáveis. Fonte: autoras.

Aspecto analisado	Planilhas e variáveis do Censo 2010	Procedimento estatístico
Quantidade de domicílios chefiados por homens e mulheres	Arquivo Domicílio, características gerais: Planilha Domicílio01 V002 – Total de Domicílios Particulares Permanentes	Porcentagens de Domicílios particulares permanentes com homem responsável: $\% = \frac{[V062 + \dots + V068]}{V002} \times 100$
	V062 até V068 - Domicílios particulares permanentes com homem responsável V081 até V087 - Domicílios particulares permanentes com mulher responsável	Porcentagens de Domicílios particulares permanentes com mulher responsável: $\% = \frac{[V081 + \dots + V087]}{V002} \times 100$
Alfabetização dos responsáveis pelo domicílio	Arquivo Responsável pelo domicílio, mulheres: Planilha Responsável01 V001 – Total de pessoas responsáveis, do sexo feminino V093 – Total de pessoas alfabetizadas responsáveis, do sexo feminino	Porcentagens de Domicílios particulares permanentes com mulher alfabetizada responsável: $\% = \frac{V093}{V001} \times 100$
	Arquivo Responsável pelo domicílio, total e homens: Planilha Responsável02 V109 – Total de pessoas responsáveis, do sexo masculino V201 – Total de pessoas alfabetizadas responsáveis, do sexo masculino	Porcentagens de Domicílios particulares permanentes com homem alfabetizado responsável: $\% = \frac{V201}{V109} \times 100$
Renda dos responsáveis pelo domicílio	Arquivo Renda da Pessoa Responsável: Planilha ResponsávelRenda V042 – Total de pessoas responsáveis com ou sem rendimento, do sexo masculino V044 – Total do rendimento nominal mensal das pessoas responsáveis, do sexo masculino	Rendimento Médio Mensal dos homens responsáveis pelos domicílios particulares permanentes: $\text{Média} = \frac{V044}{V042}$
	V064 – Total de pessoas responsáveis com ou sem rendimento, do sexo feminino V066 – Total do rendimento nominal mensal das pessoas responsáveis, do sexo feminino	Rendimento Médio Mensal das mulheres responsáveis pelos domicílios particulares permanentes: $\text{Média} = \frac{V066}{V064}$

Tabela 1: Relação de variáveis e procedimento estatístico utilizado para cada aspecto analisado. Fonte: as autoras.

Resultados e discussão

O estudo empírico deste trabalho é a cidade de Porto Alegre, que conta com 1.409.351 habitantes (IBGE, 2010). A Figura 1 apresenta a localização da cidade no estado do Rio Grande do Sul e sua área urbanizada.

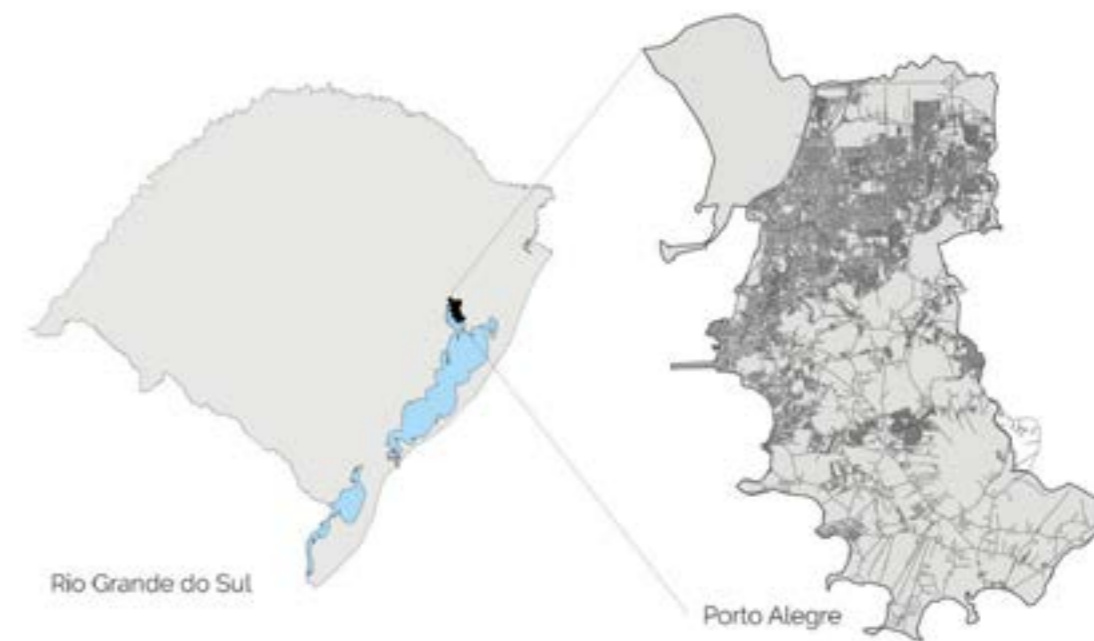


Figura 2: Localização de Porto Alegre no estado do Rio Grande do Sul (esquerda) e mapa do município de Porto Alegre com a representação da malha viária (direita). Fonte: autoras.

O número de mulheres responsáveis pelos domicílios vem aumentando no país, em 2000 as mulheres chefiavam 24,9%, em 2010 essa proporção cresceu para 38,7% (IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010). Acompanhando o crescimento nacional, o número de mulheres responsáveis pelos domicílios vem aumentando na cidade de Porto Alegre. Em 2000, as mulheres representavam 38,12% dos responsáveis por domicílios, passando para 49,87% em 2010 (tabela 2). Em variação percentual, nota-se o aumento de 30,82% de mulheres chefiando os domicílios em comparação com os homens, de 2000 a 2010 (tabela 3). Cabe ressaltar que o percentual de mulheres residentes em Porto Alegre é superior ao percentual de homens, segundo os dados do Censo de 2010, 53,61% da população porto-alegrense é representada por mulheres. Analisando a distribuição espacial dos domicílios chefiados pelos dois gêneros (figura 2), uma primeira observação dos mapas evidencia que os domicílios chefiados por

mulheres estão distribuídos em toda a cidade. No entanto, a região central concentra a maior parte dos setores censitários com porcentagens de 57,2% até 77,6% dos domicílios chefiados por mulheres. Assim, identificou-se uma concentração nas áreas mais centrais: Centro Histórico e bairros peri-centrais. Estas são áreas de maior concentração de empregos, infraestrutura e grande densidade populacional.

Ao observar o mapa de homens responsáveis pelos domicílios percebe-se uma distribuição mais periférica, as áreas do Extremo Sul e Zona Norte tiveram a maior concentração de setores censitários com porcentagens superiores a 57,2% dos domicílios chefiados por homens. Além disso, foi necessária a criação de uma nova classe na legenda do mapa, representando os percentuais de 77,7% até 85,7%, percentuais os quais não estavam presentes no mapa de distribuição espacial da chefia feminina. Foram contabilizados 12 setores censitários nessa nova classe e nenhum deles localiza-se na região central e peri-central.

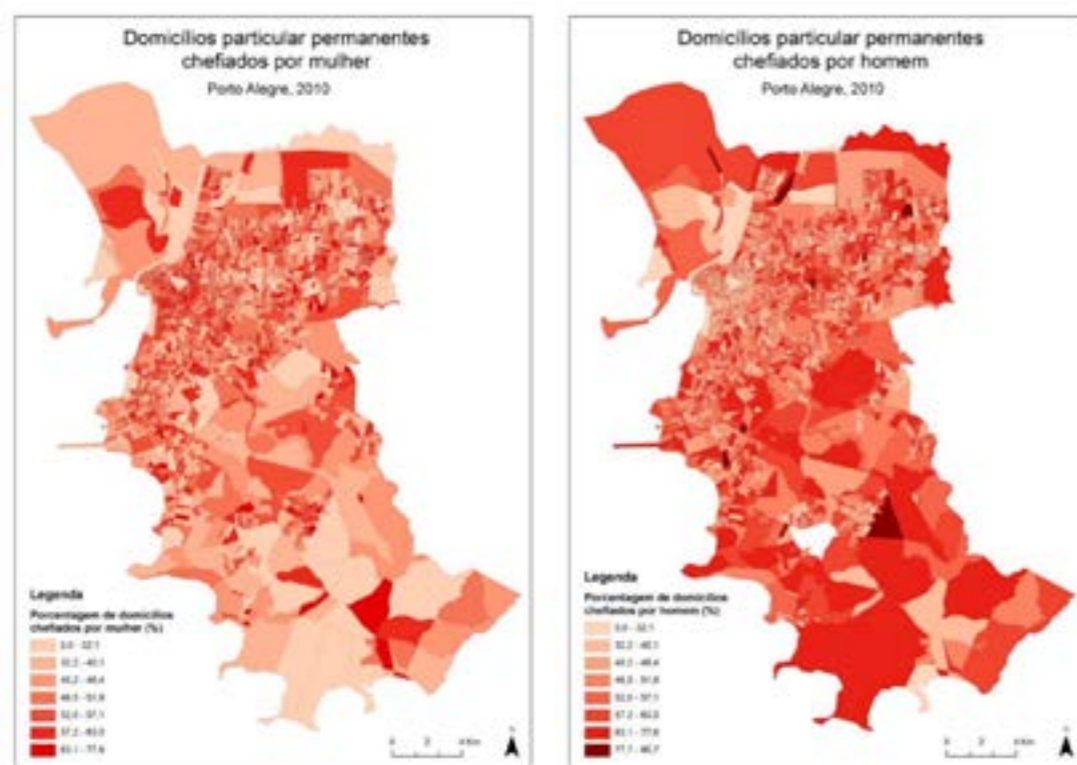
Responsáveis por Domicílios em Porto Alegre	2000		2010	
	Valor Absoluto	Percentual (%)	Valor Absoluto	Percentual (%)
Homens	273.621	61,88%	254.878	50,13%
Mulheres	168.583	38,12%	253.578	49,87%
Total	442.204	100 %	508.456	100%

Tabela 2: Valores absolutos e percentuais dos responsáveis por domicílios homens e mulheres na cidade de Porto Alegre. Fonte: Observatório da Cidade de Porto Alegre

Responsáveis por Domicílios em Porto Alegre	Variação (em percentual) no período de 1991 a 2010	
	1991 - 2000	2000 - 2010
Homens	Diminuiu 13,03%	Diminuiu 18,99%
Mulheres	Aumentou 32,12%	Aumentou 30,82%

Tabela 3: Variação em valores percentuais dos responsáveis por domicílios homens e mulheres na cidade de Porto Alegre no período de 1991 a 2010. Fonte: Observatório da Cidade de Porto Alegre

Figura 3: Proporção de domicílios chefiados por mulheres (esquerda) e por homens (direita) em Porto Alegre, por setor censitário. Fonte: dados do Censo IBGE, 2010.



Aspectos Culturais – alfabetização dos responsáveis por domicílio

A pesquisa Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do censo demográfico 2010, realizada pelo IBGE, comparou os dados do Censo dos anos de 2000 e 2010 e revelou o aumento da escolaridade das mulheres a nível nacional. Os dados estão desagregados por idade: na faixa etária de 18 a 24 anos, a taxa de frequência escolar líquida das mulheres aumentou de 38,6%, em 2000, para 52,2% em 2010; representando um crescimento de 35,2% de 2000 para 2010. Comparando a escolaridade de homens e mulheres, no nível superior se encontra a maior e mais evidente diferença na escolaridade entre os gêneros no Brasil: em 2010, foi de 15,6% o percentual de homens que completaram a graduação, enquanto o percentual das mulheres chegou a 21,5%.

No que diz respeito a escolaridade dos chefes de domicílio na cidade de Porto Alegre, estudos realizados pelo Observatório da Cidade de Porto Alegre³, com base nos dados do Censo IBGE de 2000, mostraram que as mulheres possuíam, em média, 8,7 anos de estudos, enquanto os homens tinham, em média, 9,3 anos de estudo. Nos questionários do Censo Demográfico de 2010 não foram incluídas perguntas sobre os anos de estudos dos chefes dos domicílios desagregados por gênero, impossibilitando a comparação entre os anos 2000 e 2010. Por essa mesma razão, a análise da escolaridade presente neste trabalho se restringiu ao número absoluto de alfabetizados, não levando em consideração o nível educacional. No entanto, análises do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009 para Porto Alegre mostraram que em relação ao nível de estudo, em média, as mulheres chefes de domicílios possuem mais anos de estudo do que os homens chefes, porém, a diferença é pouco significativa: as mulheres apresentam em média 7,1 anos de estudo, enquanto os homens apresentam 6,9.

No que se refere à alfabetização dos responsáveis por domicílios, os dados do Censo de 2010 evidenciam uma distribuição quantitativa semelhante: de todos os domicílios com responsáveis alfabetizados, 50,44% deles são chefiados por homens e 49,55% pelas mulheres (tabela 4).

Total de domicílios com responsáveis alfabetizados em Porto Alegre	2010	
	Valor Absoluto	Percentual (%)
Homens	250.868	50,44%
Mulheres	246.426	49,55%
Total	497.294	100 %

Tabela 4: Valores absolutos e percentuais dos responsáveis alfabetizados por domicílios na cidade de Porto Alegre. Fonte: Censo IBGE 2010

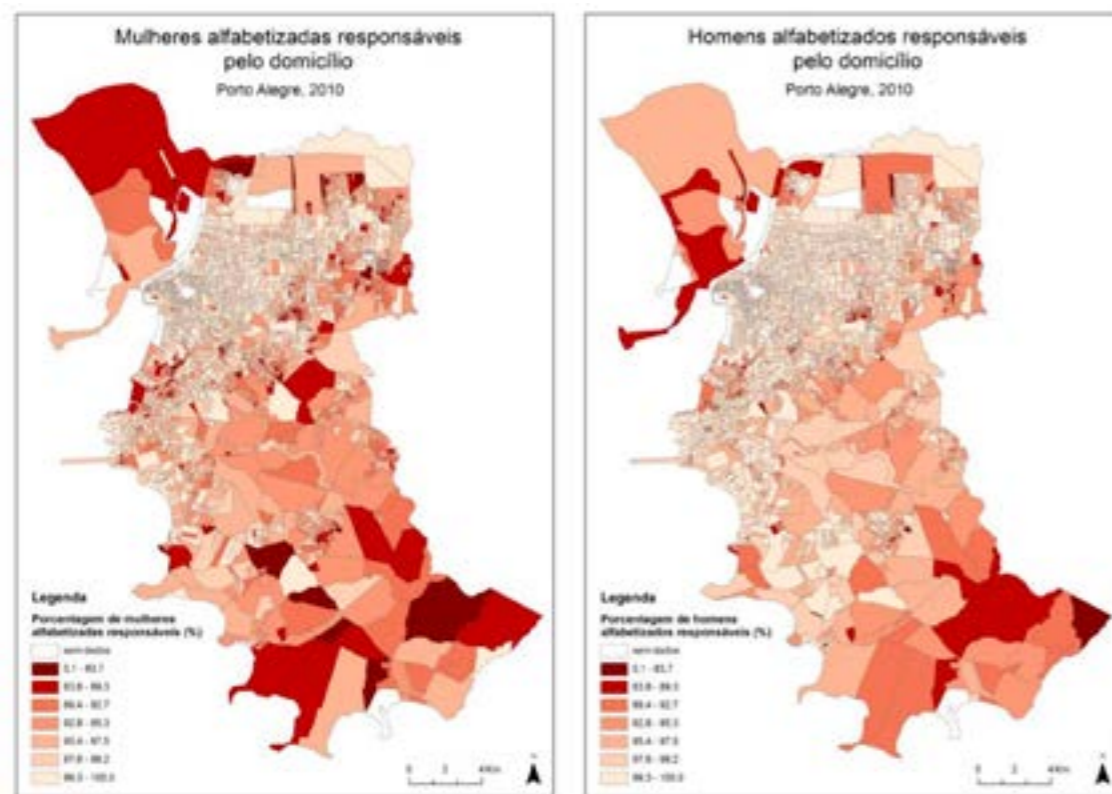
Analisando a espacialização dos dados (figura 3), as cores mais fortes representam os mais altos percentuais de analfabetismo entre os responsáveis de domicílios. Pode-se observar que as áreas mais densas e com melhor infraestrutura da cidade são ocupadas pela população com os mais altos índices de alfabetização dos responsáveis, tanto homens quanto mulheres.

Nesse contexto, cabe lembrar que o processo de urbanização das cidades brasileiras é marcado pela desigualdade no espaço urbano. A partir da década de 50, em que

3 Informações retiradas do Sistema Nacional de Informações de Gênero (SNIG), disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/>> Acesso em 04/10/2018.

se intensificaram os processos de industrialização, as cidades brasileiras receberam uma massa populacional de migrantes que chegam às cidades grandes e ocupam as áreas periféricas, regiões menos centrais e de pouco interesse do capital imobiliário. Dessa forma, a organização do espaço urbano no Brasil se estruturou pautando a terra como uma mercadoria, e nela estando relacionados os fatores de localização, acessibilidade e infraestrutura. A dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbana também refletem em menos oportunidades de emprego e de escolarização (VILLAÇA, 1986; MARICATO, 1996; MARICATO, 2000).

Figura 4: Proporção de domicílios chefiados por mulheres alfabetizadas (esquerda) e por homens alfabetizados (direita) em Porto Alegre, por setor censitário. Fonte: dados do Censo IBGE, 2010.



Seguindo a análise socioespacial em Porto Alegre, a proporção de analfabetismo é mais alta nas áreas periféricas, evidenciando as desigualdades no espaço urbano. Ainda, comparando a distribuição de homens e mulheres responsáveis analfabetos na periferia, nota-se a maior proporção de mulheres responsáveis analfabetas.

Aspectos Socioeconômicos – renda dos responsáveis por domicílio

Ainda que os dados demonstrem uma maior escolaridade das mulheres em relação aos homens, a crescente inserção da mulher no mercado de trabalho e a elevação da sua renda, persistem significativas desigualdades salariais entre homens e mulheres que ocupam as mesmas funções. Além disso, a desigualdade não se restringe apenas a remuneração e a inserção das mulheres na força de trabalho, mas também a oportunidades, com interferência direta na qualidade de vida delas e de suas famílias, sejam elas chefes dos domicílios ou não.

A pesquisa “Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil” realizada pelo IBGE feita com base nos dados da PNAD-Contínua de 2016 mostraram que, mesmo sendo mais escolarizadas, as mulheres brasileiras recebem, em média, 34 do valor pago aos homens. Corroborando as pesquisas nacionais, em Porto Alegre, as análises do Observatório da Cidade de Porto Alegre, a partir dos dados do Censo de 2010, relativo ao rendimento mediano mensal de trabalho das pessoas com 10

anos ou mais, mostram que para cada R\$ 100 de renda recebido pelas mulheres, os homens porto-alegrenses recebiam R\$ 120.

Renda média mensal dos responsáveis por domicílios em Porto Alegre	2010
	Valor Absoluto em Reais
Média dos responsáveis	2.456,26
Média dos responsáveis homens	2.905,44
Média dos responsáveis mulheres	1.862,79

Tabela 5: Valores absolutos em reais da renda média mensal dos responsáveis por domicílios na cidade de Porto Alegre. Fonte: Censo IBGE 2010

Com relação aos responsáveis por domicílios na cidade de Porto Alegre, a renda média mensal das mulheres responsáveis em 2010 foi de R\$ 1.862,79, enquanto os homens responsáveis por domicílios recebiam R\$ 2.905,44 em média por mês (tabela 5). Em valores percentuais, as mulheres chefes de domicílios recebiam 55,9% a menos que os homens, reafirmando as desigualdades salariais entre homens e mulheres.

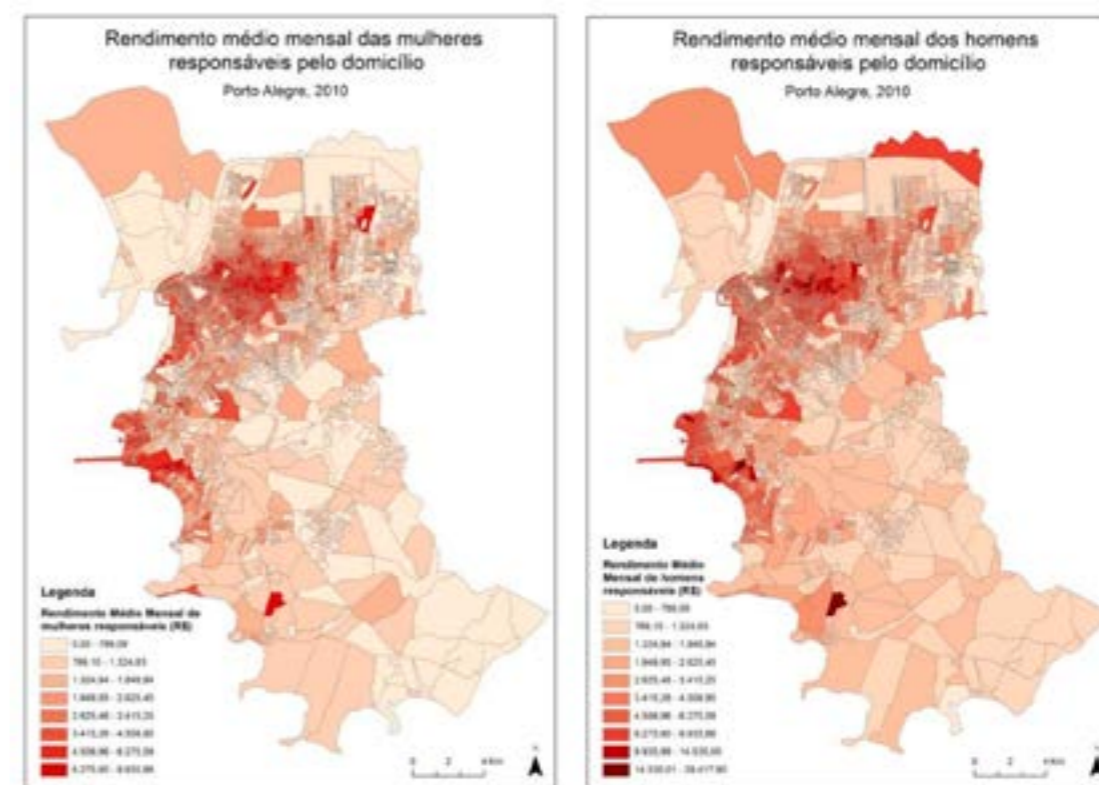


Figura 5: Rendimento médio dos responsáveis por domicílios mulheres (esquerda) e homens (direita) em Porto Alegre, por setor censitário. Fonte: dados do Censo IBGE, 2010.

Ao analisarmos as faixas de renda dos chefes de domicílio, percebe-se uma acentuada diferenciação espacial no rendimento médio da população residente nas áreas centrais e na residente nas áreas periféricas, semelhante à distribuição espacial dos índices de alfabetização. A Figura 4, mostra em ambos os mapas uma concentração espacial de estratos de alta renda na direção centro-leste da cidade e também na direção sul, junto à orla do Lago Guaíba. É evidente a desigualdade no espaço urbano, facilmente observada na concentração espacial da população de alta renda localizada nas áreas centrais, as quais desfrutam de maior infraestrutura e acessibilidade.

Quanto à distribuição socioespacial das mulheres chefes de domicílios, nota-se que segue o mesmo padrão da distribuição dos homens responsáveis por domicílios.

A marcante discrepância é na coloração dos mapas, demonstrando o superior rendimento médio mensal dos homens em comparação com o das mulheres. Foram necessárias a criação de duas novas classes na legenda do mapa dos homens chefes de domicílios, que representassem os rendimentos médios mensais superiores a R\$ 9.935,89 – valor máximo no rendimento médio mensal das mulheres. Por exemplo, analisando um mesmo setor censitário de alta renda, pode-se observar que, enquanto a mulher chefe de domicílio recebe aproximadamente entre R\$ 6.000 a R\$ 9.000 (estrato mais alto na legenda da figura 4), o homem chefe de domicílio neste mesmo setor chega a receber entre R\$ 14.000 a R\$ 29.000 (dois estratos acima na legenda da figura 4), sinalizando uma diferença de 2 a 3 vezes mais do que o rendimento da mulher responsável. Pode-se dizer que nas classes mais privilegiadas da sociedade, a diferença entre rendimentos médios dos homens e das mulheres resulta mais significativa do que entre homens e mulheres das classes mais baixas.

Considerações Finais

Este artigo desenvolveu uma análise comparativa da condição dos chefes de domicílio homens e mulheres na cidade de Porto Alegre, enfocando a sua distribuição espacial e aspectos socioeconômicos e culturais. Foi possível verificar que, em Porto Alegre, o número de domicílios chefiados por mulheres está aumentando e já representa quase a mesma proporção dos domicílios chefiados por homens. Verificou-se que, apesar de presentes em toda a cidade, há uma concentração dos domicílios chefiados por mulheres nas áreas mais centrais da cidade, região com maior infraestrutura e concentração de empregos. Estes resultados vão de encontro às análises de Diniz (2002) que verificou que as mulheres chefes de domicílio encontram-se concentradas sobretudo no entorno do centro da cidade de Belo Horizonte. Macêdo (1999) ressalta que os estudos de chefia feminina devem entender que essa é uma situação vivenciada por mulheres pertencentes a diferentes classes sociais, não estando direta e exclusivamente ligada aos processos de exclusão social e à pobreza.

Nos aspectos culturais e socioeconômicos conferiu-se que, independente do gênero, a população mais alfabetizada e de maior renda está concentrada nas regiões centrais: áreas mais densas, com melhor infraestrutura e acesso aos serviços, evidenciando as desigualdades no espaço urbano. Quanto à distribuição socioespacial das mulheres chefes de domicílio em Porto Alegre, nas análises de alfabetização, verificou-se que a periferia da cidade concentra altas proporções de responsáveis analfabetas, maiores do que as de homens. A análise da renda dos responsáveis por domicílios evidenciou uma grande diferença entre homens e mulheres. Enquanto que a distribuição espacial dos estratos de renda se mostrou semelhante, os valores de renda média das mulheres são muito superiores para os homens. Verificou-se que nas classes mais privilegiadas da sociedade, a diferença entre rendimentos médios dos homens e das mulheres resulta mais significativa do que entre homens e mulheres das classes mais baixas. Análise esta que segue os estudos de Macêdo (1999) ao afirmar que a distância em termos de renda entre homens e mulheres das camadas mais pobres vem diminuindo.

Cabe ressaltar que embora os dados tenham apontado que as mulheres responsáveis pelos domicílios tenham mais anos de estudo que os homens, estes têm os maiores salários, evidenciando uma significativa desigualdade de gênero. O estudo contribuiu para evidenciar características da condição feminina nas cidades, podendo subsidiar políticas públicas e urbanas específicas voltadas a esse tema.

Com relação a metodologia deste trabalho, a utilização dos dados intraurbanos desagregados por setores censitários possibilitaram a sistematização de alguns indicadores socioespaciais na cidade de Porto Alegre, sendo uma ferramenta potencial

para os estudos urbanos. Outras análises, considerando os dados do próximo Censo IBGE de 2020, permitiriam um acompanhamento temporal na distribuição socioespacial desses indicadores. Futuros estudos poderão aprofundar essa análise a partir da utilização de novas metodologias, gerando medidas mais complexas como indicadores espaciais de equidade no acesso aos locais de emprego, estudo, compras, serviços de saúde, etc.

Referências Bibliográficas

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A (re) produção do espaço urbano. São Paulo: Edusp, 2008.

CAVENAGHI, Suzana; ALVES, José Eustáquio Diniz. Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios. Rio de Janeiro: ENS-CPES, 2018.

DINIZ, Alexandre M. A. Diferenças sócio-espaciais entre homens e mulheres chefes de domicílio de belo horizonte: uma análise exploratória com a ajuda de técnicas de geoprocessamento. Monografia (Especialização) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2002.

IBGE. Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro, 2000.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2010.

IBGE. Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

IPEA. Retrato das desigualdades de gênero e raça. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; 2011.

MACÊDO, Márcia dos Santos. Tecendo os fios e segurando as pontas: trajetórias e experiências entre mulheres chefes de família em Salvador. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1999.

MACÊDO, Márcia dos Santos. Tecendo o fio e segurando as pontas: mulheres chefes de família em Salvador. In C. Bruschini & C. R. Pinto (Orgs.), Tempos e lugares de gênero. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Editora 34, 2001, p. 53-83.

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação SEADE, vol. 14, n 4, 2000 p. 21-33.

MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. Estudos avançados. São Paulo: IEA USP, vol. 17, n. 48, 2013, p. 151-166.

MARICATO, Ermínia. Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, vol. 10, 1996.

MENDES, Mary Alves. Mulheres Chefes de Domicílios em Camadas Pobres: trajetória familiar, trabalho e relações de gênero. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, n. 14, 2004, Caxambu.

MORAES, Patrícia Maccarini. Arranjos familiares monoparentais e chefiados por mulheres: pobreza e sobrecarga. In: Simpósio Gênero e Políticas Públicas, 3, 2014, Londrina.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Chefia feminina de domicílio como indicador de feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres pobres. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

REIS, Maíra Lopes. "Estudos de Gênero na Geografia: uma análise feminista da produção do espaço". Espaço e Cultura. Rio de Janeiro: UERJ, n. 38, p.11-34

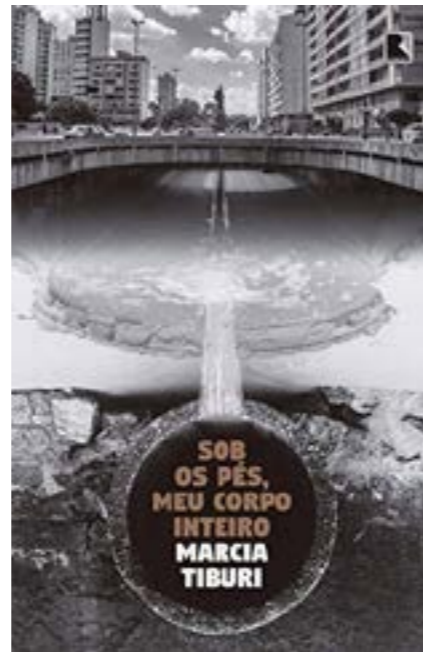
SOARES, Suamy Rafaely. A feminização da pobreza e as políticas públicas sociais focalizadas nas mulheres: um debate a ser repensado? In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, n. 5, 2011, São Luís.

VILLAÇA, Flavio Jose Magalhaes. O que todo cidadão precisa saber sobre habitação. São Paulo: Global, 1986.



PINTARAM TUDO DE CINZA: sob os pés, meu corpo inteiro

Jade Bueno Arbo¹



De Marcia Tiburi.
Rio de Janeiro. Editora Record. 2018.

A cidade é um organismo vivo que a tudo se acostuma.
(Sob os pés, meu corpo inteiro, Marcia Tiburi)

*Apagaram tudo
Pintaram tudo de cinza
Só ficou no muro
Tristeza e tinta fresca
Nós que passamos apressados
Pelos ruas da cidade
Merecemos ler as letras
E as palavras de gentileza*
(Pintaram tudo de cinza, Marisa Monte)

A escritora e filósofa Marcia Tiburi inicia seu romance Sob os pés, meu corpo inteiro com um trajeto. Lúcia percorre a cidade até o cemitério, onde encontrará a própria lápide. Nesse percurso, vemos pelos olhos de Lúcia o “corpo morto de São Paulo”, a “megalópole gangrenada”, em toda a sua perturbadora familiaridade.

A terra da garoa se tornou a terra da chuva ácida quando a irônica sorte de chover se faz presente. Depois de tanto tempo sem chuva, os muros se confundem com a atmosfera em uma veladura que perdeu toda a cor. A terra seca nos canteiros mortos nos parques, nas avenidas e no que eram os jardins das casas ainda guarda os

troncos das árvores e dos arbustos como facas enfiadas na carne. A parte morta do corpo do planeta, eu penso. Um psicopata atravessa a cidade pintando os muros de cinza e atormenta a população de rua. (p. 16-17)

O trajeto termina no cemitério. É nesse fim, o fim de todos os corpos, na “cidade dos mortos dentro da cidade dos vivos”, que a narrativa começa. “Alice de Souza, nascida em 3/12/1953, falecida em 6/4/1972”, lê-se na lápide. Lúcia encontra um nome que outrora fora seu, marcando um corpo tão morto quanto o seu próprio que andara até ali, tão morto quanto o corpo da cidade que percorre. Ali, Alice, agora Lúcia, encontra Betina, que procura o túmulo de sua tia. “Muita gente conseguiu fugir, como foi o caso de minha mãe, mas não de Alice. Ela morreu na tortura” (p. 14), diz Betina, sem saber que os olhos que a encaram atônitos são os de Alice, e sob seus pés jaz o corpo de sua mãe, Adriana.

Tal encontro ameaça as bases que sustentam o torpor no qual Lúcia se encontra há tantos anos, como em um despertar de sua sensibilidade causado pelo súbito desejo de afeto, e ela se vê forçada a rememorar o passado de Alice, seu passado, no momento em que diz a Betina, não querendo perdê-la de vista, que havia conhecido sua mãe e sua tia. “Ao dizer Alice e Adriana é como se uma senha me obrigasse a perguntar em segredo quem eu sou agora” (p. 18). A partir desse momento, nos encontros entre Betina e Lúcia, em que a segunda busca contentar a curiosidade da primeira sem que, no entanto, revele demais, vemos a narradora pendendo entre esses dois papéis, Alice e Lúcia, quem ela havia sido e quem ela é agora, bem como um terceiro papel, o de Adriana, quem ela talvez gostaria de ter sido.

As vidas de Alice e Adriana se invertem nos relatos de Lúcia a Betina. Enquanto Alice havia sido a filha preterida, a irmã invisível, aquela que passava pela vida ignorando seu contexto histórico e seus arredores, talvez na esperança de permanecer intocada por eles, ela se torna Adriana na voz de Lúcia: Alice era talentosa, inteligente, bonita, politicamente engajada. Alice morreu por uma causa, no entanto era o corpo de Adriana que estava enterrado.

Aos poucos, quando nos é permitida a entrada no universo interno da narradora, descobrimos que ela não foi poupada pela história, embora tenha tentado viver à parte dela. Nessas incursões pelas memórias de Lúcia, descobrimos que ela foi presa e torturada durante a ditadura: Alice confundida com Adriana. O vai e vem entre passado e presente, entre Alice e Lúcia, nos traz a percepção de que a história lhe aconteceu independente de sua negação, e de que é no corpo que se sente o peso da história, do tempo.

No decorrer de Sob os pés, meu corpo inteiro, Tiburi explora essa relação íntima e por vezes pouco transparente entre morte e vida. Como narra Lúcia, “estar vivo e viver são coisas diferentes” (p. 162). Assim, a vida não dependeria apenas de um corpo vivo, mas de, lançando mão das palavras de Judith Butler (2018) em Quadros de guerra, ser uma “vida vivível” e, portanto, uma vida passível de luto. A precariedade que caracteriza, segundo Butler, a condição generalizada de toda a vida nos chama a atenção para a dependência humana de redes de condições sociais que sustentam essa vida.

(...) somos, por assim dizer, seres sociais desde o começo, dependentes do que está fora de nós, dos outros, de instituições e ambientes sustentados e sustentáveis, razão pela qual somos, nesse sentido, precários (p. 42-43).

A condição de isolamento tanto sincrônica quanto diacrônica de Lúcia/Alice ilustra essa precariedade, a vulnerabilidade desse corpo. Seu isolamento é sincrônico por sua falta de vínculo com os indivíduos que a cercam, isolamento esse exacerbado pelo cenário da metrópole; e seu isolamento é diacrônico por ter sido privada da própria

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Filosofia PPGFil/UFPel. E-mail: jade.arbo@ufpel.edu.br

história, cuja significação vemos quando Lúcia narra: “Para mim, nossos torturadores eram idiotas que serviam a alguém que queria dominar, controlar e, por fim, dissipar a nossa história. Queriam acabar conosco acabando com a nossa história” (p. 133). A destruição de sua história é, assim, a destruição de si mesma.

Da mesma forma, as instituições não a reconhecem, pois foram essas mesmas instituições que a roubaram de si. Nas palavras da narradora: “Eu sou o efeito de um grande delírio estatal, uma fantasia do mal governamental (...)” (p. 110). Assim, as violações do corpo de Alice se mostram no espaço e no tempo, e podem ser vistas como intimamente ligadas às violações do corpo da metrópole; a decadência da cidade tanto um reflexo externo da apatia e aridez interna de Alice como sua perpetuadora, potencializadora de seu isolamento.

No entanto, como “as árvores mais antigas que ainda conseguem buscar água no fundo da terra” (p. 17), em Alice ainda há vida, ainda há desejo por afeto e conexão, condição de existência de qualquer vida, o que se torna visível com a chegada Betina e seu filho, João, em sua vida:

Desde que tudo aconteceu, preferi permanecer na condição de morta como estou até agora. Decidi ser outra pessoa, ser Lúcia, ou ser o que Lúcia pode ser. (...) Apesar de tudo, descobrir a existência de Betina é como voltar a nascer, ter João por perto é uma estranha e intensa alegria diária (p. 57).

A percepção do próprio desejo por vínculos afetivos e a construção destes configuram-se em um despertar da sensibilidade sufocada de Lúcia. “João dorme no meu colo e sei que não estou morta” (p. 101).

Da mesma forma, compreender este romance como uma distopia nos permite acessar sua outra dimensão simbólica: a do alerta. Malak (2001) cita como característico do gênero distópico o “toque de excesso” que leva a narrativa a dar um ou mais passos para além da nossa realidade não como forma de distorcê-la, mas para permitir que certas tendências no nosso presente histórico se tornem mais visíveis. Considerando também que Claeys (2017), por sua vez, descreve a distopia como não sendo apenas ficcional, mas como passível de ser discutida como referenciando contextos não literários, somos capazes de pensar a sobreposição entre passado e presente, entre o contexto ditatorial pós-golpe de 1964 e a São Paulo sem data, porém não muito distante temporal ou tematicamente da São Paulo de 2018, data da publicação do livro.

Entender ambos os momentos em justaposição através das memórias de Lúcia é nos vermos confrontados com o questionamento de qual exatamente é a distopia descrita por Tiburi. Seria a São Paulo ficcional, porém familiar? Seria o passado ditatorial que o Brasil carrega? Ou, em uma terceira opção, seria esta mesma, sob os nossos pés neste exato momento? A partir da proposta de Claeys (2017) para a definição de distopia como um espectro de ansiedade “com relativa paz, amizade e ausência de medo de um lado, e a ansiedade, paranoia e alienação do outro” (p. 8, tradução nossa), todas as alternativas podem estar corretas em algum nível. Se as distopias também ocorrem geralmente a partir da falência de ideais utópicos (CLAEYS, 2017), Sob os pés, meu corpo inteiro nos leva a refletir, também, sobre as falências que nos levaram ao passado, ao presente do romance, e ao presente externo a ele. Lúcia, em certo momento, nos deixa uma pista: “O coração gangrenado do capitalismo pulsa. Estamos no meio de uma de suas feridas” (p. 104).

Tratando-se de Marcia Tiburi, conhecida por seu envolvimento com o feminismo

dentro e fora da academia², cabe também refletirmos quanto ao aspecto feminista de sua obra. Lúcia é leitora voraz, e Margaret Atwood, autora de O Conto da Aia, é mencionada como uma das leituras da personagem em certo momento do livro. Enquanto O Conto da Aia, lançado em 1985, é facilmente reconhecível como uma distopia feminista, o feminismo de Sob os pés, meu corpo inteiro é mais sutil e mais facilmente negligenciado.

Ao ser questionada em uma videoconferência concedida a alunos da Universidade Federal de Pelotas (UFPEl)³ se consideraria seu último romance uma “distopia feminista”, Tiburi responde afirmativamente, colocando que o feminismo que traz em Sob os pés, meu corpo inteiro é um feminismo que foge de “estereótipos feministas” ao focar um sujeito em processo de tomada de consciência política e de seu lugar na história. Podemos dizer, assim, que o sujeito do feminismo de Marcia Tiburi não se representa em uma feminilidade trans-histórica e transcultural, mas sim seus elementos feministas podem ser compreendidos em termos de construção de um sujeito político sempre localizado no tempo e no espaço, sempre relacional ao seu tempo e espaço, sempre precário e vulnerável.

Utilizando-se do peso estético de São Paulo, opressivo e distópico em sua natureza ansiogênica e misantropa, Tiburi constrói uma experiência sensorial que vincula espaços externos e internos, presente e memória, morte e vida, dissolvendo a oposição desses binários para torná-los, como os conceitos de utopia e distopia, intimamente ligados em um espectro. A cidade faz parte de Lúcia/Alice, da mesma forma que seu passado compõe seu presente, da mesma forma que a mortalidade informa sua vida. A fragmentação de sua personagem nos obriga a enfrentar esses mesmos espectros pelos quais somos constantemente atravessados enquanto sujeitos fragmentados, precários, vulneráveis e, portanto, relacionais, e nos perguntarmos quanto as paredes pintadas de cinza das nossas cidades, da nossa história, das nossas memórias, e qual futuro esse acinzentamento prefigura.

Referências bibliográficas

BUTLER, Judith. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CLAEYS, Gregory. Dystopia: a natural history. New York: Oxford University Press, 2017.

MALAK, Amin. Margaret Atwood's The Handmaid's Tale and the Dystopian Tradition. In: BLOOM, H. (Ed.) Margaret Atwood's The Handmaid's Tale. Chelsea House Publishers, 2001. Cap. 1, p. 03-10.

² Entre os seus trabalhos de produção e divulgação filosófica, estão os livros Feminismo em comum: para todas, todes e todos (2018), Filosofia: machismos e feminismos (2015) e As Mulheres e a Filosofia (2002).



MULHERES E LUGARES URBANOS: entrevista com Thaise Machado

Shirley Terra Lara dos Santos ¹
Bárbara Hypolito ²

Apresentação

Thaise é arquiteta e urbanista (Uniritter/RS), desenvolve projetops com viés social com clientes de classe baixa e média. Tem como foco desestigmatizar e horizontalizar o acesso ao conhecimento à arquitetura. Em 2014, recebeu o Prêmio *Concurso Nacional de Ideias para Reforma Urbana*. Atua também como produtora cultural no IAB/RS, relacionando sociedade, raça e gênero. Empresária, cocriadora e produtora cultural na empresa *Três Tons Produtora*. Diretora de arte no Curta *Quero ir para Los Angeles* e uma das ativadoras culturais do *Segunda Negra*, em Porto Alegre/RS. Idealizadora dos projetos *Negra Ativa* e *Festival de Porongos*.

Entrevistada

Thaise de Oliveira Machado

Entrevistadoras

Shirley Terra Lara dos Santos e Bárbara de Bárbara Hypolito

Roteiro

Marina Mecabô, Carolina Sebalhos e Shirley Terra Lara dos Santos

Revisão

Bárbara de Bárbara Hypolito

Shirley e Bárbara: Nos conta um pouco sobre o teu percurso, como te tornaste arquiteta?

Thaise: Thaise de Oliveira Machado, filha de Laura de Oliveira Machado, neta de Brasília de Oliveira Cazuzu e Maria Lopes Machado, bisneta de Venúncia Vieira Soares e Antonia Lopes. Nascida e criada até os 15 anos no Morro da Polícia, bairro 1o de Maio, Porto Alegre/RS. Estudei todo ensino fundamental e médio em escolas públicas, Escola Professor Oscar Pereira e Escola Odila Gay da Fonseca. Com formação em nível técnico na Escola Senador Ernesto Dornelles, curso de Design de Interiores. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Instituição Ritter dos Reis/Uniritter Laureate.

Em 2014, ainda na graduação, fui premiada no “Concurso Nacional de Ideias de Reforma Urbana” (CNI) organizado pela Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (FeNEA). Ao qual já era mobilizadora do movimento estudantil, levando delegações aos encontros de arquitetura, de modo a incentivar a discussão sobre o ensino e o futuro das nossas cidades. Posteriormente participei ativamente da Federação, como Diretora de Relações Externas e Diretora da Regional Sul, ao qual estive muito presente nos diálogos junto ao CAU/RS.

No meu Trabalho Final de Graduação, resgatei através do projeto, formas de inserção de cultura na comunidade onde cresci. Com um projeto denominado Centro Comunitário de Artes Integradas (CCAI), tinha como objetivo levar uma nova perspectiva de acesso aos moradores do Morro da Polícia. Um projeto que dialogava com a cultura, arquitetura e urbanismo.

Após sua formação, continuei trabalhando com a união da arquitetura e cultura. Atuei como, produtora cultural no IAB/RS. Relacionando sociedade, raça e gênero. Foi cocriadora e produtora cultural na empresa “Três Tons Produtora”. Diretora de arte no Curta “Quero ir para Los Angeles”, ao qual será exibido no Festival de Cinema de Gramado. Hoje sou uma das ativadoras culturais do “Segunda Negra”, em Porto Alegre/RS, um projeto que busca levar horizontalizar as artes. Idealizei os projetos “Negra Ativa”, que tem objetivo de narrar percepções de mulheres negras, e “Festival Porongos de Música e Arte Negra”. Hoje tenho um escritório de arquitetura e design, em sociedade como designer de interiores Thiarles Batista, o “IBOKUN Arquitetura Afro-brasileira”. Que tem como objetivo desenvolver projetos com viés social, com clientes de classe baixa e média, trazendo a cultura negra como matriz dos projetos. Tenho como foco desestigmatizar e horizontalizar o acesso e o conhecimento à arquitetura. Utilizando sempre a arquitetura e a cultura como uma ferramenta política.

Shirley e Bárbara:: Como é a tua atuação enquanto arquiteta e urbanista? Exerces outras atividades?

Thaise: Trabalho com arquitetura, num viés mais voltado para um público como eu. A ideia é pensar as dinâmicas da arquitetura para quem realmente precisa. Essa foi a minha crítica e a minha dor ao sair da faculdade, pois não conversava com quem realmente precisa do conhecimento de arquitetura e urbanismo. Estamos lidando com uma profissão que é tão bonita, mas que não cumpre com o seu papel social. Isso é muito triste! Foi a partir disso que eu comecei a perceber onde eu me enquadrava. Eu não tenho o perfil de arquiteta casa cor, se alguém tem, boa sorte! Pois é um ambiente muito tóxico, é lindo e esteticamente maravilhoso, mas é muito superficial, e à mim, com a bagagem que adquiri, não cabia e não me cabe até hoje. Então, fui descobrindo quem era, e qual seria o perfil dos meus clientes, e vi que eram pessoas próximas, sejam mulheres, LGBTQI ou negrxs. Isso foi surgindo, as pessoas vieram até mim, comecei a notar que as pessoas procuram os seus similares.

¹ Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU). Arquiteta e Urbanista graduada pela Universidade Federal de Pelotas (2017). E-mail: ssantosufpel@gmail.com.

² Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional, Linha de Pesquisa Cidade, Cultura e Política, PRO-PUR/UFRGS.

A produção cultural também é uma das minhas atividades profissionais, lá consigo aplicar muito do conhecimento que adquiri na arquitetura, como o planejamento, que é fundamental para a realização de projetos culturais. As minhas produções são voltadas, majoritariamente, para o movimento negro, porque necessitamos discutir arte também, produzimos muita cultura e por vezes não temos os devidos lugares para nos expressarmos da maneira que gostaríamos e compartilhar o conhecimento que carregamos.

Acredito que essas duas esferas complementam. A partir dessa unificação de produção cultural e arquitetura, comecei a trabalhar também com cenografia e expografia, fazendo com que eu esteja imersa dentro da arte e da arquitetura. Cada dia é uma perspectiva nova, não me prendo a trabalhar em uma única atividade especificamente, sou muito diversa e acredito que consiga desempenhar com maestria todas as atividades que eu me proponho a fazer.

Shirley e Bárbara:: E sobre a atuação das mulheres no campo da arquitetura e urbanismo? E acerca das mulheres negras nas dinâmicas da cidade?

Thaise: As mulheres são maioria dentro das FAU's. Mas com muita dificuldade, percebemos pouquíssimas mulheres sendo as porta vozes em órgãos competentes como o CAU, o IAB, FENEA, SAERGS, etc. Quantas mulheres estão em cargos de poder? Quantas mulheres ascendem profissionalmente? Precisamos rever essas números urgentemente. Pensando nas dinâmicas da cidade, é importantíssimo saber quem de fato desbrava as áreas das cidades. Ter consciência de que mulheres negras saem de suas casas, para trabalhar em outros bairros, utilizam muito os transportes públicos, às vezes mais de um para fazer esse deslocamento, várias horas perdidas dentro de um ônibus. O cansaço é enorme e quando chega o fim de semana o desejo é de apenas ficar em seus bairros que, por vezes, não possui equipamentos públicos de entretenimento. Fazendo com que a lógica de gentrificação persista.

Shirley e Bárbara: E nesse momento político do Brasil, como tu vêes que a luta deve se dar?

Thaise: Estamos em um momento político muito delicado, onde necessitamos renovar as nossas estratégias de combate contra um governo fascista. Precisamos ser muito inteligentes e calmos. A escuta entre nós é uma ferramenta essencial neste período sombrio. E aqueles que possuem o poder de fala, precisam estar bem receptivo para poder ser assertivo nos momentos decisivos. A arte é um belo exemplo, como sempre, vem cumprindo esse papel de apontar as deficiências políticas/sociais que nos perpassam. Façamos como os artistas, nos coloquemos como ferramentas também de posicionamento político. No momento que entendermos que a nossa profissão é política, um mundo novo se abre e não tem como voltar atrás.

Shirley e Bárbara: Pensando o ensino de projeto dentro das nossas escolas de arquitetura e urbanismo brasileiras, como tu vêes a relação entre a prática profissional e o direito à cidade?

Thaise: É importante pensar na estrutura de ensino da arquitetura. Precisamos repaginar conceitos! Começando pelos professores, que estejam dispostos a passar o conhecimento de forma acessível, desenvolver projetos que conversem com a realidade do nosso território e sociedade. Na graduação, trabalhei em inúmeros projetos dos quais não instigava o pensar sobre resoluções de problemas da nossa realidade, como brasileiros de um país subdesenvolvido. A nossa instrução é muito superficial, não conversamos com outros campos de conhecimento. Isso é importante, sair da arquitetura para conhecer outras pessoas e outros profissionais - cientista

social, geólogo, geógrafo, antropólogo, etc - entender que eles também fazem parte dessa construção de cidade e que possuem muito conhecimento para agregar, para que possamos construir cidades mais justas. Do contrário, fica cada um no seu campo de conhecimento e não se somam, não há troca de saberes. Acho isso bem problemático.

O que venho problematizar, então, é justamente essa leitura de cidade e dos corpos. Pensar sobre o que a gente pode fazer para incluir essas pessoas que estão fora, na periferia, para esses meios urbanos, para que eles não se sintam excluídos. Visto que as pessoas de periferia evitam alguns espaços por receio também, então é importante a gente disponibilizar espaços acolhedores para todos.

Shirley e Bárbara:: Quais barreiras tu ainda percebes dentro do ensino de arquitetura e urbanismo que impedem a construção de um novo pensamento anti racista?

Thaise: Podemos começar analisando a estrutura de ensino arcaica que é replicada nas FAUS até hoje, o ensino voltado apenas para o eurocentrismo. A falta de olhar crítico sobre essas construções coloniais, sobre as resultantes do período escravocrata e as resoluções arquitetônicas criadas a partir deste período. Como por exemplo as senzalas, quartos de empregadas, elevadores de serviço, a gentrificação urbana numa escala macro, entre tantas outras formas que foram aplicadas de forma a consolidar o racismo estrutural. Mas, acredito que seja possível construir cenas mais favoráveis a nossa construção acadêmica, pensando numa formação anti racista. Projetar outras perspectivas de mudanças. Isso primeiramente começa pelos indivíduos que estão com o poder de fala, uma análise de onde o nosso corpo está inserido, seja ele negro/índigena ou não. Dos privilégios ou não privilégios que nos cercam. Pois a estrutura social é formada por pessoas, não tendo essa noção de mudança interior, fica muito difícil pensar numa sociedade igualitária, quando não sabemos qual papel exercemos, pois sendo assim, fica muito mais difícil compreender a vivência do próximo. Tendo esses primeiros passos dados, podemos então pensar de fato, no papel social que a arquitetura exerce, e como utilizar da melhor forma todas essas ferramentas adquiridas na academia. A arquitetura precisa dialogar com quem realmente necessita dela.

Shirley e Bárbara: Numa das tuas falas para o site “cada minuto”* tu citas a emergência da criação de lugares urbanos acolhedores, como seriam esses lugares?

Thaise: Acredito que muito da minha fala na resposta anterior possa complementar esta pergunta. Partindo do pressuposto de que as pessoas já fizeram essa auto análise, de qual espaço ocupam e projetando empatia pelas construções sociais dos outros indivíduos. Creio que o acolhimento urbano é um reflexo disto. Você só vai a locais onde se sente bem, não é? Entretanto, em alguns lugares, corpos não-padrões não são aceitos, sejam pela tonalidade de cor da pele, pela vestimenta, por um determinado penteado, etc. Isso é uma barreira.

Precisamos compreender que espaço urbano são representações de seus usuários, consequentemente, nos dando a permissividade de quem pode ou não ocupar esses espaços. Contudo, volto a dizer, precisamos nos auto analisar, perceber que carregamos muitos preconceitos e tentar desconstruí-los. Para então, podermos projetar espaços urbanos acolhedores, isso pensando num âmbito de construção social. Conjuntamente iremos aplicar soluções projetuais mais técnicas, mas isso será apenas uma resultante.

Shirley e Bárbara: Como tu acreditas que a cultura da periferia pode revolucionar e avançar com o pensamento urbano hoje?

Thaise: A cultura da periferia sempre revolucionou e sempre avança. Desde sempre a periferia foi um laboratório criativo, seja pelas relações afetivas, culturais ou de empreendimentos. A periferia tem linguagem própria, identidade e muita perseverança. Coworking na comunidade teve desde sempre, foodtruck sempre teve, coliving são o reflexo de várias famílias morando no mesmo terreno. A sociedade tem problema de identificar as criações periféricas. Quer inovação? É só olhar para as comunidades.

Shirley e Bárbara: Como tu vêes a autoprocamação de várias jovens enquanto feministas e suas reivindicações que emergem nas salas de aula durante a graduação? Algumas delas chegam a relacionar-se com os movimentos sociais e lutas de ruas, outras escolhem debruçar-se nas teorias e epistemologia feminista. Qual a tua percepção dessa realidade durante os últimos anos?

Vejo com bastante respeito essas inclinações políticas. Eu enquanto acadêmica me via como feminista negra, hoje não me sinto confortável em me intitular feminista. Acredito que apenas a denominação de mulher negra, fala muito mais de mim e das minhas iguais. Acho válida toda forma de conhecimento, nos ajuda a construir nossa ideologia. Porém, sou entusiasta das pessoas que conseguem compartilhar esse conhecimento para pessoas fora da academia. Vejo com certo estranhamento pessoas que apenas buscam o título de intelectual e não buscam partilhar essas percepções com quem realmente necessita dessas informações.

Pixo: Hoje és uma referência como mulher, negra, arquiteta e urbanista, o que tu queres dizer para as gurias que estão na universidade e que ainda não se vêem representadas no cotidiano do ensino e na prática da profissão?

Penso que cada pessoa possui o seu tempo, seja ele de formação acadêmica ou não. Nós como mulheres negras, por muitas vezes ficamos muito ansiosas por estarmos “atrasadas” em relação aos nossos colegas brancos. Temos que ter a ciência, de que existe um sistema que como objetivo não nos deixar evoluir e crescer. Precisamos ter perseverança e calma! Existiram tantas outras mulheres, que lutaram tanto para que pudéssemos estar onde estamos hoje. Estamos no nosso melhor momento, muitas barreiras já foram derrubadas para que pudéssemos chegar até aqui. Nosso papel é abrir trincheiras para as próximas e assim consequentemente, até conseguirmos colocarmos todas e todos no mesmo patamar e viver de igual para igual. Mas enquanto isso, terá muita luta, algumas dores e várias conquistas.

parede branca



FRAGMENTOS DA NARRATIVA POÉTICA DE AMORA JU

*Julia Ramla Cunha Bueno*¹ curadoria *Bárbara Hypolito*²³

A resistência de ser mulher.

Estampas em seus fragmentos.

Narrativa, poética.

A arte Trans por meio da Serigrafia.

Por vontade e desejo de estar inserida nos espaços da cidade, nos seus ambientes sem usos, preencher os vazios, através da reutilização de seus resíduos, restos e sobras de nosso cotidiano.

Preencher os espaços habituais operando uma manutenção constante por meio da comunicação que uma obra de arte contemporânea estabelece. Como formas de resistência diante da velocidade dos fatos, da cidade e de suas criações de consumo.

Ativando o campo da memória que nos abastece de sentidos ao criar suas próprias demarcações de individualidades, suas riquezas afetivas.

O que pode um corpo?

Como nem tudo está programado de acordo com nossas vontades, existiria um limite para o corpo?

Ressignificar, colocar-se à disposição do diálogo através de materialidades desvela um corpo diante dos obstáculos que se apresentam nesse sistema normativo que determina as relações e os comportamentos de consumo, historicamente construídos na sociedade e que, quando trazidos à superfície clamam por discussão e abordagem.

¹ Artista, acadêmica de Artes Visuais, Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

² Curadoria produzida a partir do artigo "A Cidade Impressa, A Visualidade e Os Espaços Em Resistência" de Amora Julia Ramla Cunha Bueno apresentado durante o 7EICCMU, em novembro de 2018, UFPEL - Pelotas/RS.

³ Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional, Linha de Pesquisa Cidade, Cultura e Política, PRO-PUR/UFRGS.



Des é uma série configurada através da pintura que em representação opera na criação de perfis sem rostos, por meio de retratos.

As colagens intensificam os tons ao criar novas faces dentro da mesma tela, algo que sobressai o corpo imaginado. A desfiguração desse sujeito-rostos, onde uma folha de revista antiga dos anos 40 reproduzia o racismo com os povos nativos do Brasil, um casal indígena em uma publicidade da época, retratado de forma estereotipada sob o olhar colonialista de uma elite da época de ascensão da comunicação brasileira, permite encontrar nestas páginas um suporte que revelou as cores da pintura produzidas em giz pastel oleoso, assim como impulsionou minha pesquisa dentro da temática das identidades e suas relações de poder. Estas percepções revelam as linhas escritas e descritas sobre opressões e a disseminação de informações sobrecarregadas de impulsos de julgamentos, acerca do civilizado, do belo e outros estados de percepção.

Trata-se de um outro olhar diante da cidade e de suas construções jogada ao mundo em excessos de informação e remete à Saturação que a cidade nos causa.

Des. Colagem e giz pastel sobre páginas antigas de revistas. Dimensão: 35cm x 24cm. Acervo pessoal de André Barbachan Silva. Autora: Amora Ju, 2018.



A cada passo. Cologravura sobre papelão.
Dimensão: 2,20cm x 18cm. Autora: Amora Ju,
2018.

O que fazer com as ausências e com os desperdícios encontrados em todos os ambientes do nosso cotidiano, materiais sem usos? Propor outros sentidos a estas realidades!

As sobras do cotidiano se inserem nesta segunda obra. Uma gravura realizada pela impressão manual, uma matriz desenvolvida com desenhos, moldada em papelão e plásticos amassados. Rasgar o papel, gera uma textura vertical de cima para baixo, criando uma matriz para impressão no tamanho da metade de um papel A4. A difícil secagem da tinta vinílica é um processo inevitável, mas que intensificam os fragmentos de caixas em pedaços, formando uma tela.

O corpo manuseia gravuras, a pintura, o Lambe e suas ações/reproduções efêmeras. O corpo intervém ao materializar antigas projeções da arte com materiais expressivos e esquecidos.

Quanto mais pessoas, parece que maior é o distanciamento com a natureza. Os territórios apenas reforçam o diálogo das transformações da cidade, sobrepondo o pólo natural com as camadas de concretos que devoram todo o verde existente. Nesse sentido, as propagandas são formas instigantes que vendem o conforto e a segurança, e surgem como fortes impulsionadores para pensar a problemática do imenso desenvolvimento urbano sobre as áreas naturais da cidade.

A natureza decide sair do campo de visão e ser explorada de perto em meu trabalho artístico, com mais detalhe e observação por meio do desenho. Primeiro a coleta de plantas locais, da vegetação da cidade, essa grande camada verde espalhada pelos cantos dos espaços urbanos da região portuária de Pelotas/RS, e outras que faziam parte do jardim suspenso da OCA - Guaco, Hortelã, Funcho, Pára-raio, Jasmim, Samambaias. A coleta inspirou uma roda de conversa no Ateliê da OCA, sobre plantas que curam, plantas essenciais e suas formas de consumo. Em seguida, inspirou minha pesquisa pessoal sobre as plantas, resultando na criação de um catálogo e registros que direcionaram para o desenho da observação das ervas encontradas. Ao fim, a criação de duas telas em Serigrafia artesanal, intituladas *Herbária 1* e *Herbária 2*. A primeira com desenhos de observação em fotolitos transparentes. Na segunda série de plantas foi utilizada uma impressão direta com as flores sobre as telas na Câmera de impressão para Silkscreen, do Centro de Artes da UFPel.

A obra potencializa o retorno à questão da amnésia ou do esquecimento que assombra os meios urbanos, a cidade enraizada que esconde seus ramos entre muros e telhados, nesta (re) existência.

Herbária 2. Serigrafia artesanal sobre papel. Dimensão: 1,60cm x 90cm. Autora: Amora Ju, 2018.



Ação de ocupar a cidade através de uma forma diferente de pensar, assim como pintar, imprimir, escrever.

A mulher e sua arte habitam a cidade.

Pontos de vistas, visando pontos e demarcações no meu mapa, que quer se sobrepôr à violência institucionalizada possibilitando, através da escrita, da arte que nasce do resgate do lixo cultural e industrial, promover o compartilhamento de informações, as características disformes, a passagem do tempo e o desejo do corpo.

Minha arte insere materiais do cotidiano problematizando questões do passado e do presente desse país. Pois, uma identidade feminina transviada retrata também a ausência de representatividade em formas hiperssexualizadas que a travesti brasileira sofreu e sofre nos dias atuais. Estigmatizada por conotações e intenções sexuais, efeitos de uma ignorância estrutural construída pelo machismo que encontra dificuldades em desligar o sexo das questões relacionadas às identidades de gêneros, trans e travestis. Personagens nacionais historicamente representadas em criações exóticas e barbaqueiras, ou percebidas apenas enquanto objetos de fetiches sexuais. Portanto, de todas as formas: - Deslegitimada -

O capital girando e operando nosso sistema de trocas, o olho por olho, dente por dente. Desigualdades dificultam a visão de um sistema de trocas injusto, uma nova vitrine para as velhas paisagens, gestos em outra face e o corpo como suporte nesses espaços, presentes ao encontrar na cidade um ambiente contido de uma determinada saturação também da imagem das pessoas.

Des-propriar. Formato Lambe-Lambe, bairro Porto/ Pelotas. Autora: Amora Ju, 2018.



Pensar sobre as rupturas que um trabalho de arte pode criar na visão cotidiana da rua, levou ao lambe-lambe como forma de provocar o imediatismo da obra. Assim como a pele que faz trocas constantes com o tempo e o ambiente, a presença do lambe-lambe sobre as peles da cidade estão à mercê das intempéries e remetem ao descascar de uma obra por meio das ações do tempo, do vento, da chuva e da umidade.

No sentido de ativar o campo da memória, utilizei minhas séries em folhas de revistas para compor visualidades e superfícies urbanas, por meio dos retratos na forma de lambe-lambe, espalhados pelas peles e planos da cidade como se fossem camadas de plantas. Uma forma de comunicar, por meio destas obras que possuem em comum as revistas e a colagem, diante de tudo que remete à repetição e à ostentação do consumo da imagem nos dias atuais, o anonimato é revelado através de uma obra de arte que se reproduz de diferentes formas e processos, gerando novos sentidos ao espaço e às materialidades descartadas e resgatadas da cidade.





Exposição *Eu existo* composta pelas séries *Mandrágora* (Serigrafia sobre cetim - dimensão: 3m x 1,60cm) e *Isto não é sobre nós* (Serigrafia sobre painel). Autora: Amora Ju, 2018.

Em setembro de 2018, fortes chuvas fortes derrubaram árvores na Região do Porto de Pelotas/RS. A observação das fotos daquela tempestade pousou sobre os galhos e os movimentos causados pelos ventos fortes. Surge então a ideia de criar uma tela em Serigrafia Artesanal, elaborada por meio de uma edição, onde destaquei uma visualidade composta pelos galhos e os movimentos que não seriam capazes de serem transfigurados para a tela e, conseqüentemente, sua impressão. A dificuldade possibilitou experimentar outros suportes que remetesse aos movimentos do momento da tempestade, através da ação de imprimir uma simples imagem inerte, e para tanto, escolhi um tecido de cetim orgânico e vermelho gerando reflexos de luzes e movimentos.

O tecido, inserido junto a outro trabalho em Serigrafia intitulado *Isto não é sobre nós* compôs a exposição *Eu existo 2* realizada em Novembro de 2018, com curadoria de Kelly Wendt e Juliana Angeli, no interior do Museu do Doce. O evento da exposição fazia parte da semana da Diversidade de Pelotas.

A experiência possibilitou outras criações, assim, recriei diversas cópias em outros tons de cetim para uma plataforma apenas de mulheres, pessoas não binárias e pessoas trans em São Paulo/SP, como forma de expor meu trabalho, possibilitar a geração de renda e operar na divulgação das minhas produções atuais em Serigrafia Artesanal. O processo possibilitou a criação da minha marca: *Amora Ju Art. 3*



A necessidade da prática da arte trans na contemporaneidade se revela essencial nesse contexto de discursos contidos de lgbttfobia no país. Discursos que, historicamente construídos e normatizados na sociedade, tornam-se problemas, conduzem à posturas sociais mediadas pelas respostas contidas nas políticas pós-identitárias e que teóricas Queer/Cuir indicam a necessidade de um rompimento no nível das práticas e discursos, com a lógica binária e seus efeitos, sendo eles a hierarquia, a classificação, a dominação e a exclusão. É necessário criar rupturas diante destas regras, constituir mecanismos que operem uma transformação epistemológica efetiva. Rupturas e (re)existências sobre tudo o que foge da normatividade e que remete à necessidade do outro para constituir-se. Assim, enquanto identidades frente aos corpos que materializam a norma surgem os corpos transviadxs, corpos insurgentes nestes espaços emergentes.

Que corpo é esse que resiste e se coloca em desconstrução? Que construções são essas que demarcam áreas, limitando as subjetividades destes corpos?

No instante em que o desvão da minha poética surge no campo de visão, operando sobre a minha própria percepção de sobrevivência diante do mundo do meu cotidiano, se revela a sobreposição de culturas e símbolos, através da colagem de linguagens e referenciais que permitem transformar minhas visualidades e trajetórias gerando narrativas perceptíveis e complementares. Portanto, criar uma arte que regenera, de alguma forma, os espaços da cidade na tela, revela o campo de memórias, chama à experiência com as visualidades cotidianas, através de uma linguagem poética e narrativa que se apropria dos ambientes abandonados e ocupa imóveis sem uso, e sugere consolidar um espaço propositivo para produção de arte local.

A arte Trans por meio da serigrafia, como forma de resistência do ser mulher, por entre estampas e fragmentos produzidos através da reutilização de resíduos, restos e sobras de nosso cotidiano urbano, propõe uma narrativa poética que se insere na cidade revelando as espacialidades esquecidas que partem de uma determinada presença, porém, é justamente a ausência que evidencia o reconhecimento de suas possibilidades, tornando-se o fio condutor das afirmações pessoais e das ressignificações nestes ambientes.

PROFANANDO-E-RESISTINDO: sobre muros internos e fronteiras

Mariane Simões¹

Com o projeto Profanando-e-resistindo, a arte de rua traz a tona a história de mulheres que estão omissas dos livros de história e também do consciente popular. São mulheres que resistem ao sistema hegemônico (patriarcal, branco, eurocêntrico). Parte do desejo que outras pessoas conheçam essas mulheres para uma expansão na consciência sobre a disparidade de gênero. Como arte contemporânea, o projeto também busca a resistência ao sistema hegemônico do mercado da arte. Torna o objeto artístico mais acessível por utilizar uma materialidade expressiva de resistência, que é o lambe-lambe, técnica de baixo custo que utiliza papel e cola. Os lambes são colados em duas situações: uma a partir de locais visto em errâncias, caminhadas deambulatórias, que fazem meu corpo explorar os sentidos para perceber a cidade; a outra forma se manifesta a partir da colagem em locais de trajetos alienados considerando uma rotina, mas que ao fazer esta colagem, meu corpo quebra tal padrão. Também é uma forma de acompanhá-los ao decorrer do tempo. Questiona a representação da mulher diante da história da arte ocidental e representa mulheres reais que possuem atitudes emancipatórias do pensamento feminino como frágil. Profanando-e-resistindo está em constante movimento. Atualmente como uma pesquisa/objeto/experiência, explora a escrita para uma leitura dos processos que envolvem a arte de rua com o lambe lambe e histórias de mulheres de resistência. O projeto começou em 2015 e é possível fazer uma boa leitura sobre o histórico desta pesquisa no artigo *Profanando-e-resistindo: sobre muros e pertencimentos*².

Nesta atual fase do projeto, tenho apontado para um recorte de pesquisa, são mulheres de resistência da América Latina. Tocada por essa possibilidade a partir do trabalho solo sul dos artistas Julia Monteiro e Luciano Favaro.

“solo sul parte da pesquisa dos artistas pelos territórios dos países sul americanos, compreendendo a noção de fronteira não como divisa, mas como possibilidade de encontro. A viagem será feita de automóvel, do Paraguai à Guiana Francesa, e será um período de residência artística, pesquisa e processo criativo”(FAVARO; VIANA, 2016)³.

Presenciando a exposição Solo Sul em 2016, na Oficina Cultural Oswald Andrade em São Paulo, me deparei com um trabalho de vídeo onde os artistas questionam pessoas durante viagem sobre “o que é ser latino americano?” Tal questão reverberou fortemente no Profanando-e-resistindo, que busca relembrar as mulheres que foram guardiãs da cultura, em uma legítima luta anticolonial.

“Não obstante, por volta do séc XVIII, devido ao impacto da tortura, da intensa perseguição e da “aculturação forçada”, as mulheres andinas acabavam presas (...) admitiam os mesmo crimes que eram

imputados nos julgamentos de bruxaria na Europa (FEDERICCI, apud, SILVERBLATT, 2017. p. 403).

O processo constante de dominação das hegemonias frente a pluralidade cultural é necessário para manutenção da exploração.

Onde estão as mulheres? Queremos ocupar todos os espaços com reconhecimento e respeito, pois as pessoas não conhecem nossa história e muito menos nossas heroínas, as Mulheres latino americanas que resistem ao patriarcado. Para tanto, utilizo a arte de rua com apoio do design e dos impressos para este processo.



Esperitina Martins - arte digital e intervenção com lambe lambe, 2019. Fonte: acervo da artista

¹ Artista, acadêmica de Artes Visuais, Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas RS, Brasil. marianesimo204@gmail.com

² Revista Píxo, V. 1, N. 1 (2017). Profanando-e-resistindo: sobre muros e pertencimentos, está disponível online neste link (periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pixo/article/view/11140)

³ Trecho retirado da página do Solo Sul no facebook, disponível (facebook.com/SOLO-SUL-909224472527795/)



PROFANANDO-E-RESISTINDO-PROFANANDO-E-RESISTINDO
 PROFANANDO-E-RESISTINDO-PROFANANDO-E-RESISTINDO
 PROFANANDO-E-RESISTINDO-PROFANANDO-E-RESISTINDO
 PROFANANDO-E-RESISTINDO-PROFANANDO-E-RESISTINDO
 PROFANANDO-E-RESISTINDO-PROFANANDO-E-RESISTINDO
 PROFANANDO-E-RESISTINDO-PROFANANDO-E-RESISTINDO



PROFANANDO-E-RESISTINDO-PROFANANDO-E-RESISTINDO
 PROFANANDO-E-RESISTINDO-PROFANANDO-E-RESISTINDO
 PROFANANDO-E-RESISTINDO-PROFANANDO-E-RESISTINDO
 PROFANANDO-E-RESISTINDO-PROFANANDO-E-RESISTINDO
 PROFANANDO-E-RESISTINDO-PROFANANDO-E-RESISTINDO
 PROFANANDO-E-RESISTINDO-PROFANANDO-E-RESISTINDO

MULHERES ZAPATISTAS

PROFANANDO-E-RESISTINDO-PROFANANDO-E-RESISTINDO
 PROFANANDO-E-RESISTINDO-PROFANANDO-E-RESISTINDO
 PROFANANDO-E-RESISTINDO-PROFANANDO-E-RESISTINDO

profanando-e-resistindo.tumblr.com

Registro da oficina de lambe lambe, formação de uma composição coletiva no espaço urbano, 2019. Fonte: Laura Theodozio.





ISSN 2526-7310

